

Carlos Ascenso André

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

olhando o Português a partir de Macau



澳門理工學院
Instituto Politécnico de Macau
Macao Polytechnic Institute

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

**UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO
olhando o Português a partir de Macau**

Instituto Politécnico de Macau

版權頁

Ficha Técnica

**書名(Título): Uma língua para ver o mundo:
olhando o português a partir de Macau**

編著 (Autor): Carlos Ascenso André

出版機構 (Editora): Instituto Politécnico de Macau

電郵地址 (E-mail): cpclp@ipm.edu.mo

地址 (Morada): Rua de Luís Gonzaga Gomes, Macau

封面設計 (Capa): Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa

封面圖片 (Fotos da capa): Carlos Ascenso André

第一版 (1.^a edição): 2021 年 07 月 Julho de 2021

ISBN 978-99965-2-258-1 (pdf)

第一版 1.^a edição impressa: 2016 年 10 月 Outubro de 2016

ISBN 978-99965-2-131-7 (paperback)

Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros, sem prévia autorização da Editora e do autor.

ÍNDICE

<i>PREFÁCIO</i>	5
<i>INTRODUÇÃO</i>	9
<i>OLHANDO O PORTUGUÊS</i>	19
Equívocos da lusofonia e políticas de língua para a lusofonia	21
Breves reflexões estratégicas sobre o ensino do Português na China	39
Uma política para a língua portuguesa: o exemplo da China	61
<i>UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO</i>	91
Em defesa da língua portuguesa	93
Português, coesão e liderança no ensino superior	111
Literatura e ensino da língua portuguesa	129
Palavras e identidade: a propósito de provérbios	153

<i>UM OLHAR A PARTIR DE MACAU</i>	161
Ensino do Português, cooperação e desenvolvimento: um exemplo em Macau.....	163
Ensino do Português na China e na Ásia: erupção e mudança de paradigma.....	175
O Português na China: passado, presente e futuro	189
O Instituto Politécnico de Macau e os seus projectos no âmbito da língua portuguesa.....	217
Bridge, platform, crossroad: Macao, Chinese and Portuguese languages	233

PREFÁCIO

Lei Heong Lok

Presidente do Instituto Politécnico de Macau

1- Olhando, neste momento, o ensino do Português na China, descobre-se que está a acontecer um *boom* de desenvolvimento, bem ilustrado e documentado neste livro. Isso faz-me lembrar o IPM no ano lectivo de 1999-2000, quando atravessava um período difícil, durante o qual o número de candidatos ao curso de tradução português-chinês desceu subitamente para 12, um número tão reduzido que era quase impossível abrir uma turma. Numa atmosfera de incerteza, muitos se perguntavam se os cursos estavam em vias de desaparecer, unicamente devido à falta de candidatos. E a própria Escola de Línguas e Tradução caiu numa enorme crise com a perda de inscrições, pois totalizava, até ao fim do ano, 49 estudantes, enquanto os docentes de português eram quase 20.

2- Sendo o responsável máximo da instituição, em 1999, quando tomei posse do cargo de Presidente do IPM, tive de enfrentar alguns problemas que já se arrastavam do passado,

mas deparei com outros novos, que iam surgindo de todos os lados, alguns internos e outros emergentes do exterior.

A falta de candidatos foi, claramente, um dos mais difíceis de resolver.

3- Nesse momento, decidi abrir a porta de casa à grande China “que fica ao lado”. Íamos às cidades de Cantão, a Hangzhou, e até a Beijing, capital do país, em busca de voluntários; mas os primeiros resultados não foram famosos.

4 - Outra solução foi encontrada em 2000, com a oferta de bolsas de estudo a 16 alunos do 3º ano da Universidade de Estudos Internacionais de Shanghai para fazer um estágio de um ano em Macau.

5- A experiência prosseguiu nos anos seguintes: o IPM continuou a acolher alunos dos cursos de português, vindos de Beijing e de outras cidades.

6 - Tal como se diz em português, grão a grão enche a galinha o papo, o que equivale a dizer que devagar se vai ao longe; assim, com persistência e boa vontade se salvou o curso de tradução português-chinês.

7- Há que realçar aqui, em particular, o ano de 2003: o Governo Central da RPC definiu e anunciou a vontade política de transformar Macau numa plataforma de serviços para cooperação entre a China e os países de expressão portuguesa. Assim fez com que a necessidade da língua portuguesa e das culturas dos países de expressão portuguesa na China e o interesse por elas viessem aumentando rápida e drasticamente. E o número das instituições de ensino superior chinesas que

olhando o português a partir de Macau

criaram o curso de português, conferindo o grau de licenciatura, passou de 6 em 2005 para mais de 20 num período de menos de 10 anos; em fim de 2015, eram já 23 as universidades com licenciaturas em português e bem mais de 30 aquelas que ofereciam o Português, como formação principal ou como opção complementar.

8- Voltando a Macau, que muito tinha a ganhar e muito tem vindo a ganhar com essa estratégia nacional, o IPM soube aproveitar as oportunidades assim criadas: foi assim que decidiu criar, em Julho de 2011, o Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa, inaugurado publicamente em Novembro de 2012.

9- É verdade! Quem tem unhas é que toca guitarra! Sob a liderança do Professor Carlos André, o Centro voa cada vez mais alto, no projecto de meter lanças e criar raízes na grande China; é desse trabalho que resulta, em boa hora, este livro *Uma língua para ver o mundo: olhando o português a partir de Macau*.

INTRODUÇÃO

Nasci com esta língua agarrada à pele. Não sei se nela cresci ou se foi ela que me fez crescer. Bem vistas as coisas, no complexo novelo das preposições, todos os encontros são possíveis: nela cresci e cresci com ela, do mesmo modo que cresceu ela em mim; cresci por ela, também, e para ela, que tomei por rumo fazer dela uma espécie de modo de vida. Enfim, cresci com esta língua, ao mesmo tempo derme e epiderme de mim mesmo, ADN profundo da minha identidade.

Não fiz profissão de a pensar, ao contrário de tantos outros; mas nunca deixei de a pensar, o que não é necessariamente o mesmo. Talvez porque o destino me fez viver com ela em regime de comunhão de bens, porque me levou a escolher o estudo das suas raízes (as línguas clássicas) ou a ser por esse estudo escolhido (acho que nunca saberei bem ao certo se fui sujeito ou agente da passiva na escolha do meu rumo).

Enfim, aprendi, no compasso dos dias, a pensar com a língua e a pensar a língua. Antes da Linguística, que me entrou porta adentro nos bancos da Faculdade, e já depois dela. Nesses desvãos dos dias, tempos houve em que acreditei que o meu

pensar a língua perdera razão de ser, por ser jurisdição alheia; convenceram-me de que esse pensar seria tarefa de linguistas, que manifestamente eu não era, por opção assumida ou, talvez, por opção desassumida. Passaram, entretanto, os anos; e, quando os anos passam, subimos encosta acima e começamos a olhar de mais longe o que, antes, só olhávamos bem de perto. O olhar de longe é, por via de regra, mais lúcido, mais agudo, menos sensível à “desfocagem da proximidade”. Quando olhamos de longe, ou do alto, vemos mais a floresta do que as árvores. Deve ter sido nessa altura que descobri que olhar a língua portuguesa – a língua que trago agarrada à pele desde que nasci – não é privilégio, muito menos exclusivo, de linguistas.

Convicção esta que mais se consolidou quando, andarilho da língua portuguesa e de suas geografias, comecei a deambular pelo mundo que fala português. E mais ainda quando os acasos da Fortuna me levaram até à China, mais concretamente até Macau, onde a identidade da língua portuguesa tem a estranha complexidade de ser a língua oficial de um território onde pouco ela se fala.

Qualquer português em deambulações pelo mundo que fala a sua língua (o meu caso não tem nada de original e é comum a tantos outros) apercebe-se, mesmo que não saiba traduzi-lo em palavras, que a língua portuguesa é, nesse mesmo mundo, raiz e destino, porque de ambos se faz o cimento agregador que lhe veio dando unidade e, se a tem, coesão.

olhando o português a partir de Macau

Pensar a língua, portanto, fez parte desse deambular. Pensá-la no seu funcionamento, no diálogo que mantém na fábrica das línguas que é a Babel dos tempos modernos, se lícita é a apropriação reajustada da fábrica do mundo camoniana; pensá-la no seu crescimento, porque as línguas são como as árvores; pensá-la no seu rumo ou no que parece ser o seu rumo e seu destino.

Pensar a língua, enfim, a partir de pontos de observação múltiplos e diversos, no tempo e no espaço, o mesmo é dizer, vários na sua inserção no meu percurso pessoal de crescimento com a língua e vários no território ou territórios onde esse crescimento/rumo veio acontecendo.

Até chegar ao Oriente, ponto de observação especial no espaço e no tempo, no espaço e no tempo da língua, entendamo-nos, e no espaço e no tempo de quem observa.

Foi no Oriente, em boa verdade, que aprendi que o tempo de crescimento da língua portuguesa, da sua diáspora, se é que o termo aqui se aplica, está longe de poder confinar-se ao passado. Como nestas páginas se relata, o Oriente deste início de século XXI, ou melhor, desta segunda década do século XXI, para ser mais rigoroso, mostra como, a partir de um território ínfimo, com menos população do que uma freguesia portuguesa de média dimensão – falamos de Macau, claro, e dos seus habitantes que têm o Português como língua materna – pode o Português crescer a um ritmo e volume antes insuspeitados. Não quer dizer que o crescimento do Português na China, como adiante se descreve, tenha acontecido a partir de Macau; tal

afirmação seria dislate e ligeireza; mas não seria menos errado afirmar que ele teria acontecido da mesma forma sem Macau ou se não tivesse havido Macau durante cinco séculos.

É aqui, por isso, que desembocam as reflexões feitas no presente livro. Desembocam em Macau e na China, porque, paradoxalmente ou talvez não, partem de Macau e da China. Um império milenar que resistiu mais do que qualquer outro às vicissitudes da História, é sempre um ponto de observação interessante e um alvo interessante de observação.

A China, de facto, constitui um caso raro no crescimento do interesse pela língua portuguesa. Entre 2010 e 2016, para referir apenas a presente década, o número de instituições de ensino superior que decidiram criar programas de Português mais do que quintuplicou, de menos de meia dezena, para mais de duas dezenas. Número que cresce ainda mais surpreendentemente se se lhe adicionar o das instituições que adoptaram o Português como disciplina opcional e mais ainda se se juntarem os não rastreados casos de ensino do Português a nível privado e em cursos não conferentes de grau.

Tudo isto sucedeu em meia dúzia de anos, facto só por si bastante para suscitar a reflexão aprofundada de quem com a língua portuguesa se preocupa. O volume e a velocidade no crescimento produzem consequências novas que exigem novas respostas: estamos perante uma nova geração de docentes jovens (duplicação que não é mera redundância) e perante um novo contexto que exige novas medidas. De facto, os jovens docentes precisam urgentemente de complementar a sua

olhando o português a partir de Macau

formação; o novo contexto determina a urgência de materiais de ensino; o novo mapa do Português recomenda uma nova forma de diálogo e articulação.

A todas estas “novidades” somam-se as novas razões: o que determina a procura do Português são, no essencial, razões de mercado. Estuda-se Português na China porque a República Popular da China tem em curso um estratégico plano de reforço de cooperação económica com os países de língua portuguesa. Esse é o novo paradigma, ao qual o velho, o do interesse cultural, histórico, científico, cedeu o lugar. A um novo paradigma, novas práticas terão de responder.

Acresce que tudo isto acontece na República Popular da China, sim, mas não só; este é um fenómeno que tem fronteiras alargadas a boa parte da Ásia ou, como hoje se diz numa geoestratégica e feliz designação, a toda a região da Ásia-Pacífico, toda ela a assistir a um crescimento inusitado do interesse pelo Português.

Macau, com os seus quinhentos anos de encontro de culturas, micro-espço onde se fala português e de onde em português se olha todo o Oriente, Macau, esse *cluster* do Português, se é legítima a apropriação de um conceito da economia nesta reflexão sobre língua, Macau pode ser, à uma, o observatório privilegiado de toda esta realidade e o motor ou parte do seu motor de transformação.

Macau foi, por isso, o impulso decisivo na passagem a escrito de todas estas reflexões; mas elas nasceram, entretanto,

nos desvãos do tempo e muito antes de Macau ter passado a ser observatório privilegiado para o seu autor.

Aqui se reúnem, de facto, textos e reflexões produzidos ou amadurecidos desde há cerca de treze anos até ao presente. Data de 2013 o texto mais antigo agora (re)publicado – “Em defesa da língua portuguesa”; depois, no compasso dos anos, vários outros textos foram surgindo, em tempos diversos e sob pretextos vários.

Alguns destes textos (poucos) foram já publicados, especialmente em actas de colóquios, para os quais foram expressamente concebidos; outros (um ou dois casos) aguardam, ainda, publicação; um outro grupo é constituído por reflexões elaboradas para serem apresentadas em encontros científicos, mas que nunca chegaram a ser publicadas; neste caso, optou-se, na generalidade, por reescrever o texto original e dar-lhe uma forma consentânea com a presente publicação; finalmente, há alguns casos de ensaios totalmente originais. De tudo isso se faz menção em cada texto, em nota de rodapé.

Como se verá, o livro assume deliberadamente a forma ensaística; o que aqui se traz à estampa é um conjunto de ensaios, sem grande aparato científico, quase sem anotações de rodapé e sem o cuidado académico de remissões bibliográficas; pela mesma razão, não há a preocupação de apresentar uma bibliografia. O que se pretende é partilhar um conjunto de reflexões pessoais, na esperança de que possam ter alguma

olhando o português a partir de Macau

utilidade para o leitor ou de que possam, ao menos, ser impulso para novas reflexões.

Nascidos, como acima se diz, em tempos diversos e em territórios distintos, os ensaios agora recolhidos foram especialmente organizados com vista a esta publicação; não existe, por isso, qualquer intuito cronológico na ordem como são dispostos. Ao invés, essa ordem obedece a um objectivo essencialmente de natureza temática:

Numa primeira parte, apresentam-se textos que têm a ver, no essencial, com política(s) de língua. Porque a questão da lusofonia e da controvérsia que a palavra tem suscitado (descabida, excessiva e, mesmo, sem justificação, como ali se dirá) pode ser parte dessa política de língua, algumas reflexões sobre “os equívocos da lusofonia” são núcleo essencial dessa primeira parte. Apesar de, nesse lote inicial de textos, ser a política de língua a ocupar estatuto privilegiado, há, não obstante, uma presença significativa da China e, em especial, de Macau. Essa é uma opção que não surpreende e que o título do volume quis assumir; este é um olhar a partir de Macau.

Numa segunda parte, figuram alguns textos, todos eles já publicados, sobre questões específicas de língua portuguesa ou do seu ensino. Aqui se juntam, com efeito, reflexões avulsas, produzidas em momentos diferentes e sob diversas motivações: um prefácio para um livro sobre provérbios, mais enquadrável nos terrenos da sociolinguística, um outro sob o uso da literatura no ensino da língua, um terceiro (por sinal o

primeiro desta segunda parte e o mais antigo do livro), sobre a língua portuguesa e a necessidade de resistir à “invasão” excessiva e desnecessária de outras línguas, em especial do Inglês; e, ainda, um outro, de tema bem próximo, mas especialmente concebido para reforçar o papel do Português no associativismo de instituições de ensino superior de países lusófonos.

A terceira parte é inequivocamente centrada na China e em Macau. Os textos ali inseridos resultam da experiência dos últimos anos e do conhecimento que essa experiência veio aprofundando no tocante ao ensino do Português na China e do papel que Macau pode desempenhar no crescimento da rede. Todos os textos dessa terceira parte são recentes e são inseparáveis da actividade desenvolvida à frente do Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa, do Instituto Politécnico de Macau, desde Maio de 2013. À excepção de um texto muito recente e que aguarda publicação, são ensaios nunca saídos a lume; não são, porém, reflexões novas ou inéditas; elas foram sendo publicamente apresentadas em jornadas, colóquios, encontros, seminários, entrevistas, reuniões; da soma de tudo isso e da reelaboração de todos esses materiais se fizeram estes ensaios.

Pode dizer-se, de alguma forma, que a terceira parte, onde é mais forte o olhar a partir da China e de Macau, é a verdadeira identidade do presente livro.

olhando o português a partir de Macau

Cabe aqui um conjunto de agradecimentos, por imperativos de justiça, mas, acima de tudo, por imperativo de consciência.

Antes de mais, um agradecimento muito sentido ao Professor Doutor Lei Heong Iok, Presidente do Instituto Politécnico de Macau. Ao convidar-me para dirigir o Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa e ao confiar-me a responsabilidade de liderar o diálogo com as instituições que, no interior da República Popular da China, desenvolvem programas de Português, deu-me a possibilidade de aceder a uma experiência única e enriquecedora, que jamais esquecerei. Não fora o seu convite e o apoio que deu à estratégia que, em sintonia com ele, concebi para o CPCLP, e jamais me teria sido possível conhecer tão profundamente a realidade chinesa, no que ao ensino do Português diz respeito, mas não só. A minha experiência da China, da sua cultura, das suas cidades, das suas gentes, dos seus territórios, urbanos e não urbanos, da sua história milenar, das suas realidades e das suas lendas, tudo isso foi determinante para aquilo que aqui vai escrito. Sempre lhe ficarei grato por isso.

Reconhecimento, também, a alguém que já não está entre nós, o Dr. Carlos Olavo, que me desafiou, há treze anos, para fazer a conferência de abertura do *II Fórum Iberoamericano sobre Inovação, Propriedade Industrial e Intelectual e Desenvolvimento*, em Lisboa, em 2003; foi, talvez, o ponto de partida para um terreno de indagações de que não voltei a afastar-me.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

A minha gratidão, também, para com as minhas colegas do Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa que, no diálogo regular e sempre enriquecedor, me ajudaram, não raro, a identificar pormenores novos e a descobrir novos ângulos de visão desta realidade sempre fascinante.

Finalmente, mas não por último, um sempre renovado agradecimento ao Professor Doutor James Li, colega e especial amigo, por me ter ensinado da China a parte maior do pouco que ainda sei.

Este não é um livro definitivo. Nenhum livro o é, porque nenhum pensamento pode ter a ousadia de querer sê-lo. Esta é, apenas, uma das etapas de que se faz o peregrinar de quem, por força de um desassossego militante, se dá ao trabalho de pensar. Se ousadia aqui há é a de partilhar reflexões, inquietações, desafios, projectos, aventuras; se ousadia aqui há, talvez contraditória, é a do andarilho que desafia os outros (os leitores) a acompanharem-no no seu deambular; se tal ousadia resulta em inutilidade, não o sabe, não o saberá nunca, o andarilho.

Macau, Julho de 2017
Carlos Ascenso André

OLHANDO O PORTUGUÊS

EQUÍVOCOS DA LUSOFONIA E POLÍTICAS DE LÍNGUA PARA A LUSOFONIA¹

Lusofonia, como francofonia ou anglofonia? Ou simplesmente língua portuguesa? Ou expressão portuguesa?

A dúvida parece persistente e insistente e interpela, com ou sem razão, os estudiosos, os curiosos, os fazedores de opinião, os especialistas, os entendidos e os desentendidos. E até os mal entendidos, mas essa será uma outra questão que bem longe nos levaria. Interpela, dir-se-ia, instintivamente, como sempre acontece quando alguém lança a pedra na engrenagem. E interpela de forma não inocente, antes com pretensos contornos científicos e assumidos contornos políticos, com suspeições de neocolonialismo à mistura.

As preocupações / provocações, que são ambas as coisas, assim relembradas, em jeito de abertura a esta breve reflexão, são colhidas de empréstimo a controvérsias sem conta, umas públicas e outras privadas, que grassam nos dias de hoje. A questão, é bom sublinhá-lo, existe e não pode ser escamoteada.

¹ Versão adaptada de comunicação apresentada ao colóquio “Entre a desmistificação e a utopia: indagação sobre as lusofonias”, em 23 de Outubro de 2014, na Universidade de S. José, em Macau.

Se política ela é (ou, antes, se política se tornou, por acção ou desconfiança de uns quantos, uns de boa fé, outros nem por isso, uns ingénuos, outros eivados de preconceitos desgastados), justo é que por ela se comece, quando se pretende falar de política da lusofonia.

Vejam: como foi cunhado o termo francofonia? Se quisermos ser rigorosos, a partir do nome do pretenso povo que está na origem de França, os “francos”. Deram os francos “Francia” e mantiveram a sua identidade matricial na francofonia, no francês, etc., assim remetendo ao esquecimento a *Gallia* dos romanos.

E anglofonia? Nasce a partir do prefixo “anglo-”, que resulta do nome latino de Inglaterra, *Anglia*.

Dito por outras palavras: em ambos os casos, francofonia e anglofonia, o termo que designa a língua falada em múltiplos países tem a sua origem no nome do povo que primeiro falou essa mesma língua.

De onde vem lusofonia? De um elemento, “luso”, constitutivo de vários nomes que fazem parte da cultura, umas vezes mítica, outras vezes histórica, de Portugal. É o elemento que figura em “lusitanos”, povo que habitou parte do território que é hoje Portugal, como é, por isso mesmo, o que figura em *Os Lusíadas*, o poema épico da gesta portuguesa. E porquê? Camões, que não inventou a palavra, pois colheu-a em André de

olhando o português a partir de Macau

Resende, um humanista seu contemporâneo,² explica-a mitologicamente: os lusitanos viriam “de Luso ou Lisa que de Baco antigo filhos foram, parece, ou companheiros”.³ A explicação, convém recordá-lo, serve, antes de mais, como forma de legitimação do título do poema; e vale tanto como a de que Lisboa deve o seu nome a Ulisses que, em viagem de Tróia para Ítaca, a terras “lusitanas” teria aportado, numa estranha e mais do que ínvia rota. Mas, como a este mesmo propósito, ou seja, de Ulisses – Lisboa, diz Fernando Pessoa, “o mito é o nada que é tudo”. E foi assim que Ulisses em Lisboa “foi por não ser existindo. / Sem existir nos bastou”. E remata: “Por não ter vindo foi vindo / e nos criou”.⁴ Ou seja, o mito, que é o nada da realidade, faz de si mesmo realidade. Que é como quem diz, se a lenda é mais fascinante que a verdade e nos satisfaz, ao passo que esta nos deixa insatisfeitos, então adoptemos a lenda. Foi isso que fez Camões, sem qualquer intuito de rigor científico, antes como estrategma poético, deveras conveniente.

O que o poeta da *Mensagem* disse de Ulisses, poderia tê-lo dito de Luso. O facto é que a palavra ficou. E ficou-nos, venha ela dos lusitanos ou do tal Luso. Mas a língua é assim mesmo: uma soma de artificialidades e convenções que o uso instala, a

²Vd. Américo da Costa Ramalho, “A palavra *Lusíadas*”: *Humanitas* 27-28 (1975-1976) 3-17. Depois reeditado em *Estudos sobre o século XVI*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1980 e Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, 221-236.

³Camões, *Lusíadas*, 3.21.6-7.

⁴Fernando Pessoa, “Ulisses”, in *Mensagem*.

ponto de fazer parecer verdade o que verdadeiramente o não era. E, porque a língua é viva, a não verdade vai ficando e verdade se torna.

Dito isto, cabe perguntar: acaso se sentem ofendidos nigerianos, senegaleses, zairenses, marroquinos, argelinos, canadinos do Québec e *tutti quanti* por serem parte da francofonia? Não consta que sintam. Pelo contrário, ostentam a francofonia em inúmeras academias, integram órgãos internacionais que exibem esse laço, fazem dele o seu emblema, sem preconceitos de colonialismo serôdio. Porventura se sentem ofendidos australianos, sulafricanos e com eles (pasmese), os demais canadinos e americanos, por serem apelidados de anglófonos? Não consta que sintam. E nenhum americano dirá que fala outra língua que não o inglês, como nenhum recusará ser parte da grande comunidade anglófona. E daí lhe não advém, que se saiba, qualquer receio de submissão colonialista fora de tempo.

Não se percebe, pois, porque deva isso originar, no caso da lusofonia, tanta celeuma, tanta dúvida, tanta suspeição. Talvez porque Portugal, o país mátria da língua portuguesa, ou seja, da lusofonia, prolongou muito para além do tempo histórico adequado um regime colonialista que ainda dói, parece, à história e a muitos dos seus analistas. Mas isso não é razão, convenhamos. E convenhamos, também, que lusofonia é bem mais estético do que um hipotético “portugofonia” ou algo semelhante. Podia ter acontecido uma palavra assim, bizarra e inestética. Ainda bem que não aconteceu e que prevaleceu o

olhando o português a partir de Macau

bom senso. Poderá dizer-se “língua portuguesa” ou “expressão portuguesa”. Mas: a) era mais complicado e mais longo, para dizer, afinal, o mesmo; b) e isso não alcançava ou despertava as mesmas suspeições de neocolonialismo?

Bem pior estão os países que falam “espanhol”, ou antes, castelhano, porque, esses sim, falam uma língua que tem inequívocas conotações políticas e que reflecte a submissão política da língua de todos à língua de uma parte. É que a língua oficialmente falada em Espanha é a de Castela, num país que tem várias outras; e a que se fala na Venezuela, na Argentina, no Paraguai, no Chile e por aí fora em quase toda a América latina e não só é o Castelhana, espanhol chamado por motivos de natureza política. Mesmo assim, não consta que a palavra hispanofonia suscite qualquer arrepio aos seus falantes. Ou que sejam apelidados de “hispanicos”, sem mácula nem ofensa, os latinoamericanos que vivem nos Estados Unidos da América.

Mas admitamos que Camões tinha razão (e não tinha, porque as explicações míticas nunca são racionais)... mesmo assim, teria de se reconhecer que a tal palavra Luso evoluiu, como evoluíram tantas outras, por força da natureza da língua, que é uma entidade viva e em condição evolutiva permanente. Ninguém questiona a legitimidade de se chamar “sétimo mês” (Setembro) ao mês nono do ano, oitavo ao décimo e por aí fora até ao décimo segundo. Simplesmente porque o uso (a vida) afastou a palavra da sua raiz. Contestar uma palavra porque, na sua origem, tinha um significado bem distinto levaria a uma profunda revolução semântica e lexical.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

Lusofonia, pois, e muito bem. Tal como francofonia. Ou anglofonia. Ou hispanofonia, de raízes bem mais questionáveis. Em última análise, se a “língua lusa” é a língua portuguesa, como numa crónica desportiva os “atletas lusos” são os atletas portugueses, pela mesma razão “países lusófonos” significa tão simplesmente “países de língua portuguesa”. São expressões sinónimas.

Lusofonia, portanto, e lusitanismo, lusofilia, a par de “expressão portuguesa”, o que, afinal, vai dar ao mesmo. E sem pretensos e falsos complexos de neocolonialismo, que aqui não tem qualquer cabimento nem faz, afinal, como fica provado, qualquer sentido.

Dito isto, ou seja, resolvida a falsa questão da lusofonia e dos seus pseudoproblemas políticos, falemos, então, de políticas de língua ou de uma política para a lusofonia, tomando Macau por centro da questão, pois é, no fim de contas, de Macau que se trata aqui. De Macau, com todas as suas características que lhe são peculiares e únicas e que não existem em nenhum outro território lusófono. Não existem no Brasil, que só possui verdadeiramente uma língua, a língua portuguesa, com algumas ilhas dispersas de falares nativos, mas reduzidos a uma expressão praticamente insignificante. Não existem em Angola ou Moçambique, onde muitas línguas locais vivem em paralelo com a portuguesa, porque esta, a portuguesa, é a única nacional, o mesmo é dizer, é a única que faz a unidade linguística de ambos os países. O mesmo poderá dizer-se, salvaguardadas as

olhando o português a partir de Macau

dimensões, da Guiné-Bissau (a outra Guiné, nenhum linguista ou cidadão cioso da língua portuguesa a aceitará na comunidade de falantes a que pertence, por política que seja a imposição; e a história virá a repor a verdade). Cabo Verde e Timor, ambos com línguas paralelas à língua portuguesa, são casos especiais; de facto, o tetum, em Timor, e o crioulo, em Cabo Verde, são autênticas línguas, pese embora a sua natureza crioula. Mas é discutível se fazem a unidade do povo. Em Cabo Verde, o mesmo crioulo não é comum a todas as ilhas, além de que não é língua literária; e em Timor, onde existem dezenas de línguas maternas, também não é certo que o tetum faça a unidade nacional. Mas admitamos que Timor será o território que mais se aproxima, neste domínio, de Macau.

Já as antigas colónias portuguesas na Índia escapam a estas considerações, porque o Português não é língua oficial e está longe de ser objecto de protecção ou de incentivo de qualquer natureza por parte do poder instituído e sobrevive, em parte da comunidade, por motivos de ordem afectiva.

O que tem Macau de peculiar? Todos o sabemos. Além de quase cinco séculos de história em autêntico e genuíno diálogo de culturas, além de uma malha urbana onde essa convivência é evidente, além de tudo isso, que já não é pouco, porque bem sabemos que outra seria a identidade de Macau se não têm sido esses cinco séculos de presença portuguesa (talvez não passasse de uma pequena extensão de Zhuhai, por exemplo, do tipo entreposto comercial), além disso, Macau tem o Português visível nas ruas, audível nos autocarros, mesmo que quase

ninguém o perceba (mas percebem o inglês que igualmente se ouve?), tem jornais diários em português, uma televisão em português, vida religiosa em português, e a política em português, em certo sentido, a justiça em português, a administração em português, o boletim oficial em português. É verdade que este português com que nos confrontamos, em alguns dos casos acabados de referir, nem sempre é bom português, mas a verdade é que reflecte a presença da língua. Há quem diga que é pouco? Mas cabe perguntar: pouco, quando os falantes de chinês (não importa qual chinês) são mais de meio milhão e os de português não passam de uns milhares? Pouco?

Falar de políticas de língua (e de lusofonia) para Macau significa ter em conta estas especificidades e ainda uma outra: o crescente interesse que a língua portuguesa vem suscitando na mãe pátria de Macau, a grande China. Não é por acaso que o número de universidades e de estudantes de português na China continental quadruplicou nos últimos dez anos. A razão de ser é, obviamente, económica; mas o fenómeno contagiou, como não podia deixar de ser, o território de Macau.

Nesse aspecto, diga-se de passagem, cabe a Macau um papel determinante no apoio ao crescimento do Português na China. Por razões de proximidade, por razões históricas e por razões culturais. Uma política de língua que ignore esta vertente é, inquestionavelmente, uma política de vistas curtas e sem sentido estratégico.

olhando o português a partir de Macau

A China precisa de professores de português (mas professores de Português como Língua Estrangeira ou Língua não Materna) e precisa de formar aqueles que possui, saídos de universidades ainda sem tradição no ensino desta língua e eles próprios lançados no mundo do trabalho sem experiência. Mas com muita vontade e determinação; por isso, propensos a acolher a formação que lhes for disponibilizada. Essa tem de ser uma das vertentes da política de língua para Macau.

Mas outra vertente tem a ver com a natureza do próprio território. A língua portuguesa, em Macau, é objecto de procura não menos intensa. E isso leva a que muitas instituições tenham essa como uma das suas acções nucleares. E fazem-no bem, deve dizer-se em abono da verdade: a Escola Portuguesa, o Instituto Português do Oriente, as instituições de ensino superior, como a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, a Universidade Cidade de Macau, a Universidade de Ciência e Tecnologia, a Universidade de S. José, o Instituto de Formação Turística, todas elas possuem o Português, em maior ou menor grau, entre os seus curricula.

Mas não é isso que está em causa. Ou, pelo menos, uma política de língua deve ir além disso. Deve, desde logo, cuidar de que todo este esforço em torno do ensino do Português não decorra segundo a lógica da concorrência, mas segundo a lógica da complementaridade e da cooperação. Para tanto, é necessário, antes de mais, saber definir o que cabe a cada um.

Ora, para definir o que cabe a cada um é necessário, primeiro, perceber quais são as necessidades e as apetências de

quem interessadamente procura aprender a língua portuguesa. E, já que, em muitos casos, são razões económicas que levam a essa opção, seja permitido adoptar aqui uma linguagem própria da economia. Quem tem a responsabilidade de definir uma política para a língua portuguesa deveria proceder ao que se chama, a bom rigor, um estudo de mercado; um estudo de mercado consistente, devidamente ponderado e planificado, bem elaborado e que possibilitasse conclusões rigorosas, sérias e estruturantes. Um estudo de mercado que permitisse saber responder, a um prazo, por exemplo, de cinco ou de dez anos, às seguintes perguntas basilares:

Qual o interesse pela língua portuguesa nos diversos grupos etários? Ou seja, qual a distribuição por grupos etários da apetência pelo Português?

Qual o motivo desse interesse, em cada caso? Serão razões profissionais, económicas, culturais, familiares, de simples curiosidade?

Que português se procura? O quotidiano? O técnico? Neste caso, em que ou para que áreas ou sectores de actividade?

Qual o nível de proficiência linguística de quem demanda o Português?

Estas são, apenas, algumas das perguntas a que um estudo de mercado desta natureza deveria saber responder.

Não é irrelevante possuir estes dados para definir uma política de língua. Porque é em função deles, por exemplo, que se define, depois:

olhando o português a partir de Macau

- a) O corpo docente, antes de mais. Não é a mesma coisa ensinar crianças ou ensinar adultos, como não é a mesma coisa preparar falantes de português para uso quotidiano ou para linguagens técnicas. Estas e outras matizes ditarão um corpo docente diferenciado. Mas a este assunto se voltará adiante.
- b) Os planos de estudo ou curricula. Um programa concebido com fins profissionais é inquestionavelmente distinto daquele que é concebido com objectivos culturais; e ambos são diferentes daquele que visa o uso quotidiano da língua em contextos diversificados, chamados “de banda larga”.
- c) Os materiais a utilizar. O deficit, neste capítulo, a fazer fé nas afirmações dos próprios docentes, em especial dos que ensinam na China, é enorme. Usam-se materiais concebidos em Portugal, por quem ensina o Português como língua estrangeira em Portugal, o que é manifestamente diferente de ensinar o Português em território onde os aprendentes apenas têm como cenário quotidiano a sua língua materna. E tão diversa ela é da que estão a aprender, seja na estrutura, seja na semântica, seja na lógica organizacional!...
- d) Os próprios objectivos, enfim, porque, em função do mercado, ou seja, do que viesse a ser determinado como o público-alvo, se definiriam com precisão, rigor e acerto estratégico os objectivos do ensino do Português nesta cidade e não só nesta cidade; porque,

em boa verdade, estas considerações valem para Macau, mas valem para a generalidade dos países e territórios onde se pretende ensinar o Português como uma língua estrangeira.

Fundamental será, por outro lado, que se determine a quem cabe definir a tal política de língua ou política da lusofonia, para fazer jus ao título. E, neste caso, as ambiguidades são múltiplas.

Essa é uma competência que cabe, inequívocamente, ao poder político; mas qual poder político? O que, em Lisboa e nas demais capitais dos países de expressão portuguesa, deveria traçar as linhas mestras dessa política para a língua portuguesa? Talvez. Mas esse poder existe? Porque, em boa verdade, a língua portuguesa, que é, até melhor definição jurídica, propriedade dos que a falam, deveria ter por órgão de definição política um que sáisse da vontade concertada dos vários países que a têm como idioma oficial. Mas a verdade é que isso não acontece. A CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cura de acertos e equilíbrios políticos – e alguns económicos –, mas não se lhe conhece nenhuma política de língua.

Ou o poder político que, no caso de Macau, governa o território? Neste caso, honra lhe seja feita, os órgãos de governo têm feito bastante pela língua portuguesa, uma língua, importa sublinhá-lo, que não é a língua materna dos membros que integram esses mesmos órgãos de governo; mas, em articulação com o governo central do país – a China –, estimulam e

olhando o português a partir de Macau

favorecem, com os meios e conhecimentos de que dispõem, o desenvolvimento do Português.

Mas não estejamos com rodeios. Em função das suas responsabilidades históricas e dos laços que detém, cimentados em cinco séculos de presença e diálogo, é a Portugal, de modo particular, que esse papel cabe. A pergunta é: como fazê-lo?

Porque um equívoco em que se tende a cair facilmente é o de que a gestão do processo deve ser feita a partir de Lisboa e a partir das instituições portuguesas, nomeadamente académicas, estejam elas em Lisboa, em Coimbra, no Porto ou alhures. Erro liminar. A distância é demasiada para que assim se proceda. O papel nuclear tem de caber às instituições locais, que conhecem a realidade local, os interesses, as especificidades, as susceptibilidades, os problemas, as dificuldades, mas também os recursos e as soluções.

Bem estiveram, por isso, o Camões e outras instituições portuguesas quando criaram o IPOR, o Instituto Português do Oriente, que permite deslocalizar para o centro da actividade a sua gestão.

Falava-se de materiais. Como foi dito, são inúmeras as queixas face aos materiais existentes. E não surpreende que assim seja. Se o ensino da língua portuguesa a falantes de idiomas chineses tem problemas específicos e enfrenta dificuldades muito peculiares, justo é que os materiais sejam concebidos a pensar nisso. Ora, tal não será possível com base numa suposta telepatia pedagógico-científica; nem mesmo neste tempo, o tempo do mundo global e desses portentos

chamados tecnologias da informação e da comunicação, isso será possível. O ideal é que os materiais sejam desenvolvidos localmente, por docentes com experiência e conhecimento da realidade local; e, mais do que isso, numa cooperação estreita entre docentes que têm a língua portuguesa como língua materna ou outros que ensinam o Português como língua estrangeira, com docentes de língua portuguesa que têm a língua chinesa como língua materna. Sim, porque não é ousadia alguma afirmar que o conhecimento que estes últimos têm das dificuldades e das realidades em causa é muito superior.

De docentes se trata. E esta é uma questão nuclear. Ao longo dos anos, foi proliferando a ideia, hoje já menos disseminada, mas na qual ainda muitos acreditam, de que basta ser português e – vá lá – ter formação superior, para ensinar a língua portuguesa. Seria o mesmo, *grosso modo*, que dizer que cada um de nós, porque vive e age em função de leis, com as quais lida todos os dias, é um potencial advogado ou, até, um juiz; ou que cada um de nós pode ensinar pedagogia, desde que já tenha educado um ou dois filhos; exemplos que poderíamos levar até à exaustão, na saúde, na engenharia, etc. Nenhum profissional desses ramos de actividade aceitará de bom grado essa invasão de propriedade. Mas nós, os profissionais da língua, temos de aceitar que o nosso domínio é reino de qualquer um?

Sabemos que o desenvolvimento do Português em muitas partes do mundo – e em Macau também, como provam bastos exemplos – deve muito ao esforço e empenhamento de

olhando o português a partir de Macau

curiosos. São credores, por esse motivo, da nossa homenagem e da gratidão de todos os poderes. Mas esse tempo passou. Hoje, a profissionalização nos diversos sectores de actividade é a regra. E, no caso da língua, não é excepção.

Acontece que o ensino de línguas como línguas estrangeiras, repito, como línguas estrangeiras, ou seja, não maternas, é, hoje, um domínio científico bem identificado e com personalidade própria no ensino superior e na investigação. Multiplicam-se mestrados e doutoramentos em PLE ou PLELS ou PLNM (Português Língua Estrangeira, Português Língua Estrangeira e Língua Segunda, Português Língua Não Materna). Dito por outras palavras: é um domínio de especialização.

Que deve fazer uma política de língua, neste caso aplicada à lusofonia? Investir na formação de profissionais nesta área, de PLE, e prover deles as instituições de ensino, aos vários níveis. Quantos existem em Macau? E na China? Decerto muito poucos. Está feito esse estudo? Esse levantamento? Esse será um trabalho prioritário. Com bolsas de estudo, sim, porque este é um projecto estratégico.

E sejamos frontais e directos, como convém: não se resolve o problema criando tais formações em Macau, apenas de nome, se em Macau não existir um corpo docente qualificado nessa área para as ministrar. Até lá, ou seja, até que esse corpo docente qualificado exista, duas vias podem coexistir: a) as tais bolsas de estudo, que permitam formar em Portugal e no Brasil os profissionais capazes; b) a criação de cursos nessa área, em parceria com instituições de ensino superior portuguesas e/ou

brasileiras e em articulação entre as várias instituições do território.

Aliás, e esse é um dado importante, no território, no conjunto das várias instituições, existem docentes com qualificação e curriculum nessa área; o problema é que pertencem a instituições diferentes; se elas se juntassem, num esforço louvável de sinergia, seria possível responder com qualidade e eficiência a esse desafio.

E chegamos, então, às instituições de ensino. Todas as que foram referidas acima estão a desenvolver acções meritórias no ensino da língua portuguesa. E estão a fazê-lo bem. O que importaria seria que se reunissem para definir, com clareza, os objectivos de cada uma delas, ou, se se preferir, as fronteiras, assim fazendo prevalecer a lógica da eficiência e da complementaridade sobre a lógica da concorrência.

Finalmente, que o tempo vai longo, posto que muito houvesse por tratar, uma política de língua para a lusofonia, como o tal estudo de mercado de que acima se falava seguramente poderia demonstrar, tem de saber quais os interesses em causa. Há dezenas de anos, os estudos portugueses no mundo assentavam na literatura e na linguística, domínios nascidos das velhas filologias que deram origem aos grandes mestres dos estudos lusitanistas no mundo: Wilhelm Storck, um dos príncipes do estudiosos de Camões, Carolina Michaelis de Vasconcelos, Luciana Stegagno Picchio, Paul Teyssier, Arthur Askins, Stephen Reckert e, mais recentemente, Tom Earle, por exemplo, ou David Jackson, para

olhando o português a partir de Macau

citar apenas alguns nomes. Hoje não é assim. A lei que tudo ordena é a lei do mercado. Não é já o Português literário ou o Português especializado que se busca, mas o Português para fins específicos. Uma política para a lusofonia tem de ter isso em conta. E tem de pensar que lusofonia é Portugal, mas também Brasil e Angola e Moçambique e Cabo Verde e Macau e Timor e Guiné e S. Tomé e Príncipe. Lusofonia é língua e é cultura e é território e é sociedade e é economia e é política e é comércio e é arte e é, até, desporto e por aí fora. Por isso, obreiros de uma política de lusofonia são, aqui em Macau, as instituições de ensino, mas também outras instituições que têm na cultura portuguesa o seu centro de acção: a Casa de Portugal e todas as demais associações portuguesas, a Fundação Oriente. São parceiros ou parceiras em momento algum descartáveis neste processo.

Nem tudo fica dito. Talvez o mais importante tenha ficado por dizer. E o mais importante é que Macau é cada vez mais parte de um universo que excede em muito as suas exíguas fronteiras, aqui à beira do grande delta; no que toca ao ensino do Português, Macau é parte desse imenso universo chamado China e desse outro, ainda mais imenso, chamado Ásia. Uma vez mais, por razões culturais e por razões históricas, Macau pode e deve ter um papel nuclear no desenvolvimento do Português nesse vasto território. Mas, para usar esta mesma expressão, esse é território demasiado vasto para caber nas escassas linhas deste pequeno contributo.

BREVES REFLEXÕES ESTRATÉGICAS SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS NA CHINA⁵

Há alguns anos (oito? nove?) toda a gente sabia do que falava quando debatia a questão do Português na China.

Não era difícil; não havia muito a saber, porque se estava perante uma realidade muito limitada: quatro universidades, uma dúzia de docentes, centena e meia, quando muito, de estudantes.

Tal realidade alterou-se substancialmente. Ninguém sabe até que ponto, nem em que dimensão, mas alterou-se. Muito. Insisto: ninguém sabe ao certo quais as dimensões dessa mudança que a realidade conheceu. Mas que foi profunda, não há dúvida.

Dois exemplos do nosso desconhecimento:

Primeiro – a República Popular da China é um país imenso, com muitas cidades que são metrópoles desconhecidas, qualquer delas com uma população superior à de Portugal e que distam,

⁵ Texto inédito até 2016. Optou-se por não actualizar os dados constantes deste ensaio, que sofreram profunda evolução entre 2016 e 2021.

entre si, distâncias tão longas que exigem várias horas de avião para as transpor.

Shanghai e Beijing mais do que duplicam a população de Portugal; Guangzhou ultrapassa-a em mais de 50%; Chongchin, Nanqin, por exemplo, superam-na um pouco, se considerarmos toda a sua área administrativa. Quanto às distâncias, de Guangzhou a Harbin são mais de quatro horas de voo directo, um tempo superior a uma viagem de Lisboa a qualquer ponto da Europa; e esta não é a maior das distâncias.

Segundo – quando falamos do Português na China, falamos, sempre e invariavelmente, de universidades. Mas há muito ensino do Português que escapa ao sistema universitário e que, portanto, não é objecto do nosso rastreio e, mesmo, do rastreio das autoridades. Cito três exemplos, que o acaso (o puro acaso) trouxe ao meu conhecimento:

1. Uma aluna de Mestrado de uma universidade chinesa com quem mantemos colaboração abriu um curso de Português online, a partir de sua casa. Em poucas semanas atingiu centenas de alunos.

2. Uma aluna de outra universidade licenciou-se e surgiu-lhe uma oferta de emprego no ensino: uma empresa que ensina português a cidadãos chineses recrutados por outras empresas, para trabalharem em Angola. Aparentemente, tais cursos, que não conferem qualquer grau e apenas facultam os primeiros rudimentos, funcionam numa base regular, mas à margem de qualquer sistema convencional.

olhando o português a partir de Macau

3. Terceiro caso, numa visita a uma universidade de Sichuan (aqui não me parece que tenha de omitir a referência), deparei com aulas de português, também numa base rudimentar, numa escola primária. Quem ensinava eram jovens docentes que aprenderam português nos cursos de preparação de quadros do Instituto Confúcio.

As duas primeiras situações surgiram-me apenas por obra do acaso e porque existe uma relação pessoal com ambas as envolvidas. Donde, cabe perguntar quantos mais casos haverá que escapam ao nosso conhecimento. Muitos, seguramente. Muitos, mesmo. E a China é tão grande e imensa, em número de quilómetros e em número de pessoas, que estes casos, por muito que se considerem limitados, indiciam uma realidade dificilmente calculável e quase impossível de rastrear.

A República Popular da China possui um eficaz mecanismo de centralização do poder e da informação, é verdade; mas isso nem sempre implica que possamos ser senhores de todos os dados, mormente no caso de uma realidade tão insignificante, à escala do país, como é o ensino do Português. Dito de outra forma: os dados oficiais não espelham a realidade toda, mesmo a que tem enquadramento institucional, e muito menos dizem a realidade que pode escapar a esse mesmo enquadramento institucional.

Juntemos a isso o facto de se ensinar português, em regime opcional ou em apoio a licenciaturas de vários tipos, em muitas universidades; essas, muitas vezes, não constam dos registos. É

por isso que os números referidos quanto ao ensino do Português na China são tão variáveis e tão pouco coincidentes. Se são mais ou menos uniformes os que se referem a cursos de licenciatura, os outros variam consoante quem os obteve e o modo como os obteve.

O que vale por dizer que, neste domínio, ou seja, no que ao ensino do Português na República Popular da China diz respeito, se é certo que seria um exagero recorrer ao aforismo socrático e dizer que “não sabemos nada”, porque a verdade é que sabemos alguma coisa, não é menos certo afirmar que é bem mais o que não sabemos do que o que sabemos. De uma forma simplista, sabemos pouco.

Como se reage a esta situação? Desde logo com uma atitude de humildade. Confesso que, após mais de três anos a deambular, em missão, por mais de duas dezenas de cidades chinesas e não só chinesas, e outras tantas universidades, onde se ensina ou pretende vir a ensinar português, é a atitude que recomendo a quem trabalha no projecto que vem sendo desenvolvido pelo Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa do Instituto Politécnico de Macau ou em qualquer outro projecto de natureza ou objectivos semelhantes a este. Humildade, sim. A humildade de quem tem tudo a descobrir e de quem sabe que tem, ainda, longo caminho a percorrer.

E o que sabemos nós?

Depois de termos visitado 21 universidades na República Popular da China e termos mantido contacto com todas essas e mais meia dúzia delas, os dados mais recentes, fornecidos pelos

olhando o português a partir de Macau

responsáveis dessas mesmas universidades, indicam o seguinte:

- 22 universidades com licenciatura em Português;
- 2 universidades com Mestrado;
- 10 universidades com português em outras modalidades;
- entre 130 e 140 professores de Português;
- desses, três quartos são chineses, um quarto são portugueses ou brasileiros;
- a mesma proporção entre os que possuem ou não possuem Mestrado: três quartos possuem-no, um quarto só tem licenciatura;
- do total, somente um terço frequenta cursos de doutoramento;
- sabemos, ainda, que entram para o sistema, anualmente, mais de 700 estudantes e diplomam-se, também em cada ano, mais de 500.

Estes números, em si mesmos, são interessantes e surpreendentes, pelo menos para nós que estudamos ou presenciamos o seu crescimento exponencial, mas talvez o não sejam, ou parece, mesmo, que não são, para quem olha a realidade a nu, sem enquadramento ou contexto, o mesmo é dizer que a ignora, por desconhecer o que envolve.

Vejamos o que pode dizer esse observador menos atento:

Pode contrapor que, nos Estados Unidos da América, por exemplo, estes números são bem mais elevados, tanto no que

respeita ao número de escolas como ao de estudantes e docentes.

E pode acrescentar que talvez em França sejam igualmente superiores.

Ou seja, pode lembrar os casos dos Estados Unidos e de França, dois dos países não lusófonos onde o Português está mais presente. Quem olha, somente, em termos absolutos conclui que a realidade chinesa é interessante, mas não a que requer mais atenção; o que, numa escala de prioridades, poderá levar a privilegiar outras opções, em detrimento desta.

Olhemos com atenção quem assim fala e o que diz e ensaiemos algumas respostas ou, talvez melhor, sugestões de reflexão.

Há quantos anos existe ensino de Português nos Estados Unidos da América? Quantos milhares de portugueses ali moram? Qual o peso da emigração portuguesa para lá?

Para dar um só exemplo: moram bem mais portugueses (portugueses que falam português) em New Jersey do que em Macau; como moram bem mais portugueses, que falam português, em Paris do que em Macau; e, talvez, na Califórnia; e em tantos outros lugares.

E há quanto tempo descobriram os Estados Unidos da América o Brasil como destino de investimento ou parceiro económico e comercial?

Porque o que surpreende, na República Popular da China (e, aqui, mais do que em qualquer outro país da Ásia) não são apenas ou não são especialmente os números, mas, sim, a

olhando o português a partir de Macau

associação dos números à velocidade com que foram atingidos. E, o que não é despreciando, surpreendem verdadeiramente tais números se inseridos no seu contexto: é que, no interior da República Popular da China quase não há portugueses ou há muito poucos e não consta que alguma vez esse tenha sido um destino de emigração para os Portugueses.

Demorou cerca de oito anos a que estes valores fossem alcançados. Oito anos, em história, é um ápice. De quatro universidades para mais de trinta é obra; e, em meia dúzia de anos, é um verdadeiro fenómeno.

Como o é o salto de dezena e meia de professores para mais de cento e trinta.

Ou o pulo de trezentos ou quatrocentos estudantes para cerca de dois mil e quinhentos.

Sem dúvida que este foi o mais vertiginoso crescimento do Português verificado até agora em qualquer sistema de ensino à escala mundial. E tende a tornar-se a maior rede de ensino de Português a nível universitário fora do espaço lusófono.

Talvez as autoridades portuguesas e brasileiras – sim, digo bem, portuguesas e brasileiras – devessem dar maior atenção a esta realidade. Talvez devessem fazer uma leitura atenta destes dados e partir dela para uma actuação consequente. Mas, enquanto o não fazem, teremos de ser nós, no terreno, a olhar atentamente para o que temos pela frente.

Mais uma vez a pergunta: perante isto, que atitude tomar?

Voltemos à resposta em que estávamos há pouco: antes de mais, uma atitude de humildade.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

Quando alguém, em Macau, no interior da China ou – pasme-se – em Portugal se apresenta como detentor da verdade e conhecedor profundo da realidade chinesa no que ao ensino do Português diz respeito, o mínimo que apetece fazer é... sorrir. Sim, sorrir, que é a resposta mais adequada ao excesso de pretensiosismo.

Porque, em boa verdade, nenhum de nós sabe tudo. Provavelmente, cada um de nós sabe muito pouco. Não sabe verdadeiramente quanto, não sabe com toda a certeza onde, não sabe sem vacilações com que meios, não sabe a bom rigor com que problemas.

Não gostaria de aqui nos apresentar a nós, do IPM e do Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa, como exemplo. Mas seja consentida, a bem da verdade, esta referência.

Talvez tenhamos a maior rede e mais oleada de diálogo com instituições de ensino superior da China continental, porque conversamos, numa base de cooperação efectiva, com mais de vinte.

Somos quem esteve mais vezes e mais activamente presente: visitámos vinte e duas universidades; realizámos mais de duzentas horas de formação para professores; dessas, mais de uma centena foram localmente realizadas, em seis universidades do interior da China, e mais sete estão previstas para este ano (2016).

Mas continuamos a acreditar que é bem maior o caminho por percorrer do que o caminho percorrido.

olhando o português a partir de Macau

Voltemos aos dados acima apresentados sumariamente, às conclusões que propiciam e às linhas de acção que a partir deles podemos desenhar.

Uma primeira nota, de enorme importância para a concepção de qualquer projecto, tem a ver com o retrato do corpo docente que serve o ensino do Português. Consideremos uma grande divisão: os falantes chineses, por um lado, ou seja, que têm o Português como segunda ou terceira língua, e, por outro, os falantes nativos, isto é, que têm o Português como língua materna.

Uns e outros possuem uma característica comum: são jovens, diplomados não há muito tempo, seja com licenciatura, seja com mestrado, possuem uma carreira profissional ainda curta e uma carreira académica apenas no seu início.

Repare-se: três quartos possuem já mestrado, mas só um terço ainda meteu ombros ao doutoramento. Isso pode querer dizer uma de três coisas, no essencial: ou que acham que ainda é cedo, o que vale por dizer que são mesmo muito jovens, ou que não têm onde realizar essa progressão académica, porque as universidades chinesas não a oferecem (não têm corpo docente qualificado para isso) ou, finalmente, não pretendem fazer da docência a sua carreira, e só nela o doutoramento, por enquanto, faria sentido.

Mesmo no caso dos docentes que são falantes nativos, ou seja, que têm o Português como língua materna, esta leitura não é muito diversa. São, na sua quase totalidade, jovens; possuem formações diversificadas (essa estatística está por fazer) e a

docência na China é uma experiência para eles, em início de carreira, seja por isso mesmo, isto é, por ser início de carreira, seja por força das circunstâncias em Portugal e no Brasil, onde são conhecidas as restrições no acesso ao emprego por parte de recém licenciados e, particularmente, em cursos que preparam para a docência.

Ou seja, em ambos os casos, ou seja, docentes nativos de língua chinesa ou docentes com o Português como língua materna, a experiência que possuem é escassa e necessitam cada vez mais de formação; são eles que o afirmam.

Essa formação pode ser contínua, que é aquela que estamos a fazer, voltada para casos concretos e para dificuldades muito específicas, isto é, formação feita à medida, ou pode ser formação, digamos, inicial ou pós-graduada, o mesmo é dizer formação conferente de grau. Neste particular, a maior parte dos docentes chineses procura obter o grau (mestrado ou doutoramento) em universidades portuguesas, em universidades brasileiras ou na Universidade de Macau. Mas a oferta fica, como é bom de ver, muito aquém da procura e bem mais aquém, ainda, das necessidades do sistema.

Temos, portanto, aqui o primeiro conjunto de traços do diagnóstico e, conseqüentemente, a primeira linha de rumo: no que respeita ao diagnóstico, a juventude do corpo docente, a sua relativa inexperiência, a menor preparação técnica e científica ou, se se preferir, científica e pedagógica para o ensino do Português como língua não materna; no que respeita ao rumo, ou, por outras palavras, à resposta ao diagnóstico, o

olhando o português a partir de Macau

caminho passa pela formação, a vários níveis – formação académica (mestrado, doutoramento), formação contínua.

Nesse processo, muito caminho há a realizar. Não é sustentável, de facto, que os jovens docentes chineses sejam sistematicamente obrigados a procurar fora a formação que não têm. É necessário criar condições, através de parcerias estratégicas, para concretizar esses cursos no interior da China. É sabido que as universidades chinesas, por enquanto, não possuem corpo docente qualificado para a leccionação de cursos de mestrado ou de doutoramento nesta área; bastará notar que em toda a China continental não há mais de três docentes doutorados a prestar serviço na área do Português. Mas é possível superar essa lacuna com parcerias estratégicas, como aquela que levará, neste ano de 2016, à abertura de um curso de mestrado em Português Língua Estrangeira na Universidade de Línguas Estrangeiras de Cantão, numa acção partilhada por esta universidade, pela Universidade de Coimbra e pelo Instituto Politécnico de Macau.

Fazê-lo não significa atenuar o papel relevante que a Universidade de Macau tem vindo a desempenhar, e muito bem, neste domínio; se é lícita, aqui, a imagem da economia, o mercado é suficientemente lato para acolher a multiplicidade de ofertas.

Quanto à formação permanente, ela não pode ser desligada dos espaços e contextos onde os problemas acontecem; isso vale por dizer que há toda a vantagem em que a formação permanente ou contínua decorra nas universidades e, na

prática, em simultaneidade com o exercício quotidiano da função docente. Isso permite: a) que todos os docentes possam frequentar a formação, sem exclusões; b) que a sala de aulas, qual laboratório de experimentação, esteja ali ao lado, ao virar da esquina, que é como quem diz, ao virar da hora; c) que os problemas estejam frescos, como se diz em português, vivificados pela proximidade no tempo e no espaço.

A responsabilidade desta formação, como a seguir se dirá, deve ser preferencialmente de Macau; mas a isso voltaremos adiante.

Passemos a um segundo ponto do tal retrato ou diagnóstico, também este ligado àquilo a que atrás se chamou escala ou dimensão: a imensidão do país e o enorme afastamento entre as cidades, onde se situam as universidades de que estamos a tratar.

Olhemos a distribuição do ensino de Português no território: de Sul para Norte, rente ao mar, são bem largos os saltos desde Hainan até Harbin, passando por Macau/Zhuhai/Guangzhou, depois Fujian, depois Zhejiang, com Hangzhou e Shaoxing bem vizinhas, a seguir Shanghai, Nanqin, Shandong, Dalian, Harbin; no interior, se exceptuarmos a grande concentração de universidades em Beijing (nove, no total e, ao lado, Tianjin), não são menores os saltos que passam por Hebei, Xi'An, Chongqin, Lanzhou.

Vivemos na era da comunicação, no tempo em que as tecnologias fazem milagres na superação de barreiras; mas são milhares de quilómetros e milhões de pessoas pelo meio. Esse

olhando o português a partir de Macau

facto é, necessariamente, gerador de algum isolamento e de quebra no diálogo. Soma-se a ele um outro, que é o do afastamento, grande, em relação aos países onde se fala a língua que é objecto de aprendizagem, o Português.

A distância ou afastamento, neste caso, tem como consequência a perda de eficácia na comunicação e alguma dificuldade de articulação. Melhorar os mecanismos de comunicação, promover o diálogo e desenvolver processos de intercâmbio e de articulação é um passo fundamental, no sentido de o ensino do Português no interior da China, desde já, e, em geral, na Ásia, poder prosseguir em bases mais consistentes e com vantagem para docentes, para instituições e para os estudantes.

Houve já fugazes tentativas de articular este processo, mormente por parte de instituições portuguesas, mas sem resultado, o que se compreende, por motivos óbvios. Tais tentativas assentam, de facto, num erro elementar: qualquer instituição portuguesa é uma instituição estrangeira; ora, este é um assunto que tem a ver com instituições de ensino superior do interior da China, inseridos no sistema educativo da República Popular da China. O diálogo e articulação só podem, com êxito, ser promovidos por instituições chinesas e no quadro das instituições chinesas. É isso que temos estado a fazer no IPM, por ser uma instituição chinesa e porque Macau, uma vez mais, pode ter aqui um papel nuclear.

Esta facilitação do diálogo, como podemos chamar-lhe, não se limita, no entanto, ao espaço da China ou da Ásia. Deve

promover-se a cooperação entre as instituições da Ásia e, particularmente, da China continental, e as dos países de língua portuguesa. É menos fácil fazê-lo do que dizê-lo. Abundam os exemplos de morosos processos, de muitos meses e, por vezes, de mais de um ano, em esforços de contacto entre universidades chinesas e universidades portuguesas ou brasileiras. Ou porque se não conhecem, ou porque os interlocutores mais adequados demoram tempo a identificar-se, ou, simplesmente, porque a burocracia tem os seus travões. Uma vez mais, temos procurado cumprir esta missão, que, desde o início, assumimos como um objectivo estratégico. Muitas são já as instituições universitárias do interior da China que pusemos a interagir com instituições portuguesas ou brasileiras, pelo menos. O princípio é simples, lógico e funciona em outros domínios. No fundo, trata-se de aplicar na educação e, neste caso, no ensino da língua, a lógica subjacente ao Fórum para a Cooperação Económica e Empresarial entre a China e os Países Lusófonos, em boa hora criado; alargar a cooperação até às fronteiras mais largas da lusofonia. Estabelecido o contacto, agilizadas as condições de diálogo, o nosso papel reduz-se a um mero acompanhamento, quando não deixamos as instituições assim apresentadas a viajar em parceria, já sem o nosso apoio.

Prossigamos o diagnóstico, para com mais acerto seguirmos na procura de soluções. Uma outra fragilidade tem a ver com dois dos traços apontados no retrato; ela resulta, de facto, da juventude e menor experiência dos docentes, mas também, e sobretudo, do alargamento tão súbito e expressivo

olhando o português a partir de Macau

da rede; é, portanto, uma fragilidade que se inscreve naquilo que podíamos designar por “dores do crescimento”. Estamos a falar da falta de materiais, de que parte considerável dos docentes de Português na China se queixa.

Um observador mais descuidado diria aqui, não sem alguma surpresa e incredulidade: falta de materiais? Como, se desde há muitos anos que, em Portugal (e no Brasil), se produzem materiais para o ensino de português como língua estrangeira? Esse é o equívoco e concentra-se naquele segmento de frase “em Portugal e no Brasil”.

É esse o equívoco. É que a maior parte de tais materiais são produzidos em Portugal, editados por editoras portuguesas, disponibilizados por instituições portuguesas (também brasileiras, convenhamos), exportados, seja em papel, seja de várias outras formas.

Perante um público constituído por professores de português na China ou, de forma mais lata, na Ásia, não é novidade nenhuma lembrar as especificidades do chinês e dos idiomas orientais, na semântica, na fonética, na estrutura, na sintaxe e por aí fora. Para perceber cabalmente as dificuldades, é necessário ter consciência dessas profundas diferenças; neste caso, quem não sentir na pele a ferida, dificilmente acerta no diagnóstico e, portanto, a custo consegue desenvolver o remédio. Sem falar nos problemas com que se depara o produtor de tal remédio, quando, depois de desenvolvido, pretende exportá-lo. Porque essa pode ser uma dificuldade suplementar.

Vejamos por partes.

Antes de mais, a produção em si mesma. É com muito empenho, com boa vontade, com a maior honestidade intelectual que professores e investigadores, em Portugal e/ou no Brasil se dedicam a produzir meios auxiliares (os tais materiais) para o ensino do Português como língua estrangeira. Mas fazem-no, as mais das vezes, longe, o mesmo é dizer, razoavelmente desligados da realidade em que pretendem intervir. Seria ousadia e injustiça dizer que a desconhecem; mas será consensual a afirmação de que não a conhecem suficientemente e que não têm oportunidade de testar, em cada compasso, a aplicabilidade do que vão fazendo. A maior parte de tais materiais obedece ao princípio de “chave na mão”; e esse princípio é, aqui, manifestamente inadequado, visto que a sala de aulas é um permanente laboratório de experimentação.

Deixemos de lado os materiais produzidos para uso indiscriminado em qualquer país, isto é, os que são pensados para o ensino de PLE em França, Inglaterra, América, China, quando não, mesmo, Portugal. Este último caso é um absurdo: não se ensina uma língua em situação de imersão na língua materna com os mesmos instrumentos utilizados em situação de imersão na língua que se aprende. Mas a outra opção também tem sérios desacertos metodológicos: os materiais utilizados no ensino de PLE não devem ser os mesmos quando o contexto de aprendizagem são línguas ocidentais (aceitemos, por comodidade, esta designação menos rigorosa) e quando são

olhando o português a partir de Macau

línguas totalmente diversas, como as orientais, por exemplo o chinês ou o japonês, entre outras.

E, finalmente, a terceira possibilidade, que consiste na produção à distância de materiais concebidos para uso na Ásia, neste caso na China; apesar de representar um reconhecimento inequívoco das especificidades, ainda não é, por tudo quanto fica dito, um passo suficiente – falta-lhe o suporte imediato, que só o contacto quotidiano com a realidade permite.

Donde, a solução ideal será a concepção e desenvolvimento de materiais para o ensino da língua portuguesa na China ou na Ásia, em diálogo e articulação com quem os utiliza.

Esta afirmação é válida para todos os tipos de materiais. E não se pense que plataformas digitais ou disponibilização de instrumentos através delas resolve o problema. Cada país tem as suas especificidades e não nos assiste o direito ou qualquer legitimidade para as indagar. Pensar que as tecnologias da comunicação e informação resolvem tudo é uma utopia e reflecte um desconhecimento grande da realidade. No caso da China, há muitas questões desta natureza que só localmente se resolvem; como é sabido, nem todas as plataformas informáticas são acessíveis a partir do território.

Usemos um exemplo, muito conhecido: um repositório de grandes potencialidades para fornecer meios auxiliares de ensino é o *YouTube*. São muitas dezenas, quando não centenas de filmes e canções, por exemplo, que podem ser de grande utilidade nas aulas de português. Mas, em boa parte dos casos, não estão acessíveis no interior da China. Estarão, se passarem

a ser disponibilizados de outra forma ou noutro local, como o Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa tem vindo a fazer desde há mais de um ano.

São exemplos, apenas, talvez de casos pouco mais que menores, mas que são significativos na expressão das dificuldades e fragilidades com que nos confrontamos. Como se disse nas palavras iniciais, o caminho está só no começo. Há, ainda, muita viagem por fazer.

E Macau? Qual o lugar de Macau em todo este processo, ou antes, qual o lugar que se espera que Macau desempenhe em todo este processo?

Macau reúne um conjunto de mais valias que, não obstante sejam conhecidas, vale a pena enumerar:

Primeiro, Macau é parte integrante da República Popular da China. Macau sempre foi China, de facto, é bom lembrá-lo aqui, do ponto de vista cultural, do ponto de vista geográfico e não só. Desde 1999 que o é também de direito. O lugar de Macau é, por isso, integrado na estratégia global definida pelo Governo Central. O princípio dual consubstanciado na expressão “um país, dois sistemas” não fere essa inserção global, de alcance mais vasto. Por isso, a recente estratégia “uma faixa, uma rota” (e não pode deixar de sublinhar-se que o dual daquele outro princípio é, aqui, substituído pela unidade) atribui a Macau um lugar importante.

Segundo, Macau é, em resultado da história, da geografia, também, da tradição, de cinco séculos de vida, um encontro de culturas e um pólo de diálogos. Diálogos, sim, no plural, porque

olhando o português a partir de Macau

muitos são. Não é apenas por opção política dos seus dirigentes que a palavra plataforma entrou no léxico quotidiano de Macau. Ela, ou o significado que por detrás dela se resguarda, já estava nesse léxico, como uma espécie de ADN, por nele ter sido inoculada durante cinco séculos de história. Macau não é plataforma somente por vontade política; é plataforma por vontade da história, por vontade, se assim pode dizer-se, da sua identidade, paulatinamente construída e inequivocamente assumida.

Terceiro, Macau tem o Português como língua oficial. E, para quem disser que isso não quer dizer grande coisa, num território onde não se fala genericamente português, convém lembrar coisas simples: numa cidade onde toda a população é chinesa, com raríssimas e residuais exceções, espanta a presença da língua portuguesa: nas ruas, na toponímia, na imprensa escrita e falada, na administração.

Quarta mais valia, Macau dispõe de meios e de vontade política. O poder político da Região Administrativa Especial de Macau e, também, o poder central da República Popular da China definiram para Macau o estratégico papel de plataforma no diálogo com os países de língua portuguesa.

Esse é o lugar de Macau, mas nem toda gente se apercebe do verdadeiro significado da palavra: plataforma. Ora, uma plataforma ou, se se preferir, com mais rigor, uma ponte, o que vai dar ao mesmo, não o é entre si e outra coisa, é-o entre duas coisas, no meio das quais a plataforma ou ponte se encontra. A

plataforma liga duas realidades, sendo que nenhuma delas é a própria plataforma.

É esse o papel de Macau no que toca aos grandes desafios que se apresentam ao desenvolvimento do ensino da língua portuguesa na China: usar os meios de que dispõe – e que são razoavelmente significativos –, fazer jus a uma das suas línguas oficiais, honrar a história que é a sua, concretizar a herança que recebeu, ano após ano, ao longo dos cinco séculos que aqui nos trouxeram, rentabilizar o seu lugar geográfico e, por fim na ordem, que não por último na escala de prioridades, dar corpo à sua identidade única de lugar privilegiado do encontro de culturas.

Traduzindo tudo isto em palavras simples e breves:

Macau é China: isso permite às instituições chinesas de Macau – assim elas o queiram – colaborar activamente no ensino do Português em universidades chinesas, instituições que são do mesmo país; activamente significa presencialmente. É isso que nós estamos a fazer.

Macau congrega um corpo docente, nas suas várias instituições, onde se juntam portugueses, brasileiros e chineses bilingues, coisas que juntas se acham raramente, para plagiar Camões. Congregá-los e pôr esse capital, em união de esforços, ao serviço da causa do Português na China é um caminho não percorrido e que será muito fecundo se iniciado.

Estes princípios valem para tudo quanto há a fazer: formação inicial, formação contínua, elaboração de materiais, concretização de acções específicas que permitam avanços

olhando o português a partir de Macau

lentos e progressivos. Depende, mais do que do poder político regional, do poder e da vontade das instituições.

Vale a pena retornar ao diagnóstico, tanto mais que, repita-se, é muito menos o que sabemos do que o que desconhecemos.

As fragilidades do crescimento (dores do crescimento, como atrás foram chamadas), o facto de ter sido crescimento pouco menos que súbito, a dimensão do território, em espaço e em pessoas, as especificidades da comunicação, sejam elas as especificidades linguísticas, sejam as que resultam do contexto, nas suas múltiplas vertentes, têm de determinar as opções.

E essas opções têm de ser pensadas com o centro de atenção nas pessoas, as que ensinam e as que aprendem, e nos actores principais deste processo.

E, por falar nos actores principais, uma última nota, que jamais me cansarei de repetir. Conta-se que Catão, um romano, no tempo em que Cartago era uma ameaça para Roma, terminava sempre os seus discursos no Senado, com a mesma frase, fosse qual fosse o assunto sobre o qual tinha discursado: “é isto o que penso; e penso também que Cartago deve ser destruída”. Sigo o exemplo do velho senador romano para terminar com um axioma que tantas vezes repito: o território é muito vasto, o que há por fazer é imenso, o potencial de crescimento é espantoso e está longe de estar esgotado. Todos somos poucos para sermos actores e protagonistas nesse processo.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

A lógica da cooperação, da complementaridade de esforços, do entendimento, deve prevalecer sobre a lógica da concorrência, que não faz qualquer sentido. É esse o axioma, a repetir as vezes que for necessário: todos somos poucos, só juntos seremos bastantes, e o onde, o quem, o como e o quê são tamanhos que chegam para o esforço e empenho de todos.

UMA POLÍTICA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA: O EXEMPLO DA CHINA⁶

A China será só um exemplo... mas que exemplo!

Começemos por olhar a realidade desse imenso país com mais de 1.500 milhões de habitantes, o mais populoso de todo o mundo e, também, muito em breve, senão já agora, a maior economia do planeta. Pelo menos, a que revela o crescimento mais acentuado, mais consistente e mais rápido. O país que, por contingências que a História explicará e que não cabe aqui dilucidar, viveu imerso no seu proverbial e milenar afastamento, razoavelmente isolado, ora por opção própria, ora por opção alheia.

Foi já há largos anos (mas parece ter sido ontem) que a situação mudou. Vaticinava-se, então, sobre o que sucederia quando o milenar gigante despertasse, numa espécie de ensaio de futurologia a que historiadores e analistas políticos gostam

⁶ Contributo para o livro *O ensino do Português na China: parâmetros e perspectivas*, editado pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul (no prelo). Optou-se por não actualizar os dados constantes deste ensaio, que sofreram profunda evolução entre 2016 e 2021.

de dedicar-se, para entretenimento pessoal; umas vezes com acerto, outras, porventura, com desacerto.

Mas foi há vários anos, dizia, que a situação mudou. O poder político chinês, de forma concertada, de acordo com uma planificação que terá sido tudo menos fruto do improvisado, antes se revelou ter sido minuciosamente projectada, estrategicamente urdida, sabiamente executada, o poder político chinês começou a construir as suas pontes para o mundo e, ao mesmo tempo, metaforicamente e não só, a construir as suas pontes no mundo.

A economia abriu-se, o mercado regressou, as fronteiras perderam grande parte da sua intransponibilidade, as grandes metrópoles floresceram, a riqueza cresceu vertiginosamente. Estamos a falar de factos, note-se, não estamos a apreciá-los nem a fazer conjecturas a seu respeito.

A tese “um país dois sistemas” revelou-se uma realidade palpável e fecunda e não, como pretendem alguns, um guião de ficção.

Dizer que a China se abriu ao mundo (e o mundo à China) pode parecer um “cliché”, um lugar comum, mas nem por ser uma coisa e outra deixa de ser verdade. Só disso se não dá conta quem, manifesta e deliberadamente, porfiar por ter os olhos fechados à realidade do mundo em que vivemos.

Uma leitura, hoje, da presença da China no mundo dá-la-á como actuante e actante, não raro com protagonismo, em todos os continentes, em países sem conta, numa infinda multiplicidade de áreas, por vezes nevrálgicas.

olhando o português a partir de Macau

Tudo isto sucedeu ao longo de menos de cinco décadas, digamos. Um tempo ínfimo, se atentarmos na idade milenar do país em causa.

Nesse entretanto, o mundo, também ele, mudou. Muitas fronteiras desfizeram-se, novas fronteiras nasceram, umas hegemonias foram substituídas por outras, impérios houve que se reforçaram, como impérios houve que ruíram, o mapa político do mundo alterou-se profundamente e o seu mapa económico muito mais.

O Ocidente, pretensamente matriz e bitola do progresso e do crescimento, enredou-se em sucessivas crises, de que a mais recente terá sido, acaso, também a mais profunda. A crise do petróleo, a crise das *commodities*, a crise energética, as crises políticas que se multiplicaram como vírus. Paulatina, mas paradoxalmente, o Ocidente foi solidificando, sobre pés de barro, a construção falaciosa que viria a dar lugar ao lixo tóxico, de primeiro impacto nos Estados Unidos da América e logo propagado, por contágio, ao resto do mundo com os EUA irmanado em negócios de fantasia. A explosão (implosão, a bem dizer) do *Lehman Brothers* não foi um começo, porque o rastilho que a desencadeou já vinha ardendo de longe, à vista de todos, sem que ninguém o quisesse ver; mas também não foi um termo, porque as ondas de choque continuaram, ainda continuam e não se sabe quando se atenuarão.

Curiosamente, se em trabalho científico uma nota pessoal é permitida, a melhor e mais lúcida explicação que me foi dado presenciar a respeito de todo este processo, suas causas, sua

génese, seu quadro conceptual, seu desenvolvimento e seus vícios, foi dada por um banqueiro português, um dos mais prestigiados à época, que, depois, veio a colapsar e, com ele, a sua instituição, num processo com todas as características daquele que tão bem havia exposto e analisado. A história tem destas ironias e os seus actores parecem rejubilar nas suas próprias contradições.

Adiante e voltemos à China.

Durante as décadas em que a História assim se vinha desenhando, países houve que, ou porque a pobreza latente e o subdesenvolvimento os não deixava fazer parte da mesa onde o tal lixo tóxico se servia em pratos requintados, ou porque ainda não tinham despertado para os negócios internacionais, ou porque persistiam arredados do mundo ocidental e seus vícios, ou porque o seu potencial de crescimento se resguardava, ainda por descobrir, sob o nome comodista e pouco rigoroso de “terceiro mundo”, países houve que vieram, lentamente, fazendo o seu caminho. Muitos.

Entre eles os países lusófonos, filhos de uma história e de uma rotina política que os tinha como que abastardado e deixado à margem do devir das comunidades internacionais. Tinham história, claro, porque não há comunidades sem história nem territórios sem passado. Mas a sua história tinha sido cirúrgica e prepotentemente cerzida com a de um país outro, que não eram eles mesmos e ao qual eram forçados a chamar pátria, sem que raízes, cultura ou identidade fizessem

olhando o português a partir de Macau

jus ao nome imposto. Tinham futuro, pois todos os povos o têm. Mas havia quem porfiasse por negar-lho ou, pelo menos, por esconder-lho. Filhos de um colonialismo moribundo, sem saber que o era, estavam condicionados ao apartamento da sociedade das nações. Falo, em especial, dos países africanos de expressão portuguesa, a que poderia juntar Timor.

Fica de fora um, claro, o Brasil. Independente há muito, num processo original, procurava, ainda, o seu destino e tardava em descobrir o rumo certo para fazer render as suas potencialidades e para fazer a afirmação da sua identidade que com nenhuma outra era confundível. O Brasil sempre foi um país de referência no concerto dos povos; o único problema é que, por vicissitudes internas, demorou a compreender esse seu lugar e a missão que, com ele, lhe cabia e que dele se esperava.

Perguntar-se-á o que todo este excursus, aparentemente a despropósito, tem a ver com a língua portuguesa. Tem muito, como se verá.

Era da China que falávamos.

O despertar do gigante emparelhou no tempo, mais ou menos, com a libertação dos países lusófonos das peias do colonialismo. E coincidiu, portanto, depois dos primeiros anos de perda de tempo em lutas internas, inúteis e fratricidas, com o esforço de estabilidade e de reconstrução nacional, em cada um deles, e o empenhamento político, nem sempre bem

sucedido, mas sempre continuado, em projectos de desenvolvimento.

Afinal, parece, posto que fossem baixas, talvez, as expectativas, no seu início, o potencial de crescimento, como veio a provar-se, era imenso, real e sem margem de risco.

Foi isso, afinal, que a República Popular da China vislumbrou, porventura primeiro do que muitos outros, ou, pelo menos, de forma mais consistente e pragmática do que muitos outros. Vislumbrou e, sem perda de tempo, passou à acção. E, como “candeia que vai à frente alumia duas vezes”, soltou amarras em direcção a África e ao Brasil.

Foi nessa altura que o Português começou a florescer na República Popular da China.

Falemos, pois, de língua e de políticas de língua.

O Português começou a ser ensinado na China, na década de sessenta do século passado, fruto da necessidade de relacionamento com o Brasil e nos primeiros anos do diálogo entre ambos. Inevitavelmente, as leis da economia e da política ditaram o caminho. A primeira necessidade de falantes de português fez-se sentir por ocasião do desenvolvimento de relações políticas com esse país lusófono da América do Sul.

Começou a ensinar-se português, quase em simultâneo, em duas instituições: o Instituto de Radiodifusão de Beijing (hoje Universidade de Comunicação de Beijing) e o Instituto de

olhando o português a partir de Macau

Línguas Estrangeiras de Beijing (hoje, Universidade de Estudos Estrangeiros de Beijing).

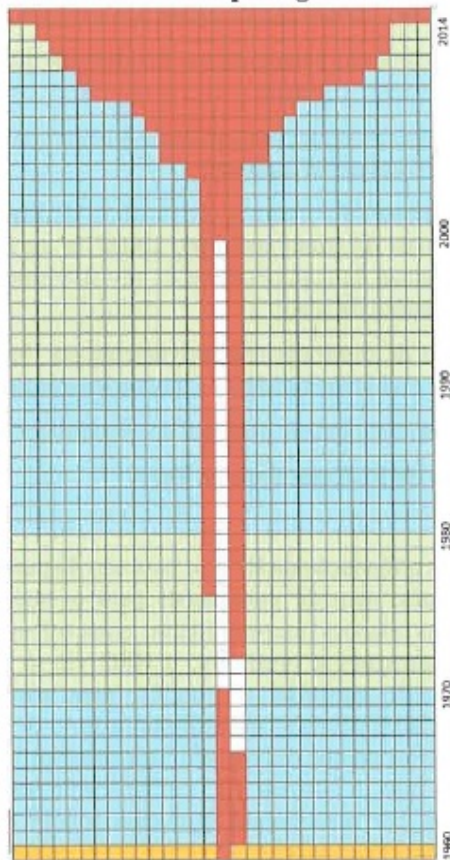
Explica o Professor Li Changsen que, pouco tempo depois, o processo veio a ser interrompido, em resultado da evolução política interna na República Popular da China e da Revolução Cultural. Só em 1973 o Português voltaria a ser retomado, de novo naquelas duas instituições e, logo a seguir, naquela que é hoje a Universidade de Estudos Estrangeiros de Xangai.

E assim ficou largo tempo. Uma ou duas instituições mais não fazem, em boa verdade, a diferença.

Até que se deu a explosão ou, se se preferir, a erupção vulcânica, como lhe chama o mesmo Professor Li Changsen.

Vejamos três gráficos, qualquer deles muito sugestivo:

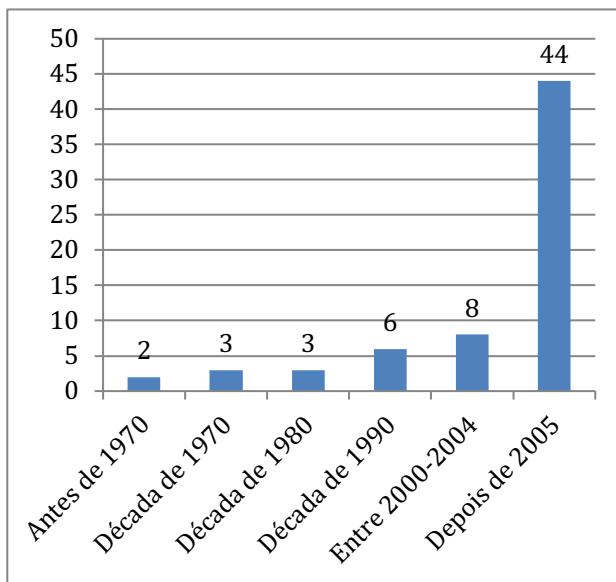
O desenvolvimento do curso de português na China desde 1960



olhando o português a partir de Macau

Este primeiro gráfico é aquele que acima se referiu, do Professor Li Changsen, o tal cuja forma lhe inspirou a designação “erupção vulcânica”.⁷

O segundo é da Professora Zhao Hongling, à época docente da Universidade de Línguas Estrangeiras de Beijing e hoje professora na Universidade de Estudos Estrangeiros de Dalian.⁸



⁷ Li Changsen (James), “Nova expansão da língua portuguesa na China”: *Actas do 2º Fórum Internacional de Ensino da Língua Portuguesa na China*. Macau, Instituto Politécnico de Macau, 2015, 51-74 (gráfico na pág. 60).

⁸ Quadro gentilmente cedido pela autora.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

O terceiro é do Dr. Liu Gang, do Instituto Politécnico de Macau.⁹

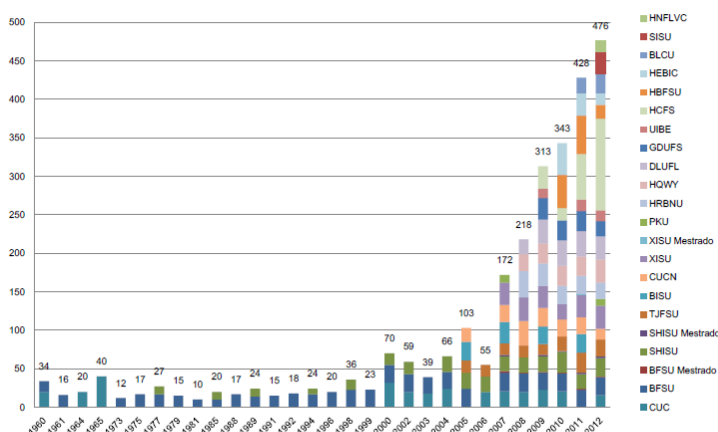


Gráfico 1. Número de estudantes admitidos pelas instituições de 1960 a 2012

Há uma nota que é comum aos três quadros: o súbito crescimento do número de instituições que ensinam Português na República Popular da China, a que se junta, por consequência, um crescimento não menos súbito do número de estudantes e do número de docentes.

⁹ Liu Gang, “Planeamento do ensino do Português Língua Estrangeira na República Popular da China”: *Actas do 2º Fórum Internacional de Ensino da Língua Portuguesa na China*. Macau, Instituto Politécnico de Macau, 2015, 111-131 (gráfico na pág. 119).

olhando o português a partir de Macau

Ao mesmo tempo, aumentaram também os projectos de cooperação entre essas mesmas instituições chinesas e instituições portuguesas e brasileiras, com vista a facultar complementos de formação para os seus estudantes. Hoje, a maior parte dos cursos de português existentes na China inclui, obrigatoriamente, um ano passado em Portugal, no Brasil ou noutro país lusófono. O que significa que, em paralelo, cresceu o número de estudantes chineses em universidades portuguesas e brasileiras (menos em universidades angolanas ou moçambicanas), seja em cursos breves ou cursos de Verão, seja em cursos anuais.

O exemplo mais paradigmático é o de uma licenciatura em Tradução Chinês-Português e Português-Chinês, licenciatura que junta o Instituto Politécnico de Macau, uma Universidade de Beijing e o Instituto Politécnico de Leiria. O curriculum inclui dois anos na escola-mãe e um ano em cada uma das outras duas escolas. É fácil depreender que os resultados só podem ser excelentes e que os tradutores formados serão os melhores de entre os melhores.

Como respondeu o sistema a este crescimento? Respondeu com os instrumentos de que dispunha, que eram compreensivelmente escassos. Dito por outras palavras, este *boom*, esta explosão súbita padeceu dos males de todos os crescimentos repentinos. Dores de crescimento, digamos.

Expliquemo-nos: o sistema não dispunha de corpo docente qualificado para fazer face à procura de uma forma tão inesperada. Socorreu-se, por isso, de recém licenciados, com

forte preparação já, sem dúvida, no uso do Português para fins imediatos, como, por exemplo, a tradução, mas sem qualificação específica para o ensino, muito menos para o ensino do Português como língua estrangeira.

Em inquérito recente feito a docentes de Português na China, primeiro em 2013 e, depois, em 2014, as conclusões são muito claras. Todos reconhecem terem problemas de formação de base e necessitarem de formação mais aprofundada e mais específica, em vários domínios, para o desempenho das suas funções docentes.

E, no entanto, são qualificados. No mesmo inquérito, pode concluir-se, por amostragem, que mais de cinquenta por cento dos docentes possuem Mestrado. Mas isso não significa que se sintam especialmente habilitados para o ensino de uma língua não materna.

As dificuldades são mais sensíveis se tivermos em conta que se trata de ensinar uma língua não materna em situação de imersão em contexto de língua materna. O Português é a língua da aula, a língua do estudo, mas não deixa de ser uma língua artificial, na medida em que ela é totalmente inexistente no quotidiano da vida de cada um dos aprendentes. Problema já em si delicado, mas que mais complexo se torna, quando temos em consideração que essa língua materna, a tal que é a realidade do seu quotidiano, é substancialmente diferente da língua não materna que ensinam e que os seus estudantes aprendem: diferente na lógica, diferente na estrutura, diferente

olhando o português a partir de Macau

na fonética, diferente nos registos de elaboração, diferente, até, no modo como recorta o real.

A verdade, porém, é que, com empenho, com esforço, com dedicação e com entusiasmo, estes jovens docentes vão fazendo o seu trabalho e vão fazendo o seu percurso, muitas vezes sem grandes apoios, a não ser os que lhes facultam as suas instituições, na medida em que esta aposta no ensino do Português não é propriamente uma questão de moda – é uma opção política do Governo da República Popular da China, pelos motivos que decorrem de quanto no começo se disse.

Tenha-se em conta, no entanto, que o caminho de cada um destes cursos, nas respectivas universidades, não é pacífico nem fácil. A China é um país imenso, e as suas metrópoles, ou seja, as cidades onde as universidades se situam, são enormes concentrações populacionais, todas elas com muitos milhões de pessoas. Parte das cidades onde se situam as universidades nas quais se ensina o Português possui mais de dez milhões de habitantes, por vezes perto dos vinte milhões. De entre as outras, as que possuem cinco milhões são tidas por “pequenas”.

Este tipo de organização do território ditou uma estruturação especial do ensino superior. As universidades não são “universais”, ou seja, não alcançam todos os domínios do saber. O que vale por dizer que as línguas, entre elas o Português, conforme se terá já deduzido, são ensinadas nas Universidades de Línguas Estrangeiras, nas Universidades de Estudos Estrangeiros ou nas Universidades de Comunicação. Apenas em Beijing, por motivos óbvios, se aprendem línguas,

também, em universidades que têm por objectivo a economia e os negócios.

Dentro desse xadrez, não obstante a vontade política, o português é minoritário. Seria utópico imaginar que o Português apresenta o mesmo nível de atracção ou a mesma procura, por exemplo, que o Inglês, o Espanhol, o Russo e, mesmo, o Japonês. Ou seja, o quadro de competição com as outras línguas ocidentais (neste caso, o Inglês, o Francês e o Espanhol) e orientais tem como consequência uma certa menoridade do Português.

Como lidar com essa situação?

Ocorre aqui referir um país que viveu, se é que não vive, ainda, idênticos problemas na gestão do equilíbrio interno entre o Português e outras línguas ou entre os estudos portugueses e os estudos hispânicos, por exemplo. Esse país é os Estados Unidos da América.

Os Estados Unidos da América viveram estes mesmos problemas de crescimento, por motivos presumivelmente semelhantes. Digamos que, quando a América descobriu o Brasil, a sua imensidão e as suas potencialidades, os estudos luso-brasileiros dispararam nas universidades americanas. Isso aconteceu há muitos anos, mas o processo não foi muito diferente daquele que sucede neste momento na China e, em geral, na Ásia. A crise de crescimento foi sensivelmente idêntica e as dificuldades de afirmação também.

olhando o português a partir de Macau

Há cerca de vinte anos, a Associação Internacional de Lusitanistas promoveu uma reunião de debate (hoje chamar-se-ia *workshop*) sobre o assunto: o crescimento, os constrangimentos e dificuldades, o nível de procura, os modelos de inserção nas respectivas universidades. Foram dois dias de discussão muito útil, fecunda e salutar, com a presença de um representante de cada uma das principais universidades e bem assim do Instituto Camões, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Duas dúzias de pessoas à porta fechada, para uma reflexão séria, participada, ponderada, como se exige em ciência, com a finalidade de identificar problemas e constrangimentos, de produzir conclusões e de sugerir planos de acção.

Dessa reunião existe, embora tenha ficado inédito, um relato de síntese, onde se mencionam os temas agendados, as principais intervenções, os pontos de vista expressos, o sentido dos debates subsequentes, as sugestões consensualizadas, as conclusões gerais.¹⁰

Alguns dos temas e questões são específicas do contexto americano e só dentro dele fazem sentido.

Valeria a pena, porém, comparar, a vinte anos de distância, as “dores” de crescimento do Português na China com o que se

¹⁰ A. P. FERREIRA e C. A. ANDRÉ, *Os estudos portugueses nos Estados Unidos da América: situação actual – perspectivas para o futuro próximo – estratégias de crescimento (Washington, Georgetown University, 14 e 15 de Outubro de 1994). Relatório final e conclusões*. Documento da Associação Internacional de Lusitanistas, inédito.

verificava, então, nos Estados Unidos da América e confrontar as soluções que hoje se procuram com aquelas que, para a América, então se apontaram.

Por exemplo, o equilíbrio interno entre o Português e as demais línguas, dado que, nos EUA, a dependência do Português em relação a outras línguas era manifesta.

Será, talvez, um exemplo a acolher na Ásia, onde a concorrência com outras línguas também é notória. É certo que um dos debates que ali se fez sentir, o do domínio relativo dos estudos brasileiros ou dos estudos portugueses, não faz sentido na Ásia, onde há muito foi assumido que o território que importa considerar é o da lusofonia, em sentido absolutamente lato. Mas, vinte anos depois, a América fez já, também, esse percurso, com a inclusão das literaturas e culturas africanas de expressão portuguesa ao lado e no mesmo plano dos estudos luso-brasileiros.

Mas já se justifica colher a lição dos experientes professores que participaram naquele debate, no que se refere à relação com outras línguas. A principal rivalidade era, reconhecidamente, com o Espanhol. Na esmagadora maioria das universidades, os estudos portugueses viviam “albergados”, por assim dizer, em departamentos de estudos hispânicos. Era compreensível, convenhamos. Para usarmos uma expressão muito corrente em outra ciência, era uma questão de economia de escala. Na Europa, valha a verdade, em países germânicos, por exemplo, a economia de escala ditava outros casamentos de conveniência: os “estudos iberoamericanos” ou os “estudos de

olhando o português a partir de Macau

romanística”. A sobrevivência do Português junto de pesos pesados como o Francês ou o Espanhol não era fácil.

A conclusão a que se chegou no encontro de Washington foi interessante: se a dimensão do Português não é bastante para fazer a sua afirmação no contexto interno da instituição, nesse caso a solução é aceitar pacificamente a integração com outras áreas afins, entre as quais avulta, obviamente, o Espanhol. E procurar obter com essa integração os melhores resultados. E as melhores vantagens. Vejam-se as conclusões:

“A estratégia de relacionamento com os estudos de espanhol – os mais directos concorrentes dos estudos portugueses – deve obedecer a princípios de complementaridade e não de hostilidade.”

A que se junta uma outra:

O mundo dos estudos lusófonos é, em si mesmo, uma unidade: convergência de interesses entre Portugal, Brasil e os países africanos de expressão portuguesa é, pois, uma estratégia prioritária que não deve, de modo algum, ser esquecida”.¹¹

Esta é uma sugestão que talvez possa fazer caminho, também, na Ásia.

Outro debate intenso, de que dá conta o relatório síntese, tem a ver com a sujeição ou não às regras do mercado, isto é, ao

¹¹ Ibidem, pp. 38-39.

princípio da empregabilidade, onde o debate esteve longe de alcançar unanimidade ou, até, consensos. Percebe-se do relatório uma forte tendência no sentido de considerar “perigosa uma estratégia que fizesse depender do mercado de trabalho as regras de crescimento dos estudos portugueses, na medida em que as universidades têm de ser mais do que uma escola de línguas; apesar disso, não foi contestada a afirmação de que será necessário prestar atenção permanente ao mercado de trabalho, na medida em que as suas oscilações poderão ditar uma maior ou menor procura por parte dos estudantes”.¹²

Este é um tema inteiramente pertinente no contexto do crescimento dos estudos de Português na China e na Ásia. Afinal de contas, a resposta às interrogações sobre os motivos de tão rápido e grande crescimento é simples: é o mercado; e, com ele, o emprego.

No mesmo inquérito feito em 2013 e repetido em 2014, perguntava-se sobre as causas que estavam na origem da escolha do Português pelos estudantes chineses. As respostas foram muito convergentes: o mercado de trabalho. E perguntadas quais as saídas profissionais que os estudantes encontravam, num curso que, bem vistas as coisas, é praticamente de pleno emprego, as respostas variavam entre a tradução, mas no meio empresarial, o jornalismo, o trabalho em empresas, a diplomacia. O ensino vem depois; a investigação... não vem.

¹² Ibidem, p. 21.

olhando o português a partir de Macau

A este assunto se voltará adiante. De facto, importa reflectir sobre se os impulsos motivacionais dos estudantes devem interferir nas opções pedagógicas e curriculares, por exemplo.

Do variado leque de temas abordados na reunião de Washington a que tem vindo a fazer-se referência, subsiste um terceiro, de pertinência, então, na América mas, em boa verdade, pertinente, também, em qualquer outro país ou região do mundo: a organização dos estudos portugueses num dado país ou numa dada região. Organização, não já só numa determinada universidade (isso é um problema interno de cada instituição), mas no todo nacional ou no todo de uma região específica do globo (e esse é já um problema de Portugal ou dos países de expressão portuguesa em geral).

Há que convir que, no caso do ensino de uma língua estrangeira, o processo envolve sempre dois países ou, se se preferir, um país e um conjunto de países. Simplificando: o ensino do Português na China ou em qualquer outro país envolve uma opção política por parte da China, como não podia deixar de ser, já que é o país de acolhimento, mas possui um outro lado: Portugal, ou melhor, os países lusófonos.

No que respeita à organização do sistema dentro de cada país, as suas autoridades são soberanas; nem outra hipótese seria considerável. Quem define as regras de funcionamento em cada país são as suas autoridades legítimas e com competência legal e política para o efeito. Mas, se tivermos em conta que o ensino de uma língua estrangeira comporta sempre o envolvimento, mais ou menos acentuado, do país que é pátria

dessa língua (ou dos países, se for mais que um, como é o caso do Português), cabe a esse ou esses países uma palavra a dizer na gestão desse apoio.

E é aí que as coisas, muitas vezes, não funcionam. Voltemos à reunião de Washington. O que os participantes reconheceram é que, as mais das vezes, não havia articulação entre as várias instituições. Ou, se havia, ela resultava de iniciativas individuais dos docentes e, muito raramente, de um impulso vindo de fora, do país de origem. Era uma espécie de lei do “salve-se quem puder”. E assim acontecia que um escritor ou um professor português ou brasileiro era convidado por uma universidade para uma conferência ou uma série de lições, e partia, sem que dessa presença em território longínquo se explorassem todas as potencialidades, nomeadamente a presença dele em vários pontos e várias universidades. As iniciativas das diversas instituições eram desgarradas, desarticuladas e cada uma delas funcionava como uma espécie de ilha isolada; bem, muitas vezes, mas isolada.

Tudo isto porquê? Por falta de articulação, porque somente a articulação pode gerar comunicação.

Nesse encontro foi feita uma sugestão: a criação de um “sistema de comunicação entre as universidades onde existem estudos portugueses, de modo a rentabilizar recursos e meios de todo o tipo (instrumentos bibliográficos, *visiting professors*, colóquios, seminários etc.)” E defendia-se que o desenvolvimento sustentado dos mesmos estudos portugueses “não pode circunscrever-se a cooperações de tipo individual,

olhando o português a partir de Macau

fruto de boas vontades e conhecimentos pessoais, e tem forçosamente de responder às necessidades de articulação, coordenação, integração”.¹³ Nunca chegou a ser praticada a solução para que se apontava aqui, sabe-se lá porquê. Ou saber-se-á, mas é tarde e estamos longe demais para voltar ao assunto. Há países onde esse princípio foi aplicado. França é um deles, talvez por força do peso da comunidade portuguesa e do peso do ensino do Português em todos os níveis de ensino.

Mas não se justificaria pensar soluções dessa natureza, não apenas para a China, como, até, para a Ásia e, no fundo, para os países ou regiões onde o ensino do Português possui peso considerável?

Na China, por exemplo, essa articulação tem um espaço ideal para se concretizar: Macau. Por motivos de ordem histórica, por motivos de ordem geográfica, mas também por motivos de ordem cultural e por motivos de ordem política, tanto mais que o Executivo da Região Administrativa Especial de Macau favorece e estimula esse papel de ponte e plataforma que a Macau cabe, de pleno direito, no que respeita ao Português.

Em boa verdade, o Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa do Instituto Politécnico de Macau foi criado, em parte, com objectivos não muito distintos desse. Mas seria desajustado falar aqui *pro domo mea*. Em todo o caso, fica a nota: adivinha-se que o motivo para não concretizar

¹³ Ibidem, p. 37.

mecanismos de coordenação tem a ver, em boa parte dos casos, com os eventuais custos financeiros que essa opção pode acarretar. Mas isso pode até nem ser verdade. Às vezes, basta procurar o parceiro certo e acordar com ele os mecanismos de articulação; se houver vontade política local, como existe, por exemplo, no caso de Macau, em relação à China e à Ásia, os custos de uma opção desta natureza seriam praticamente nulos.

Esta opção não é ingénua, porque pressupõe uma convicção que é, ao mesmo tempo, uma espécie de rejeição de um mito: a convicção de que é impossível, à distância de milhares de quilómetros, não obstante as virtualidades da comunicação na aldeia global, fazer a articulação do ensino do Português na Ásia a partir de Lisboa. Esse é um mito que não faz sentido nem tem razoabilidade e que diminui consideravelmente as possibilidades de sucesso a um projecto de intervenção consistente.

Um terceiro aspecto que suscitou aceso debate na reunião é o da empregabilidade dos cursos e a sua relação com as opções programáticas, curriculares, pedagógicas, etc. A pergunta, no fundo, é simples: o horizonte de expectativa dos estudantes, no que respeita ao mercado de trabalho que os aguarda, findo o seu percurso universitário, deve ser determinante na organização dos cursos, na definição da malha curricular e no modo como se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem? Por outras palavras: atendendo a que as instituições de ensino superior são, por definição, espaços de investigação e ensino, devem elas subordinar-se às contingências do emprego, ou melhor, da empregabilidade, ou devem, pelo contrário, alhear-

olhando o português a partir de Macau

se dessa realidade e separar dela a sua missão e o modo de a concretizar?

O debate é antigo e não se circunscreve ao ensino do Português; é, aliás, corrente, em especial nas Faculdades de Letras e Humanidades, onde muita gente sustenta que o ensino não deve ser, em circunstância alguma, “profissionalizante”. Ninguém pensará o mesmo de um curso de Arquitectura, por exemplo, ou de Engenharia ou de Medicina. Mas adiante.

Já acima se viu que o debate realizado em 1994 pelos principais responsáveis do Português nos EUA evoluiu também, em dado momento, em torno dessa temática.

A questão é pertinente, de facto. Olhemo-la à luz da evolução dos estudos de lusitanística nas últimas décadas, para não dizer de há um século para cá. Um olhar atento pelos mais notáveis vultos dos estudos portugueses e lusófonos durante o último século, fora dos países de língua portuguesa (é isso que está em causa, claro), mostra-nos que foram, na generalidade, grandes filólogos, uns linguistas, outros profundos conhecedores da literatura portuguesa e brasileira, ou, ainda, historiadores de relevo. Citemos ao acaso: Wilhelm Storck (morreu já no século XX), Carolina Michaelis de Vasconcelos (leccionou em Portugal, mas era alemã), Luciana Stegagno Picchio, Paul Teyssier, Adrien Roig, Stephen Reckert, Dieter Woll, Joseph Piel, Arthur-Lee Francis Askins, Giuseppe Tavani, Clive Willis, Roger Bismut, Dietrich Briesemeister, René Lawton, Charles Boxer... e... e seria um nunca mais acabar de

nomes a quem os estudos da lusofonia, na História, na Linguística, nos Estudos Literários, tanto devem.

Essa plêiade de grandes mestres formou gerações de discípulos, bem entendido. Mas... o que movia aqueles que se abrigaram ao seu magistério? Não era seguramente, ao longo do século passado, um emprego acessível e facilmente disponível numa multinacional, nos corredores da diplomacia ou em gabinetes de empresas voltadas para a exportação e importação. O mundo não era o que é hoje. O mercado global estava mais ou menos longínquo e ainda não se adivinhava, pelo menos com os contornos de feira franca à escala global que são, hoje, a sua característica.

Ao contrário das gerações de estudantes que frequentaram as aulas de tais mestres e que continuaram a sua obra, os que procuram, hoje, o estudo do Português regem-se por objectivos bem mais comezinhos e pragmáticos: a garantia de um posto de trabalho, no mundo onde as regras da sobrevivência predominam sobre muitas outras. Haverá – há – alguns, por sinal, não tão poucos como isso, e ainda bem, que pretendem estudar a literatura dos países africanos, a literatura brasileira, a literatura portuguesa; outros que nutrem admiração pelas culturas da lusofonia, esse universo riquíssimo e que, enquanto todo, possui, ainda, vastos campos para estudar, desde logo na sua fantástica dimensão de interculturalidade; outros, ainda, que pretendem dedicar-se à linguística portuguesa, em alguma das suas múltiplas disciplinas e concretizações; e por aí fora. Mas não são, sem dúvida, o maior número.

olhando o português a partir de Macau

A maior parte pretende aprender Português. Ponto final. Português, como língua de um vasto conjunto de falantes, a quinta mais falada do mundo, mas, sobretudo, a língua de um povo que faz a ponte entre o Ocidente e a África (e, também, o Oriente) e a língua de um conjunto de economias emergentes que serão amanhã realidades incontornáveis, do ponto de vista económico e do ponto de vista político, no concerto das nações.

Por ser grande esse número, por ser, sem sombra de dúvida, o maior número dos que estudam Português em instituições universitárias de todo o mundo não lusófono, merecem que se lhes dê atenção. E dar-lhes atenção significa admitir que esse pragmatismo tem de ter consequências no que toca, como se disse atrás, a opções programáticas, a opções pedagógicas, à estruturação de malhas curriculares, à elaboração de meios auxiliares de ensino, aos modelos didáticos para concretizar esse mesmo ensino.

Enunciar em pormenor as mudanças que tal opção implica levar-nos-ia muito longe e não caberia nas páginas, já de si demasiado longas, desta reflexão. Mas, se de política de língua se trata, é importante que este desafio seja encarado e assumido sem ambiguidades: o novo horizonte de expectativas dos estudantes e dos potenciais estudantes tem de implicar necessariamente uma mudança de paradigma no ensino.

E a literatura? E a linguística? Estarão elas condenadas ao ostracismo no modelo que assim se preconiza? Não, longe disso. A literatura é elemento fundamental para a aprendizagem da língua e da cultura. E a linguística é a disciplina

nuclear para a compreensão e exposição da língua que se pretende ensinar. Apenas há que subverter ligeiramente a hierarquização das coisas. A literatura, se utilizada como instrumento ao serviço da aprendizagem da língua, não deixa de ser aprendida e apreendida enquanto literatura, arte da palavra e arte do pensamento. Da linguística, por definição, com maior propriedade isso se pode afirmar. Se a linguística é a ciência que estuda tecnicamente a língua, ela mesma está presente, necessariamente, no ensino dessa mesma língua.

Quanto à cultura, seria simplista dizer dela o mesmo que se diz da literatura. De facto, não se pode ensinar uma língua sem falar do povo ou dos povos que a falam. Não é possível fazê-lo em relação às línguas que se não falam já, por maioria de razão será impossível em relação àquelas que se falam. Mas tenhamos atenção a tentativas de hegemonia que se não compadecem com a realidade do mundo de hoje: o que deve ser objecto dos programas e, portanto, da actividade docente são a cultura e literatura dos países de língua portuguesa e não de um só ou dois desses países. Durante muitos anos, a aprendizagem do Português centrou-se em Portugal: os seus usos e costumes, os seus monumentos, a sua história, a sua etnografia, a sua literatura, as suas cidades. Nalguns casos, também, no Brasil. O resto foi ficando de fora.

Ora, a grande riqueza da língua portuguesa é ser a língua de comunicação de um vasto mosaico de culturas, de fronteiras vastas como o mundo, forjadas num processo de diálogo cultural e, por vezes, miscigenação, de séculos. Pretender

olhando o português a partir de Macau

reduzir todo esse mosaico, riquíssimo, a um espectro simplificado, além de errado do ponto de vista metodológico e do ponto de vista político, seria errado do ponto de vista do resultado final e constituiria uma fraude que nada pode legitimar (para não dizer que representaria uma espécie de neocolonialismo fora de tempo).

Voltemos, pois, à China. É tudo isto, afinal, que está em causa. Vejamos, em relance e em breve síntese.

Formação. Os docentes de Português na China necessitam, desde logo, de maior formação; uma formação inicial mais adequada às suas funções de professores de PLE e uma formação contínua que lhes permita suprir as dificuldades iniciais e as dificuldades de percurso. Essa formação tem de ser dada por pessoas competentes nas áreas em causa, sob pena de não surtir o efeito necessário e de se traduzir em investimento perdido. Neste, como noutros aspectos, não pode haver lugar a improvisos. Essa formação tem de ser ministrada, em especial, por pessoas com qualificação específica em PLE, se for essa a área que está em causa; e pode ser feita numa articulação entre instituições dos vários países, mas, desejavelmente, centrada em Macau, que deve ser a base logística e operacional de todo este processo, pelos motivos históricos, culturais, geográficos e políticos que já ficaram expostos acima.

Materiais. O ensino do Português na China necessita de materiais de apoio. Muitos materiais especificamente concebidos para a realidade chinesa. Esse é outro mito a

derrogar de uma vez por todas: o de que é bastante a eficácia de materiais utilizados em Portugal ou no Brasil. Já atrás ficou dito que: a) a língua chinesa é profundamente diferente da língua portuguesa e das demais línguas ocidentais, na forma, na estrutura, na lógica que subjaz à sua organização, na sua construção semântica, se a expressão é permitida ou, se se preferir, no modo como recorta o real; b) o ensino do Português a chineses enfrenta dificuldades peculiares, bem diferentes daquelas que conhece o ensino do mesmo Português a falantes de outras línguas. Isso requer materiais diferentes. Dirá alguém que servem os materiais usados no ensino a chineses em Lisboa ou em São Paulo, etc. Não é bem assim. Um chinês que aprende o Português em Portugal ou no Brasil ou em Angola ou em Moçambique não está nas mesmas condições daquele que o aprende na China. O primeiro aprende a língua que ouve no quotidiano. O segundo, raramente ouve a língua que aprende, a não ser em sala de aula, já que vive imerso em contexto da sua língua materna. Tais materiais, por isso, têm de ser concebidos por ou com a colaboração activa de quem está no terreno e conhece de perto a realidade, as suas dificuldades e os seus constrangimentos. O Centro Científico e Pedagógico da Língua Portuguesa do Instituto Politécnico de Macau está empenhado neste processo. Assim consiga levar tal barco a bom porto, já que existem em volta a necessária vontade política e o apoio institucional de que o processo necessita.

Finalmente, a articulação. Todo este processo, como se disse, carece de ser articulado. Podem ser exímios os

olhando o português a partir de Macau

executantes, os músicos, de uma orquestra. Pode ser brilhante a partitura. Tudo genial. Mas, se não houver articulação, ou seja, no caso da orquestra, se não houver direcção, o resultado será um concerto dado com brio e brilhantismo individuais, mas com “independência”. O mesmo é dizer, medíocre, quando não um fracasso. Também aqui Macau pode e deve desempenhar um papel fulcral. Possui meios, possui determinação política, que põs o Português entre as suas opções estratégicas, possui uma história e uma posição que lhe conferem essa missão.

Uma política de língua, em suma, seja para o Português seja para outra língua qualquer, deve ser aquela que saiba lidar com todas estas variáveis e condicionantes, gerir todos estes actores e protagonistas, equilibrar todos estes interesses e estratégias singulares, fazer convergir todos estes objectivos e meios para os alcançar.

Uma política de língua tem de saber responder sempre às perguntas elementares: a quem? o quê? como?

A República Popular da China e a Ásia constituem terreno de eleição para que os países de língua portuguesa, desde logo Portugal, mas também o Brasil, revelem capacidade para assumir de forma estratégica e consistente uma política de afirmação do Português e das culturas dos países lusófonos. É isso que se espera. A ocasião é propícia e pode não se repetir, com esta conjugação de factores: a apetência do público, o empenho do poder político (dos poderes políticos), o interesse das universidades, a disponibilidade de parceiros no terreno.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

Ponto é que as instituições nos países lusófonos, em especial, repita-se, em Portugal e no Brasil, no Governo e na Universidade, tenham a agudeza de engenho e a sabedoria bastante para dar resposta ao desafio.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA¹⁴

Da minha língua vê-se o mar.

Assim proclamou Vergílio Ferreira, um dos grandes romancistas portugueses do século XX, no momento em que alcançava a consagração internacional da sua vasta obra, com a atribuição de um dos mais prestigiados prémios literários da União Europeia.

É verdade. Da nossa língua vê-se o mar. Foi, sem dúvida, no prolongado convívio com o imenso mar oceano que se formou e foi crescendo a língua portuguesa. Nem podia ser de outro modo. O mar, esse imenso território sem fim, é parte indelével do nosso destino de povo de finisterra. Na sua vastidão se agigantou este outro território, pouco mais que minúsculo, que é aquele que habitamos. Foi esse o berço da nossa língua, a sua

¹⁴ Conferência de abertura do *II Fórum Iberoamericano sobre Inovação, Propriedade Industrial e Intelectual e Desenvolvimento*, em Lisboa, 28 de Abril de 2003 e depois publicada: “A utilização das línguas portuguesa e espanhola na defesa da propriedade industrial e intelectual”: *Actas do II Fórum Iberoamericano sobre Inovação, Propriedade Industrial e Intelectual e Desenvolvimento*. Lisboa, Associação Portuguesa de Consultores em Propriedade Industrial, 2004, pp. 67-75.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

raiz e o seu alento, o seu cimento e a sua semente, o espaço onde se afirmou e o espaço onde se expandiu.

Da minha língua vê-se o mar.

Poderia dizer aqui como Vergílio Ferreira. E talvez não devesse dizer de outro modo. Que me perdoe, no entanto, o romancista, se ousar ir mais longe na ambição. Porque me atrevo a acrescentar: da minha língua vê-se o mundo.

Dir-me-ão, talvez, que nada ajunto de especial. Afinal, de todas as línguas se vê o mundo.

Porque as línguas são o modo como nós, os falantes, todos os falantes, de todas as línguas, recortamos o real e o convertemos em objecto de comunicação. É através das palavras que olhamos o mundo. É com palavras que apreendemos, que o penetramos, que nos esforçamos, todos os dias, por interpretá-lo, que com ele dialogamos. É por palavras que pensamos. O mundo será o que for, é verdade; mas é na linguagem que o moldamos.

É por isso que de todas as línguas se vê o mundo.

É certo. Mas da minha língua, em especial, vê-se o mundo. Melhor do que de muitas outras.

É a história que no-lo diz. A história, esse berço da nossa identidade, essa testemunha e resultado do que fomos, essa raiz do que somos, do que seremos.

Éramos (somos, ainda, sê-lo-emos sempre) um povo de finisterra. Isso nos abriu as portas da expansão, filha de um convívio fatal com o oceano, filha, portanto, de uma especial

olhando o português a partir de Macau

posição geográfica, aquela que nos coube, filha, também, de um apetite insaciável pelo quase infinito.

Foi por isso que partimos. Em busca de um outro mundo, que não conhecíamos e que sofregamente sorvemos, para o carregarmos nas nossas frágeis caravelas. Marinheiros de torna-viagem, fomos trazendo connosco esse desconhecido, diferente e exótico, de que íamos alimentando nossos fascínios e nossas aventuras.

Foi assim que carregámos no porão de nossos navios e no porão de nossos olhares coisas estranhas e também as palavras com queurgia comunicá-las.

Trouxemos de África a banana, a zebra, a girafa, o macaco. Colhemos na América o furacão, o canibal, o abacate, o tomate, o cacau, o chocolate, o ananás, o amendoim, a mandioca. Fomos buscar à China o chá e a chávena, ao Japão o leque, ao malaio o pires, o bule, o catre, à Índia o pagode, a canja, a bengala. Os Persas deram-nos a caravana, o lilás, o jasmim, o xadrês. Os Turcos transmitiram-nos o quiosque, o divã, o turbante, o sultão, o sabre.

Eram, todas elas, realidades de nós não sabidas até então; era um mundo novo que íamos encontrando, que nos surpreendia, que nos fascinava. Carregaram-no, como se fora precioso tesouro, os nossos marinheiros. De volta à pátria, as nossas gentes desses mágicos tempos de há cinco séculos vinham enriquecidas de aventura, abarrotadas de experiência, sopesadas de novas coisas. E, também, enriquecidas de

palavras; porque as coisas, por novas que sejam, não existem sem palavras.

E foi por palavras que transmitimos a uma Europa meio incrédula e dividida entre o fascínio e a surpresa, foi por palavras que transmitimos às línguas filhas do Latim, como a nossa, mas também a outras, essas realidades acabadas de descobrir. Enviámos para a Europa a banana e o seu nome, que havíamos colhido na Guiné, ou a palavra pagode, que tínhamos encontrado entre os hindus; o macaco, trazido de África, o mandarim, descoberto no malaio, ou o bonzo, com que deparámos no Japão. Exportámos para o ocidente o nome do junco, importado da China, o do anil, que os Persas nos transmitiram ou o da cobaia, apreendida por terras brasileiras; ensinámos aos outros coisas e palavras que a experiência nos vinha trazendo, como o coco, visto em África, o bambu, que víramos crescer entre os Malaios, o jacaré, que os tupis nos haviam mostrado; ou, mesmo, o leque, do Japão, o chá, essa bebida universal, por nós trazido, com o seu nome, da China.

É por isso que digo que da minha língua se vê o mundo.

Da minha, não. Da nossa. Digo bem, da nossa língua ou das nossas línguas (o português e o espanhol) vê-se o mundo, como ele cresceu, como ele evoluiu, até ser hoje o mundo quase sem fronteiras que conhecemos.

Afinal de contas, nós crescemos como povos; e a nossa língua cresceu conosco. Assim, com as coisas novas, vieram palavras novas; assim, porque o mundo é uma realidade em

olhando o português a partir de Macau

transformação constante, e o homem com ele, as palavras velhas foram forçadas a adquirir novos significados.

Vale a pena dizê-lo, aqui e agora, perante tantos juristas, homens de leis, de duas das línguas mais faladas do mundo.

Das línguas ocidentais, o Espanhol ou, com mais rigor, porventura, o Castelhana, é, sem dúvida, enquanto língua nativa, a mais falada de todas, com os seus quatrocentos e catorze milhões de falantes, bem longe, apesar de tudo, dos oitocentos e quarenta e oito milhões de chineses que falam mandarim; mais setenta e nove milhões que o Inglês, com os seus trezentos e trinta e cinco milhões que o têm como língua materna ou língua oficial; logo depois, com duzentos e sessenta e um milhões, surge, em quarto lugar, o Português, à frente do Hindi, da Índia e do Bengali; ou seja, o Português é a quarta língua do mundo, entre as línguas nativas, e a terceira das línguas ocidentais.¹⁵

De todas elas, entretanto, há uma que, levada a rigor, subverteria estes números, pois cresce muito mais do que crescem as comunidades que a têm por língua oficial. Falo, obviamente, do Inglês, esse novo idioma universal, quase uma espécie de esperanto dos tempos modernos.

O Inglês, forçoso é reconhecê-lo, chegou a um ponto tal, mesmo, que parece estar prestes a substituir as línguas

¹⁵ Dados actualizados, face à primeira publicação do presente trabalho. Fonte para esta actualização: Observatório da Língua Portuguesa, <http://observalinguaportuguesa.org/as-linguas-mais-faladas-no-mundo/>

nacionais. Esta não é uma afirmação leviana nem nasce do acaso. Assenta na realidade e questiona-nos e questiona o nosso passado e o nosso futuro. De tal forma, por certo, que chega a ser legítimo perguntar se deveremos passivamente consenti-lo.

E essa será, por maioria de razão, uma pergunta oportuna às mulheres e homens de leis que se reúnem, aqui, em jornada internacional, com as fronteiras da Ibero-América, para discutir a propriedade intelectual:

Deveremos aceitar como um facto inexorável essa forma de perda de identidade?

Vejamos detidamente o problema:

Uma das razões para a expansão da língua inglesa tem a ver com a ciência, o pensamento, a tecnologia. De algum modo pode dizer-se que o crescimento do mundo e da realidade que nele vai tomando forma se plasma, acima de tudo, em língua inglesa, por razões de todos sobejamente conhecidas, estreitamente ligadas, no essencial, ao facto de grande parte desse progresso dos tempos modernos se processar, em larga medida, em países onde o Inglês é língua oficial.

Nem sempre assim acontece, é verdade; mas a inércia, a passividade e o comodismo, aliados à circunstância de esta se ter transformado, desde há muito, na mais poderosa das línguas de comunicação internacional, fizeram o resto. Como se, no fundo, não houvesse progresso possível noutros países, com outros modelos de comunicação linguística. Como se todas as

olhando o português a partir de Macau

demais línguas fossem expressão do primitivismo, e o Inglês veículo único de progresso.

Assim nos entraram casa adentro e se nos apoderaram do quotidiano o computador, a partir do *computer*, o *lay-out*, o *menu*, a formatação, o *laser* e tantas outras palavras, seja da informática, como é o caso, seja da economia, da gestão, da política, enfim, de tantos ramos do saber ou da actividade humana. Palavras colhidas, muitas vezes, em antepassado mais nosso do que deles – o Latim -, mas que o Inglês descobriu antes de importar e exportar.

É o mundo global, sem dúvida, essa nova realidade transnacional, sem fronteiras, que tende a ser uma das marcas determinantes deste início do terceiro milénio.

Mas... deverá a globalização, esse fenómeno que a todos nos envolve, a que ninguém pode ficar alheio, que é uma realidade inelutável, filha dos tempos modernos e, também, do progresso, deverá a globalização, insisto, ter como correlato o apagamento dos países, dos estados, das nações, dos povos?

Teremos de resignar-nos, como que passivamente e sem reacção, a essa espécie de perda da nossa consciência de povo? De povos?

Falo, bem entendido, do povo enquanto comunidade de língua, já que, como atrás deixei claro, isso significa, invariavelmente, comunidade de história e de cultura.

A verdade é que muito antes de os Ingleses terem criado a sua *commonwealth*, a quase universal comunidade de povos cuja história se revê na sombra tutelar da Rainha, muito antes

disso, como todos sabemos, já Espanhóis e Portugueses, por força das vicissitudes da história, tinham dado corpo a essa mesma ideia, a de uma comunidade transnacional.

Não uma comunidade política, é certo.

As comunidades, porém, existem para além (e para aquém) dos aspectos formais consubstanciados nos tratados, protocolos, pactos que os Governos vão celebrando, induzidos por circunstâncias fortuitas e contextos precários e levados, não raro, por impulsos de momento e em obediência a contingências geoestratégicas, quantas vezes pouco menos que transitórias.

Veja-se o caso dos países de expressão lusófona. Criaram, não há muitos anos, a CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Esse passo, não obstante o seu profundo significado, representa, tão-somente, o reconhecimento por parte dos poderes políticos constituídos de uma realidade bem mais antiga. Os passos decisivos, por muito que alguns teimem em não querer reconhecê-lo, foram passos lentos, de séculos, dados pelos diversos povos da lusofonia num percurso comum.

É impossível saber, neste momento, qual a história que o futuro reserva para essa comunidade, trajada, no acto do seu nascimento, de tratados formais e de muita pompa, como convém às circunstâncias solenes em que o poder normalmente se envolve, mormente neste mundo de hoje em que o palco parece querer tomar conta de toda a sala e fazer da encenação a realidade.

olhando o português a partir de Macau

Não sabemos, repito, qual o futuro dessa comunidade. A diversidade que a caracteriza, no entanto, deixa antever um percurso nada fácil, antes difícil e complexo.

Não é isso, porém, o mais importante.

Porque a verdade é que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa já existia antes de existir; e continuará a existir, mesmo que os Governos descubram que a estrutura que tem o seu nome deixa de fazer sentido ou que os custos da sua manutenção não a justificam ou que as tais circunstâncias fortuitas mudaram, a ponto de permitir o seu apagamento. Mesmo que tudo isso se verifique, a CPLP continuará a existir. Mesmo que, por absurdo, os Governos lhe assinem a certidão de óbito, continuará a existir.

Porquê? Porque a língua portuguesa não precisa de orçamento, dispensa Secretário-Geral, sobrevive sem gabinetes, sem quadro de pessoal, sem carros, sem dirigentes e computadores.

As línguas, a portuguesa, a espanhola e todas as outras, precisam, apenas, de uma coisa bem mais simples, que lhes dá vida, sentido e consistência: precisam de falantes, precisam de um conjunto de pessoas ligadas por uma história comum, durante a qual se forjaram e formaram, como veículo de comunicação, o mesmo é dizer, como instrumento de transacção de uma realidade que a todos respeita.

É dessa identidade que cumpre aqui tratar.

É essa identidade que importa preservar.

É essa identidade o antídoto de que podemos deitar mão contra os desvios e malefícios de uma globalização tantas vezes confundida com um artificial unanimismo, como se fosse, já não direi apenas possível, mas, mesmo, desejável, que todos os homens trajassem da mesma farda corpo e alma.

Porque as línguas não são apenas uma forma de exprimir objectos, factos, coisas, pensamentos, afectos; porque as línguas não são apenas uma espécie de máquina de filmar que toma os olhos do pensamento por câmara e as palavras por película.

Não. As línguas são, isso sim, um repositório de tradições, culturas, vivências, experiências que carregam consigo o peso imenso de uma história de séculos, de milénios.

Uma língua, se verdadeiramente a quisermos entender, é a expressão da alma do povo que a fala.

Se assim não fosse, a identidade não faria qualquer sentido. Se assim não fosse, talvez nem mesmo fizesse sentido estarmos aqui reunidos. Porque, se assim não fosse, esse sector do direito que é a propriedade intelectual deixaria, ele mesmo, de ter razão de ser.

Por um simples motivo: porque todos seríamos apenas um. E quando todos somos um, perde a razão de ser e a legitimidade o próprio conceito de propriedade.

É por isso que digo que, neste tempo em que tudo se torna global, neste tempo em que o conceito de pátria e o conceito de cidade se confundem com o conceito de mundo e universo, é por isso que digo que a língua é, afinal de contas, o território único onde devemos teimosamente firmar raízes.

olhando o português a partir de Macau

E esta é uma verdade que vale tanto para portugueses e todos os milhões de habitantes da lusofonia, como vale para espanhóis e todos os milhões de habitantes da hispanofonia.

As nossas línguas, em circunstância alguma poderemos esquecê-lo, cresceram juntas. Irmanou-as um mesmo espaço comum. Irmanou-as, também, o colonizador romano, quando transformou o frágil cimento linguístico que fora o legado de lígures, celtas e iberos e o robusteceu, com um novo rosto, que havia de vir a ser o seu rosto definitivo. Irmanou-as, ainda, a ocupação germânica, de suevos, de alanos, de godos. Irmanou-as, depois, por largo tempo, a presença árabe, com a sua magia, bem mais perene e duradoura e mais continuada em Espanha que em Portugal.

Crescemos juntos, portanto. Mas crescemos diferentes.

E, por entre conflitos e desavenças, por entre tratados e uniões, por entre alianças ou casamentos dinásticos e guerras de sucessão, sempre preservámos as nossas diferenças.

Assim acontece ainda hoje.

A verdade é que, neste espaço maior chamado mundo, as nossas línguas continuam a crescer juntas: na América, onde o Brasil, de língua portuguesa, confina, em todas as suas fronteiras, com países de língua espanhola; mas, sobretudo, nas instituições de saber.

Quem olhar com atenção as universidades de todo o mundo (as de países que não falam qualquer das nossas línguas, bem entendido), notará que têm, na sua estrutura, o Português e o Espanhol unidos.

Na maior parte dos Estados Unidos da América, são os *Department of Spanish and Portuguese*.

Na Alemanha, são os *Iberoamerikanischesinstitut*.

E assim por diante, com algumas exceções honrosas na Europa.

Mais do que saber conviver com isso, o que devemos é saber rentabilizar, potenciar essa situação. No fundo, se deixarmos esbater as diferenças, seremos, no todo, uma comunidade (a iberoamericana) de mais de meio milhão de falantes. O que faz de nós, quase, a maior comunidade linguística do mundo e a maior, pelo menos, do mundo ocidental.

E desengane-se quem disser que é artificialismo falar nessa comunidade como uma comunidade linguística, quem lhe negar a existência de afinidades naturais.

A verdade é que, de entre as línguas românicas, são estas duas as únicas em que as diferenças não constituem um obstáculo verdadeiro à comunicação, à compreensão mútua. Um espanhol e um português podem conversar entre si, sem problemas de compreensão e sem que qualquer um deles tenha de falar a língua do outro; como o podem fazer um argentino e um brasileiro; ou um angolano e um chileno; e assim por diante.

O mesmo se não dirá, porém, de um francês e um italiano, ou de um romeno e um catalão, ou, ainda, de um sardo e um luxemburguês.

olhando o português a partir de Macau

Não é de projectos políticos que estou a falar, que isso fique bem claro, embora esta possa ser, também, a semente de um grande projecto político.

Do que estou a falar é de projectos de cidadania nacional, de passos claros que competem às organizações, mais do que aos Governos, que competem aos cidadãos, mais do que ao Estado.

Do que estou a falar é de um projecto assumido de afirmação de línguas afins, num entendimento estratégico entre ambas, na escola, na universidade, no mundo. Se a História nos juntou, por que não havemos de potenciar essa aliança para a qual não fomos ouvidos, mas de que somos herdeiros?

Do que estou a falar é da simples reposição da verdade: os idiomas nascidos na Península Ibérica são, no seu conjunto, os mais falados do Ocidente. E, se tivermos em conta as dificuldades inegáveis de levar toda a gente a falar Mandarim, são os idiomas mais próximos de serem a comunidade linguística mais numerosa do mundo.

Porquê, então, promover o seu apagamento?

Não sustento, permito-me sublinhá-lo, a subversão do *status quo* actual. Como não pretendo apelar a uma cruzada da hispanofonia contra o inelutável.

Mas uma coisa é aceitar outras línguas, nomeadamente o Inglês, como as línguas privilegiadas da comunicação universal, no comércio, na economia, na política, no turismo, na técnica, etc., etc., etc., e outra, bem diferente, será aceitar o apagamento das nossas línguas face a esse domínio da anglofonia.

Do que estou a falar, portanto, é de uma pedagogia íntima e individual, que nos leve a rejeitar a massificação inútil, que nos leve a aborrecer o unanimismo estéril, que nos leve, quanto antes, a atalhar essa via que conduzirá à farpela universal, o mesmo é dizer ao assassinato da língua dos nossos antepassados.

Por que razão havemos de dizer *death line*, quando podemos dizer prazo?

Porque razão havemos de chamar *accountant* a um contabilista ou *desk* a um balcão?

Ou *flyer* a um desdobrável, panfleto, folheto?

Ou *remake* a uma repetição?

Por que usamos *know how* onde poderíamos usar conhecimentos ou *expertise* onde nos bastaria a competência?

Porquê *understanding, lay out, meeting, coffe break*, e não compreensão, modelo, reunião, pausa para café?

Os exemplos poderiam acumular-se.

Dir-me-ão que a realidade é assim. Mas eu pergunto por que é que há-de ser assim a realidade.

Logro vislumbrar algumas explicações, a menor das quais não será, sem dúvida, a que colhe as suas raízes na degradação a que deixámos chegar a língua que falamos.

Por inércia, por preguiça, por desleixo ou por simples comodismo, fomos assistindo ao empobrecimento daquele que é o nosso mais rico instrumento de comunicação, herdado de nossos pais e nossos avós.

olhando o português a partir de Macau

No próprio ensino, onde o professor de Geografia só cura de apurar se o seu aluno sabe o que lhe ensina, independentemente de o saber exprimir, onde o professor de História não tem outra preocupação que a de averiguar se o seu aluno conhece os factos, os seus obreiros, as suas causas, os seus contextos, mesmo que o não saiba dizer com propriedade. Onde todos valorizam apenas o território estrito e estreito de suas pequenas quintas e subestimam as impropriedades de comunicação, as falhas de linguagem, as incorrecções sintácticas, os erros ortográficos.

Ou, até, nas profissões. Mesmo no Direito. Estou certo de que a esmagadora maioria dos advogados e juristas exige aos seus estagiários e discípulos rigor conceptual, propriedade terminológica, clareza jurídica, apuro formal. Já não estou tão seguro de que sejam tão exigentes na competência comunicativa, no aprumo sintáctico, para não falar na elegância ou, ao menos, na justeza da expressão.

Que tais afirmações valem para o Português, hoje, é uma verdade que posso afiançar, porque a conheço. Arrisco-me a pensar, sem que, com isso, outros se melindrem, que vale igualmente para outras línguas, nomeadamente o Espanhol.

Não será essa, por certo, a súpula de todas as maleitas das nossas línguas. Não errarei, em todo o caso, se disser que muitas outras poderão passar por estas.

E, se estamos de acordo na necessidade de arrepiar caminho, por que não começar por aí, isto é, pela exigência connosco próprios e com os outros?

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

Deixo de lado, deliberadamente, por manifesta escassez de tempo, outros caminhos, como sejam a promoção de traduções, em língua estrangeira, daquilo que vamos fazendo nas nossas línguas, às vezes com imensa qualidade. É que a ausência de traduções dos nossos trabalhos (acadêmicos, profissionais, científicos) não permite mostrar ao mundo que também entre nós se produz valor; quanto mais promovermos a tradução de nossos trabalhos, mais afirmamos que as nossas línguas não são a expressão de sociedades primitivas e desclassificadas.

Vai já longo este dissertar, que muitos dirão sem rumo, mas espero que com sentido. Ouso pedir que me não leiam como quem lê o pranto tantas vezes repetido frente a um qualquer muro de lamentações. Essa será a pior das atitudes; por corresponder, as mais das vezes, a uma espécie de resignação, estéril, improdutiva, absurda.

Leiam-me, antes, como um grito de alerta, alicerçado na esperança, na crença, de que é possível invertermos a marcha e reafirmarmos a nossa identidade de que a língua é guardiã.

Vai longo, disse, o dissertar.

Da minha língua, da nossa língua, vê-se o mar. Da nossa língua vê-se o mundo.

E o mundo assim olhado é mais rico, justamente porque da nossa língua se vê. Mais rico, sim, porque a língua de onde o vemos o filtra sob o prisma de uma história longa, densa, trajada de tantos séculos, desenhada por tantos rostos, entretecida de tantos percursos.

olhando o português a partir de Macau

Da nossa língua vê-se o mundo.

Seguremo-lo em nossas mãos. Com a legitimidade que nos outorga a língua de onde o olhamos, com que o olhamos.

Assim, e só assim, seremos senhores. Senhores de nós – expressão clara e translúcida do que chamamos identidade. Senhores de nós. Que outra ambição mais profunda poderíamos alimentar?

PORTUGUÊS, COESÃO E LIDERANÇA NO ENSINO SUPERIOR¹⁶

O lugar é ermo, deserto, com as cores e as vestes do abandono. Pedaco perdido de uma cidade fantasma, dir-se-ia. Cores gastas de poeira e tempo, chão recoberto de ervas daninhas, restos de vidros nas janelas que o já não são. Terá sido habitado, sente-se. Mas, da presença humana, mais não ficou que um rasto que os trilhos dos escombros em breve farão desaparecer. É o retrato da ruína, simulacro de casa assombrada.

Passei, há dias, num dos locais onde, durante anos, existiu um posto fronteiriço entre Portugal e Espanha. Do que, antes, eram edificios sólidos, robustecidos pela presença de forças policiais, não restam mais do que umas paredes em ruínas. E, mesmo estas, em vias de serem removidas, até não restar um

¹⁶ Texto ainda inédito, resultante de comunicação apresentada no “3º Forum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa”, Recife, 4 a 6 de Dezembro de 2013.

único sinal do que ali marcou, durante muitas décadas, a separação física e real entre dois povos vizinhos.

Não é por acaso que refiro este exemplo. É a marca física daquilo que se tornou um lugar comum na nossa linguagem do cotidiano: caminhamos para um mundo sem fronteiras. O mundo que nos espera, no virar dos próximos anos (mais próximos, talvez, do que supomos), será bem diferente daquele que, hoje, nos acolhe. A palavra fronteira, posto que faça, ainda, sentido do ponto de vista policial, na perspectiva da segurança, a palavra “border”, com toda a força que ela no Inglês carrega consigo, vai deixando de fazer sentido. Um dia destes, talvez mais perto que longe, o meu neto há de perguntar-me, entre o espanto e o desconhecimento: “o que é isso de fronteira?”

Caminhamos, pois, a passos largos para esse tal mundo sem fronteiras. As tecnologias da informação e da comunicação, obreiras de diálogos abertos, avessos a barreiras e alheios a distâncias, a economia, cada vez mais global e, mais do que isso, globalizante, o que não é o mesmo, os sistemas de transportes, cada vez mais sofisticados e fazedores de mobilidades até há anos insuspeitadas (e ainda não chegámos à era de concretização de modelos por ora apenas existentes na ficção científica), os mercados financeiros, sem rosto, sem língua, sem nacionalidade, sem balcão, tudo isso e muito mais que se não diz aqui, por dispensável, contribui para aquilo a que convencionámos, com não muita felicidade de expressão, chamar o mundo global. Com não muita felicidade de

olhando o português a partir de Macau

expressão, porque, valha a verdade, o mundo sempre foi global – cada vez mais a História no-lo ensina.

Nesse processo, que vertiginosamente se vai acentuando, as identidades esbatem-se, até que nos fundimos numa espécie de identidade colectiva, que pouco mais será que identidade nenhuma.

O sentido gregário, próprio do ser humano, que sem ele não saberia sobreviver (os Gregos, melhor do que muitos outros, no-lo ensinaram), adquire, desta forma, outra dimensão: a era dos povos, das nações, tende a ser substituída pela era das organizações.

O que vale, enfim, por dizer que o mundo, como o conhecemos, está em extinção; e que o mundo que não conhecemos vem aí, apresentar-se-á a nossos olhos ao virar de uma qualquer esquina de um tempo aqui perto; mas não o conhecemos. Nem sabemos como vai ser. Conhecê-lo-emos quando nos surgir diante; e, nessa altura, será tarde, porque já seremos parte dele, tal como se nos apresenta.

A este movimento de adaptação a um mundo sem fronteiras, que dá pelo nome de internacionalização, todos aderimos, seja de forma espontânea, seja de modo consciente, seja, as mais das vezes, em atitude activa. Todos somos, ao mesmo tempo, actores e resultado da internacionalização. Nem sempre, valha a verdade, em obediência a princípios, critérios, objectivos, linhas de rumo, devidamente estruturados e desenhados e metodicamente prosseguidos. Muitas vezes, pelo contrário, estamos na internacionalização (ou fazemo-la,

mesmo), sem critério, num processo onde o único rumo parece ser o desejo de sair para fora do espaço onde nos confinamos – internacionalizar, no fim de contas –, o mesmo é dizer romper fronteiras.

A este movimento, não raro quase desregrado, como se fosse imperioso e urgente, para não dizer indispensável, construir, hoje, novos impérios, à escala dos velhos impérios da Antiguidade (Roma, Grécia, Pérsia, Macedónia, Turquia e por aí fora), mas que nada tem a ver, afinal, com esses impérios de antanho, porque esses não buscavam romper fronteiras, antes alargá-las, a esse movimento sucede (sem a ele se contrapor, convenhamos) um outro, que o tempera, que o modera, que, em certa medida, o restringe.

É uma daquelas advertências que os sinais dos tempos, legíveis no devir da História, nos ensinaram a escutar e que, neste caso, nos adverte de que, num mundo sem fronteiras, haverá, porventura, outras fronteiras a cultivar.

Foi assim que, quando o Ensino Superior começou a viver a febre da internacionalização (e não se leia nesta qualificação qualquer menosprezo), surgiram as redes: a rede de Utrecht; o Grupo de Coimbra, o Grupo Tordesilhas, o Grupo de Compostela, a Rede UNAMUNO, para lembrar, apenas e ao acaso, algumas, de entre as muitas que poderiam ser referidas em todo o mundo. Não existe nenhuma instituição de ensino superior, por certo, que não pertença a uma ou mais redes internacionais. Seria quase impossível enumerá-las todas, sem sérios riscos de omissão.

olhando o português a partir de Macau

Os laços, que são, no fim de contas, as razões para constituição de uma rede, o mesmo é dizer, para o estabelecimento de uma nova fronteira, são de vária ordem:

Existem redes constituídas por áreas científicas.

Existem redes que se vão consolidando em função de afinidades temáticas.

Existem redes de instituições que buscam na História motivos de parentesco.

Constituem-se redes ocasionais, com objectivos específicos.

É uma forma, importa reconhecê-lo, de dar outro rumo e outro norte à internacionalização. Uma forma, por assim dizer, de a regular, de a não deixar, simplesmente, acontecer. Uma forma de reconhecer e afirmar que a abolição de fronteiras (de todas as fronteiras, entenda-se) não pode ser o objectivo último da internacionalização e que nunca será, em si mesma, um valor universal.

Tudo isto para dizer que foi assim que surgiu o FORGES ou a FORGES, numa adesão ao espírito de internacionalização dominante, mas dentro do princípio que acima foi designado de moderação ou regulação, uma vez que, no esbater das fronteiras geográficas, nasceu com duas outras fronteiras – uma de natureza temática, outra de natureza linguística.

De natureza temática, desde logo. Esta é, de entre as correntes temperadoras da internacionalização, a mais comum no associativismo universitário e de ensino superior. É aquela que gera associações científicas de base temática; é a que dá origem à Associação Internacional de Lusitanistas, por exemplo,

à Associação Internacional de Literatura Comparada, a centenas, quando não mais, de associações nascidas de afinidades disciplinares. O mundo acadêmico e científico está cheio delas, todas activas, umas mais pujantes, outras mais adormecidas.

O FORGES (ou a FORGES), numa das suas vertentes, cai neste âmbito – a fronteira que delimita a rede, assumidamente internacional e, portanto, sem fronteiras territoriais, é a gestão do ensino superior. É, pois, uma fronteira temática – gestão, organização e políticas de ensino superior.

A verdade, porém, é que junta a esta uma outra, que não deve nem pode passar despercebida e para a qual importa chamar a atenção. Sabemos que ela existe e é actuante, porque a vivemos no quotidiano de cada um dos nossos encontros, mas é como se dela não tivéssemos consciência efectiva: trata-se do espaço da língua portuguesa, que é, ao mesmo tempo, o segundo elo de união entre todos os participantes no FORGES e a sua fronteira delimitadora. O que se junta neste Forum são estabelecimentos de ensino superior que têm o Português como língua de comunicação.

Logo, o FORGES, que possui como duplo critério o da língua (o Português) e o do âmbito de ação (a actividade de gestão, em sentido lato), nasce nesse contexto: procurar um espaço reflexivo comum e uma plataforma de interacção no que respeita à gestão e às políticas sectoriais do Ensino Superior.

Ora, é exactamente aqui que começam a despontar algumas perguntas, cuja pertinência fica à reflexão de cada um de nós.

olhando o português a partir de Macau

Se uma das especificidades do FORGES é o instrumento de comunicação, ou seja, a língua portuguesa, contribui ela, de algum modo, para a essência do movimento? E para a sua coerência?

Perguntemos de outra forma: se o FORGES incluísse instituições espanholas, por exemplo, marroquinas, sulafricanas, chilenas, seria diferente? E diferente em que sentido?

Entendamo-nos: partilhamos experiências, reflectimos em conjunto, mas, porque os nossos sistemas legais são diferentes, essa partilha confronta-se, inevitavelmente, com os limites que nos são próprios.

Se assim é, o que perfaz e determina, então, a unidade? Justamente, a língua. A língua portuguesa, património comum de culturas que nela se enlaçam e elo de ligação privilegiado e, também, sede da identidade especial deste movimento.

Poderá haver, haverá, por certo, outros movimentos de cariz e objectivos semelhantes; mas este é de todos os outros diferente, na sua especificidade, graças ao veículo de comunicação que utiliza e é nele sinal distintivo.

E isso, convenhamos, não é de somenos. Mais importante se torna, aliás, neste tempo em que a internacionalização é servida pelo novo esperanto das línguas modernas, o Inglês (e não se leia nestas palavras qualquer aversão a essa língua franca da actualidade).

Este tempo sem fronteiras é o tempo do Inglês, como se sabe. Cada vez mais. Cada vez com maior intensidade.

Ora, é aqui, precisamente, que nasce uma outra pergunta, não menos pertinente: a língua, neste nosso caso, a língua portuguesa, é factor de identidade; pode, igualmente, considerar-se ou vir a ser factor de coesão?

Juntam-nos, repita-se, a gestão, a reflexão sobre modelos organizacionais, as políticas e a língua. É em torno destas realidades e de outras que lhes são acessórias que nos congregamos. Tentamos, através da nossa agregação como grupo, alcançar saltos qualitativos nos aspectos sobre os quais incidem a nossa reflexão e os nossos debates: a gestão, os modelos organizacionais, as políticas, as estratégias: conseguir melhores resultados na gestão, concretizar políticas mais acertadas e mais consentâneas com as metas de desenvolvimento que se nos impõem e que definimos, desenhar os modelos organizativos que melhor correspondam às necessidades do momento, e também às dificuldades, encontrar respostas estratégicas para os desafios com que somos confrontados.

E no que respeita à língua? Ela apenas nos junta ou será que nós podemos fazer alguma coisa por ela?

A afirmação da língua portuguesa e a demonstração da sua vitalidade e da sua dimensão no espaço internacional é, hoje, um combate que envolve (ou deveria envolver) todos os países da lusofonia e, neles, por maioria de razão, as instituições de educação e ensino, com particular destaque, como facilmente se compreende, para as de ensino superior.

olhando o português a partir de Macau

E digo deveria envolver, porque não estou completamente seguro de que assim esteja a suceder, pelo menos de forma concertada. O mais vulgar é deixarmos acontecer, confiados no sucesso da economia de países como o Brasil, Angola, Moçambique, a que se vai juntando Timor. Esse sucesso tem vindo a provocar uma explosão de cursos e candidaturas aos estudos de Português um pouco por todo o lado, mas, muito em especial, nas economias hoje mais florescentes, com a China à cabeça.

Mas nós, que temos o peso e a responsabilidade de gerir o sistema, pertencemos, passivamente, ao grupo dos que ficam a assistir ao milagre ou entramos, por opção assumida, nesse outro grupo, o dos que entendem que as coisas, além de acontecerem por acaso (ou ao invés de acontecerem por acaso), necessitam de quem as faça acontecer?

Parafraseando, em outro sentido e num contexto bem diverso, o célebre presidente americano, mas indo mais longe do que ele, duas perguntas se nos impõem:

Que pode a língua fazer por nós?

Que podemos nós fazer pela língua?

Dito ou perguntado por outras palavras: a língua portuguesa é para nós, tão simplesmente, instrumento de comunicação ou podemos ambicionar que seja, também, instrumento de coesão?

Que é instrumento de comunicação, já o sabemos. É a língua, nem sequer direi oficial, mas sim única, o que possui bem mais força, das nossas reuniões, dos documentos nelas

produzidos ou a elas submetidos, das conclusões que delas resultam, dos debates nelas travados. É essa língua, a nossa, o espaço franco onde nos movimentamos, o núcleo duro do nosso entendimento e, portanto, o factor essencial da nossa identidade. A organização que somos colhe boa parte do seu sentido no facto de falar português.

E a coesão? Não será difícil imaginar que dela seja a língua também um instrumento. Outra seria a nossa capacidade de agregação, bem mais frágil, bem mais permeável a tendências e rumos, se não tivéssemos uma língua comum, se, como em outras reuniões, em outros *fora*, falássemos, em conjunto, em Inglês e somente em pequenos grupos, mais semelhantes a guetos, usássemos as nossas línguas.

Assim não acontece aqui. E esse facto é tão natural que talvez disso nos não tivéssemos dado conta. E, por assim não acontecer, é maior a partilha, é mais intensa a força gregária, são menos possíveis a fracturas e fissuras.

Eis, pois, de uma forma simples, o que a língua pode fazer por nós.

Mas... e que podemos nós fazer pela língua?

Não tenho a pretensão de ser dinossauro, guardião de tesouros arqueológicos, porteiro do templo da arca sagrada. Não creio, porém, que fosse muito, desde logo, pedir que adoptássemos, em todas as circunstâncias da nossa vida profissional quotidiana, o Português, a nossa língua, a língua de onde se vê o mundo de uma forma muito especial, a língua que herdámos na nossa história comum e que ajudou a moldar essa

olhando o português a partir de Macau

mesma história comum, a língua que, por sobre mares e oceanos e continentes, nos uniu, a língua que o convívio de tantos séculos entre os nossos povos transformou, como se viajasse no porão dos navios, parte que foi do vai e vem das caravelas.

Leio, talvez, perplexidade e interrogações nos vossos rostos. E explico-me com palavras simples e directas.

Podemos bater-nos por metas e objectivos, não por *goals* ou por *aims*. Podemos, nas nossas propostas e projectos, trabalhar com rascunhos ou esboços, sem necessidade de o fazermos com *drafts*. Podemos trabalhar sobre uma versão impressa, em vez de um *print*. Podemos, na gestão, reflectir sobre intervalos ou divergências, não necessariamente sobre *gaps*. Podemos definir linhas mestras e não *guide lines*. Podemos funcionar em rede, como funcionamos, assim nos dispensando de o fazer em *network*. Podemos submeter resumos das nossas comunicações em reuniões e, dessa forma, não termos que submeter *abstracts* dos nossos *papers* para *meetings*. Podemos estabelecer prazos e limites, ao invés de *deadlines*. Podemos organizar a estrutura formal mais adequada, em vez do *layout*.

E mais: quando concebemos as metas e rumos das nossas instituições, não temos que o fazer a pensar no *target*; basta que o façamos a pensar no público alvo. A meio das nossas reuniões, não temos que fazer *coffee breaks*, quando podemos, simplesmente, fazer pausas ou intervalos para café. É bom que sejamos conhecedores das nossas competências e da nossa

capacidade, mas não necessitamos de o exprimir por *capabilities* ou por *expertise*. O facto é que haverá sempre um equivalente para *know how* ou para *statement*, para *briefing* ou para *brainstorming*, para *report* ou, até, para *good will*, sem precisarmos de pôr de lado a língua que nos é comum e que marginalizamos ou trocamos, muitas vezes, não por incapacidade ou necessidade, mas por sujeição à moda, quando não por pedantismo vazio, inútil, pretensioso e, sobretudo, sem sentido.

Os exemplos poderiam multiplicar-se, mas não precisamos de ser fastidiosos. O facto é que assim tem sucedido. E, por inércia, por preguiça, por desleixo ou por simples comodismo, fomos assistindo ao empobrecimento daquele que é o nosso mais rico instrumento de comunicação, herdado de pais e avós.

Cuidar da língua que falamos e da sua preservação não é mister, apenas, de professoras e professores dessa área, é função de todas e todos os utentes dessa língua. A começar, desde logo, pelos mais responsáveis, como sejam os gestores do sistema. Porque a língua tem necessariamente que ficar de fora da triste prática que leva a que todos valorizem apenas o território estrito e estreito das suas pequenas quintas e subestimem as impropriedades de comunicação, as falhas de linguagem, as incorrecções, os erros.

Não estou a defender, entenda-se, a uniformidade da linguagem no exercício da nossa actividade quotidiana. Isso seria assumir a ditadura de uma linguagem sobre as outras, o mesmo é dizer que seria o fim da regra da equidade, em sentido

olhando o português a partir de Macau

etimológico, que deve presidir a qualquer projeto de cooperação. Não. Aquilo que defendo mantém os traços identitários e não pretende diluí-los na aceitação passiva de expressões e palavras que a tradição incorporou em alguns territórios, mas que essa mesma tradição subverteu, se é que alguma vez os teve, em outros. Sei, por exemplo (e este exemplo basta, entre muitos), que as propinas que se pagam em Macau, em Portugal ou em outros países, se não podem cobrar no Brasil, sob pena de o sistema parecer marcado pela corrupção, já que é esse o significado de “propina” no Brasil. Isso, porém, são pormenores.

O que me pergunto, no fim de contas, é se não vale a pena o esforço de procurar na língua portuguesa, que é uma das balizas determinantes desta nossa organização, um dos cimentos da coesão dela.

Ao fazê-lo, há um outro passo que, em ordem a essa mesma coesão, poderia (importaria, até) ser dado: a mobilidade deveria ter, também, a língua como pano de fundo. Refiro-me à mobilidade em termos globais, essa velha marca do sistema académico (já as Universidades do Renascimento a cultivavam largamente): mobilidade de docentes, mobilidade de estudantes, mas também mobilidade de pessoal não docente, a qual tem sido praticada, apenas, em casos pontuais e muito fortuitos.

Isso pressupõe, desde logo, solidariedade.

Solidariedade, em especial, com países ou territórios onde o Português não é língua materna, como é o caso de Timor, de

Macau, de Moçambique, e, em certas circunstâncias, de Angola, etc. Importa que aqueles que têm por língua materna o Português (e não me refiro somente a Brasil e Portugal) acolham estudantes, docentes e pessoal não docente, em regime de mobilidade temporária, numa lógica de partilha de experiências e de conhecimentos, praticada sob o princípio da língua comum. Mas importa, igualmente, que essa mobilidade, chamemos-lhe também intercâmbio, se verifique nos dois sentidos, por forma a que a comunidade de falantes que somos seja uma verdadeira comunidade.

A língua e as suas competências são susceptíveis de acções de melhoria, de desenvolvimento, de reforço; e o espírito de coesão, dentro da organização que somos, reforça-se com a prática de tais acções.

Permitam-me o exemplo modesto de Macau: pela própria natureza do território, o Instituto Politécnico de Macau (é em sua representação, com honra minha, que aqui estou) é trilingue, quando não quadrilingue. Chinês, inglês, português são, sistematicamente, línguas de comunicação interna, a começar na gestão, e também línguas de ensino. Para não dizer cantonense, mandarim, inglês, português. Do Português importa falar: é alvo de árduo esforço na gestão, na comunicação interna, na docência. Mandam as regras que alicerçam o prestígio e onde se firmam os patamares dos *rankings* que o Inglês seja a língua franca, o esperanto da nossa afirmação no palco internacional. Mas isso em nada diminui ou pode diminuir a aposta no Português, língua de comunicação e

olhando o português a partir de Macau

língua de administração. Essa é a partilha que podemos fazer com as outras instituições que nos ligam através deste Forum.

O importante é termos consciência deste património comum que é a lusofonia, hoje reunida numa organização internacional, de raiz política, que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ou CPLP, mas que ultrapassa em muito as fronteiras dessa comunidade, como se prova aqui, neste mesmo Forum.

Porque a constituição dessa Comunidade representou, tão somente, o reconhecimento, por parte dos poderes políticos constituídos, de uma realidade bem mais antiga e mais forte. Os passos decisivos foram passos lentos, de séculos, dados pelas várias comunidades da lusofonia num percurso comum de partilha da mesma língua. Não sabemos qual será o futuro dessa entidade política, cujo rumo se antevê complexo e difícil. Mas isso é o menos importante..

O mais importante é que a comunidade lusófona já existia antes de a CPLP existir; e continuará a existir, mesmo que os Governos venham a descobrir que a estrutura que criaram deixa de fazer sentido ou que os custos da sua manutenção ou circunstâncias novas podem ditar o seu apagamento. Não seria por óbito oficial que a lusofonia, enquanto comunidade, se extinguiria. E cabe-nos a nós, enquanto gestores do sistema de educação superior, um papel decisivo e determinante nesse processo.

A verdade é que as línguas não são apenas uma forma de exprimir objectos, factos, coisas, pensamentos, afectos; já seria

muito se fossem isso, mas são mais; e também não são, apenas, uma espécie de máquina de filmar que toma os olhos do pensamento por câmara e as palavras por película. Não. As línguas são, também e sobretudo, um repositório de tradições, culturas, vivências, experiências que carregam consigo o peso imenso de uma história de séculos, de milénios. Uma língua, se verdadeiramente a quisermos entender, é a expressão da alma do povo ou dos povos que a falam. E isso faz da língua que nos une a obreira de uma alma comum a todos nós.

É isso, também, que dá sentido a esta nossa reunião. Mas é isso, também, que nos traz uma responsabilidade acrescida, sem disso, eventualmente, termos a plena consciência. Em cada debate, em cada documento, em cada acordo, em cada reflexão, unem-nos projetos, une-nos a procura de soluções comuns, une-nos o intercâmbio de vivências e experiências; mas une-nos, também, sem disso, repito, termos, por vezes, inteira consciência, a língua comum em que produzimos esses documentos, em que fazemos essas reflexões, em que travamos os nossos debates. Se a língua é, como dizem os linguistas, o modo de recortar e moldar a realidade, a língua portuguesa é o modelo em que se desenha a realidade de que são feitos os nossos projectos. E isso é, já em si mesmo, um princípio de coesão. Ponto é que disso tenhamos consciência.

Mas devemos, talvez, ir mais longe. Esse é o desafio que aqui fica, em jeito de reflexão, às vezes em modo de pergunta, outras, quem sabe, de provocação: saibamos fazer da língua que nos une não somente o instrumento de trabalho e de

olhando o português a partir de Macau

comunicação, mas também o instrumento através do qual se reforçará a coesão que buscamos. Se nela soubermos alicerçar projectos, como alguns que foram enunciados, estaremos a dar passos nesse sentido. E estaremos a saber ser herdeiros do legado que temos e que nos é comum. E estaremos, enfim, a assumir o papel de liderança, que tem de ser o nosso, daquela parte das nossas comunidades que deve, por definição e por natureza, ser motor e pioneira de novos rumos de desenvolvimento.

Ermo é o lugar, deserto, com as cores do abandono e o retrato de escombros. Semente de ruína, parece, restos de cidade fantasma. Chamaram-lhe fronteira, quando o nome tinha a força da realidade que o suportava. Com o passar dos anos e a acção das comunidades, apagar-se-ão os escombros e de ruínas não sobrá rasto. Porque, de ambos os lados, a fronteira sucumbiu a uma realidade mais forte e que o tempo não saberá apagar: a língua, a mesma língua, neste caso a portuguesa. Esse há de ser o seu condão. Diluída a fronteira e esvaída para os confins escusos da memória, essa há de ser a nossa riqueza.

LITERATURA E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA¹⁷

Regressemos à afirmação de Vergílio Ferreira, como quem revisita obsessivamente a sua própria identidade: *Da minha língua vê-se o mar*. Não é por acaso que escolho como portal desta minha intervenção sobre a importância da literatura no ensino da língua a frase emblemática do romancista; pronunciou-a ele no momento em que lhe era entregue um dos mais prestigiados prémios europeus e isso lhe confere especial significado.

Frase, em si mesma, paradigmática, na simbologia de que se reveste, no alcance que pode atingir, na significação, mediata e imediata, que dela decorre. E frase não menos paradigmática, também, no domínio do uso e da manipulação da técnica discursiva, no que aos vários capítulos da velha gramática diz respeito, mas não só.

Atente-se, desde logo, no apassivante pronome que, em *vê-se*, conjuga, à uma, a indeterminação do sujeito, assim

¹⁷ Publicado em *Actas do 1º Fórum Internacional de Ensino da Língua Portuguesa na China*, Macau, Instituto Politécnico de Macau, 2012, 20-34.

alargando a uma comunidade potencialmente ilimitada os detentores da faculdade expressa no verbo, com a leitura passiva da acção veiculada pelo mesmo verbo, concentrando no mar (e na possibilidade de por toda essa comunidade ser visto) o centro nevrálgico da enunciação.

Perguntar-se-á, afinal, qual a tónica da afirmação de Vergílio Ferreira, se legítimo é, a esta distância, hierarquizar os seus termos: o mar ou o acto de ver? A indeterminação do sujeito ou as potencialidades do objecto?

E repare-se, por outro lado, na abertura: *da minha língua*. Lugar de onde, bem entendido, carregado de simbologia, por força da carga metafórica que a conjugação de todos os elementos lhe empresta e de que a seguir se tratará.

De sintaxe se falou e de como poderia ser potenciada a sua análise em tão exíguo sintagma. Somemos-lhe, porém, a semântica, acrescida das virtualidades da estilística, que o código retórico subjacente à frase é tudo menos despiciendo.

É que, valha a verdade, da língua nada se vê, que a língua não será, propriamente, um lugar de privilegiada observação; ou, por outra, a língua, no plano da actividade sensorial, tem múltipla importância, mas nenhuma delas a converte em miradouro. O que nos conduz, no fim de contas, a uma estrita utilização da dimensão cinestésica da linguagem, com a fusão, em sintagma de tão escassas dimensões e não menos escassos lexemas, de tão plural significação e tão abrangente polissemia.

Mais importante, porém, do que tudo isso será a simbologia e o alcance da frase: por que razão podia dizer Vergílio Ferreira

olhando o português a partir de Macau

– e por que razão o disse e por que razão foi entendido quando o disse – que da sua língua, ou seja, da língua portuguesa, se podia ver o mar?

Desde logo, se legítimo é indagar a afirmação do escritor e interpretá-la à sua revelia, porque o mar é o elo de ligação entre toda a comunidade de falantes da língua portuguesa. Brasil – Portugal – Cabo Verde – Guiné – S. Tomé e Príncipe – Angola – Moçambique – Macau – Timor. Ou, para usar a ordem correcta, na hierarquia do tempo camoniano, Timor – Macau – Moçambique – Angola – S. Tomé e Príncipe – Guiné – Cabo Verde – Portugal – Brasil.

Porque o mar foi veículo privilegiado, quando não exclusivo, de carga/descarga ou, se se preferir, talvez com maior propriedade, cais de embarque e desembarque de palavras exportadas e importadas. Do mar, no mar, pelo mar se fez a língua portuguesa. Por isso, também, da língua portuguesa se vê o mar, juntos como cresceram no percurso que juntos fizeram, no trilho dos séculos.

Porque muito da língua portuguesa é feito de mar, povo de marinheiros que somos, sempre de mala, de baú, de bolsa em riste, marinheiros de torna-viagem, com um cais de embarque em cada canto do mundo, conhecido e, porventura, não conhecido, com um mapa clandestino de tesouros por desvendar, de becos por descobrir, de sendas, de trilhos, de vielas que nos meandros escusos do tempo e de viagens sem rumo e sem termo se abrigam, se abrigo há nelas.

Da minha língua vê-se o mar. Eis a metáfora de evidente alcance, mas que dificilmente um falante comum lograria fabricar, posto que muitas metáforas fabrique, no quotidiano da língua e seus usos, com recurso a esse mesmo significante, *o mar*: “um mar de gente” ou “um mar de lama”, “um mar de sangue” e “um mar de lágrimas”, “um mar de verdura” ou “um mar de dúvidas”, “um mar de paixões” ou “um mar de delícias” ou, ainda, “um mar de rosas”; eis a metáfora, enfim, que só um escritor, um homem de literatura seria capaz de arrematar, nos recantos ínvios e mágicos de sua forja.

E, porque do mar se vê a língua, acaba essa mesma língua por ser a nossa pátria, no dizer, não menos expressivo, de Fernando Pessoa. Mais cidadãos de pátrias múltiplas do que cidadãos de pátria alguma, para recorrer ao insuperado paradoxo de Jorge de Sena, portugueses, angolanos, brasileiros, são-tomenses, caboverdianos, guineenses, macaenses, moçambicanos, timorenses fazem da língua uma pátria, sem cartão de identidade nem passaporte, mas que envergam como traje de que se orgulham e de que, com estranha persistência, não querem libertar-se.

Não foi por acaso, pois, que iniciei por aquelas palavras a presente reflexão.

Desiluda-se quem espera ouvir-me falar do mito da inseparabilidade da língua e da literatura no ensino da primeira, da dependência de uma em relação à outra, como se gémeos siameses fossem. Esse mito há muito que está mais do que desfeito.

olhando o português a partir de Macau

Mas desencante-se quem, ao invés, supõe que virei defender a tese inversa, o mesmo é dizer, que o ensino da língua sobrevive bem sem qualquer recurso à literatura. Lá que sobrevive, sobrevive e longe de mim pô-lo em causa. Mas sobreviverá de corpo inteiro? Sobreviverá incólume?

Então e a recriação diária da língua em páginas e páginas dos autores literários? Então e esse laboratório de diária produção que são os poemas, novelas, peças de teatro, descrições, diálogos e *tutti quanti*? Então e a vantagem, de limites por conhecer, de aprender a construir a língua nos fecundos destroços daqueles que assumem por missão desconstruí-la?

Ousemos um exemplo, desta feita do nosso Nobel. Não, não vou lançar mão de um daqueles parágrafos intérminos, de pontuação duvidosa, quando não inexistente, o que vai dar quase ao mesmo, ao arrepio de todas as regras da prosódia, da sintaxe, quando não da semântica, da morfologia e de quantos códigos poderiam aqui ser mencionados, por assumidamente negligenciados. Não, não me voltarei para tais textos. Deito mão de um outro, bem antigo, por sinal, sem artifícios nem rupturas especiais. Um texto escrito com o destino de ser uma crónica, em tempo em que o seu escrevente era ainda insuspeito de vir a ser, um dia, anos volvidos, um dos nomes centrais da literatura portuguesa e, mesmo, da literatura universal.

As palavras são boas. As palavras são más. As palavras ofendem. As palavras pedem desculpa. As palavras queimam.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

As palavras acariciam. As palavras são dadas, trocadas, oferecidas, vendidas e inventadas. As palavras estão ausentes. Algumas palavras sugam-nos, não nos largam: são como carraças: Vêm nos livros, nos jornais, nos slogans publicitários, nas legendas dos filmes, nas cartas e nos cartazes. As palavras aconselham, sugerem, insinuam, ordenam, impõem, segregam, eliminam. São melífluas ou azedas. O mundo gira sobre palavras lubrificadas com óleo de paciência. Os cérebros estão cheios de palavras que vivem em boa paz com as suas contrárias e inimigas. Por isso as pessoas fazem o contrário do que pensam, julgando pensar o que fazem. Há muitas palavras.

[.....]

Porque as palavras deixaram de comunicar. Cada palavra é dita para que se não oiça outra palavra. A palavra, mesmo quando não afirma, afirma-se. A palavra não responde nem pergunta: amassa. A palavra é a erva fresca e verde que cobre os dentes do pântano. A palavra é poeira nos olhos e olhos furados. A palavra não mostra. A palavra disfarça.

Daí que seja urgente mondar as palavras para que a sementeira se mude em seara. Daí que as palavras sejam instrumento de morte – ou de salvação. Daí que a palavra só valha o que valer o silêncio do acto.

Há também o silêncio. O silêncio, por definição, é o que não se ouve. O silêncio escuta, examina, observa, pesa e analisa. O silêncio é fecundo. O silêncio é a terra negra e fértil, o húmus do ser, a melodia calada sob a luz solar. Caem sobre ele as palavras. Todas as palavras. As palavras boas e as más. O trigo e o joio. Mas só o trigo dá pão.¹⁸

¹⁸ José Saramago, *Deste mundo e do outro*, Lisboa, Editora Arcádia, 1971, 51-53.

olhando o português a partir de Macau

Qualquer utente da língua portuguesa, qualquer falante, para usar o termo mais técnico e inofensivo, poderia ter escrito este fragmento. À excepção de uma certa força, uma certa magia, digamos, escondidas sob o traje da mais comum das linguagens, nada há nele que o qualifique de forma especial como um texto atribuível a autor de eleição. Qualquer outra pessoa o poderia ter escrito. Poderia, mas não o fez. Não lograria, porventura, alcançar a força, a energia, a acutilância de Saramago. O ovo de Colombo, afinal, poderia ter sido de qualquer um. Mas foi de Colombo.

Olhemos o que diz o texto.

As palavras, essas de que o texto fala, supostos actores nas artes performativas da linguagem, protagonistas de um tablado onde são, ao mesmo tempo, actores, personagens, adereços (para não dizer público) são, ao mesmo tempo, boas e más.

O texto, aliás, é fértil em exemplos, muitos deles de suma utilidade, se para tanto os quisermos, na aprendizagem da língua portuguesa.

Comecemos, desta feita, pelo poder da metáfora: expressões como “as palavras queimam” ou “as palavras acariciam” possuem uma força especial. E que dizer dessa outra metáfora, feita de personificação, que é a que diz que “as palavras sugam-nos, não nos largam”? E da sua concretização crua, na comparação que anuncia que “são como carraças”? Ou da imagem, de rara expressividade, que sustenta que “o mundo gira sobre palavras lubrificadas com óleo de paciência”?

Atentemos em todo o enunciado, mesclado de arrojos metafóricos, paradoxos e cinestésias, que é “a palavra é a erva fresca e verde que cobre os dentes do pântano. A palavra é poeira nos olhos e olhos furados. A palavra não mostra. A palavra disfarça.”

Ponhamos de lado metáforas, comparações e outros artifícios da semântica, em que este texto é fértil e em que muito poderia ensinar a estudantes de língua portuguesa, e olhemos outras especificidades do português. Enuncie-se sem qualquer ordem ou hierarquia: a diferença entre “ser” e “estar” (“as palavras são...”; “as palavras estão ausentes”); a anteposição do pronome pessoal por ação da negativa; o uso do gerúndio; alguns exemplos de hipotaxe – proposições finais, temporais, causais, mas não só; verbos regulares e irregulares... enfim, um sem-número de exemplos que o professor de Língua Portuguesa pode utilizar, com a vantagem de enriquecer, incontestavelmente, o vocabulário dos seus estudantes, por força dos cambiantes que o autor empresta às suas palavras.

De palavras se fala. Que palavras? Pois bem: as da linguagem comum? Sim, essas, desde logo: as que são boas e as que são más, as que aconselham, sugerem, insinuem, ordenam, impõem, segregam, eliminam, as que deixaram de comunicar.

As da língua literária? Também. Todas as outras de que acima se falou e que contêm potencialidades desviantes, por assim dizer, do seu uso mais corrente.

Vivem umas com as outras? E como houveram de viver? Sim, vivem. Vivem umas sem as outras? Também, claro, os dois

olhando o português a partir de Macau

lados que são de um mesmo casamento e de um mesmo divórcio.

Às palavras se poderia aplicar o que o mesmo José Saramago diz da verdade ou das verdades, em um dos seus mais notáveis romances, porventura ainda não suficientemente reconhecido e estudado, *O ano da morte de Ricardo Reis*:

As verdades são muitas e estão umas contra as outras, enquanto não lutarem não se saberá onde está a mentira.¹⁹

Vivem, portanto, umas com as outras e umas sem as outras. E vivem da mesma forma com e sem? Não. Manifestamente não.

É desse território fecundo que falo. Dessa jazida aparentemente inesgotável, desse filão que um dos campos, apenas, não lograria ser.

Experimentemos a poesia, essa face mais preciosa, mas também mais fértil e mais imperscrutável, da literatura.

Ofício de poeta é ofício de paciência, um trilho de teimosia, como o dos garimpeiros em busca da sua pepita. E, no entanto, o poeta vive de palavras, dos mesmos instrumentos de manejo fácil e cotidiano que nós, nas nossas aulas, ensinamos aos nossos alunos. Experimentemos, porém, assistir à busca pressurosa e persistente do poeta, no momento em que se entrega ao seu garimpo:

¹⁹ José Saramago, *O ano da morte de Ricardo Reis*, Lisboa, Editorial Caminho, 1984, 388.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

*Toda a manhã procurei uma sílaba.
É pouca coisa, é certo; uma vogal,
uma consoante, quase nada.
Mas faz-me falta. Só eu sei
a falta que me faz.
Por isso a procurava com obstinação.
Só ela me podia defender
do frio de janeiro, da estiagem
do verão. Uma sílaba.
Uma única sílaba.
A salvação.²⁰*

Neste caso, valha a verdade, é difícil encontrar uma palavra que se afaste da sua mais comum significação. Todas as palavras do poema, o poema narrativo de um poeta que procurava a sua sílaba mágica, a sua palavra preciosa, todas as palavras da narração pertencem ao vocabulário comum e têm o significado com que a linguagem comum as utiliza. É um texto, portanto, de apreensão fácil e quase imediata. E, no entanto, é um poema. No seu conjunto, possui a arte de encantar, de produzir com as suas palavras uma harmonia, uma música, uma atmosfera especiais.

Não será útil ao estudante de língua portuguesa apreender essa harmonia que se resguarda por detrás das palavras mais correntes?

²⁰ Eugénio de Andrade, *Ofício de paciência*, Porto, Fundação Eugénio de Andrade, 1994, 46.

olhando o português a partir de Macau

Olhemos um outro exemplo do mesmo poeta:

*O mar. O mar novamente à minha porta.
Vi-o pela primeira vez nos olhos
de minha mãe, onda após onda,
perfeito e calmo, depois,*

*contra as falésias, já sem bridas.
Com ele nos braços, quanta,
quanta noite dormira,
ou ficara acordado ouvindo*

*seu coração de vidro bater no escuro,
até a estrela do pastor
atravessar a noite talhada a pique
sobre o meu peito.*

*Este mar, que de tão longe me chama,
que levou na ressaca, além dos meus navios?²¹*

Neste caso, a situação é exatamente a inversa do poema anterior. Somos convidados a descobrir, em cada palavra, o que por detrás da sua máscara se esconde.

“O mar novamente à minha porta”, desde logo, quase a abrir, numa espécie de intimação ao abrupto da presença inusitada. E, logo a seguir, a metáfora sublime, na afirmação de quem viu, pela primeira vez, o mar, nos olhos de sua mãe, para,

²¹ Eugénio de Andrade, *Branco no branco*, Porto, Limiar, 1984, 34.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

mais tarde, dormir com ele nos braços ou ouvir o seu coração de vidro bater no escuro (notável sucessão de metáforas de ímpar ousadia), antes de tudo parecer desembocar na noite “talhada a pique sobre o meu peito”.

Não há, no texto, um só verso que nos não convide à indagação, nenhum que seja ele próprio, fechado, apenas, em si. Mesmo o final, que encerra o paradoxo do destino português: “Este mar, que de tão longe me chama, que levou na ressaca, além dos meus navios?”

O mar. Sempre o mar. Na língua portuguesa. Na poesia portuguesa.

Ousemos questionar um outro poeta bem do nosso tempo, Manuel Alegre:

GRAMÁTICA

Eis a língua: território devastado

O rato rói a rolha e a gramática

E as cordas partem-se por dentro da sintaxe

As sílabas da pátria estão superlotadas²²

Poema enigmático, na sua feição quase metalinguística, apostado, aparentemente, em desconstruir, construindo, ou, talvez, o seu inverso, em construir, desconstruindo. Poema de

²² Manuel Alegre, *Chegar aqui* (1984), republicado em *Obra poética*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, 538.

olhando o português a partir de Macau

descrença, que da pátria faz a língua e da língua faz a pátria e a ambas sente acometidas da mesma doença terminal. Por isso, a língua é “território devastado”; por isso, o rato que rói a rolha, rói, também, a gramática; por isso, as cordas que deveriam acompanhar cantos e descantes se partem por dentro da sintaxe.

Poema de descrença, insisto, que muito aproveitaria ser lido por quem pretende aprender os meandros da língua portuguesa, até lhe ser perguntado, porventura sem que alguma vez soubesse responder, porque estarão as sílabas da pátria superlotadas.

Ou atentemos neste outro poema do mesmo Manuel Alegre, onde exprime, em feliz construção, um retrato de Portugal e da língua que a partir dele se falou por todo o mundo:

A FALA

*Sou de uma Europa de periferia
na minha língua há o estilo manuelino
cada verso é uma outra geografia
aqui vai-se a Camões e é um destino.*

*Velas veleiro vento. E o que se ouvia
era sempre na fala o mar e o signo.
Gramática de sal e maresia
na minha língua há um marulhar contínuo.*

*Há nela o som do sul o tom da viagem.
O azul. O fogo de Santelmo e a tromba*

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

de água. E também sol. E também sombra.

Verás na minha língua a outra margem.

Os símbolos os ritmos os sinais.

*E Europa que não mais Mestre não mais.*²³

Neste poema de Manuel Alegre, o que mais nos surpreende é a invulgar capacidade de retrato de uma língua e, nela, do povo que a fala.

Uma língua que é e não é Europa. Ou, por outra, uma língua que, sendo Europa, acabou por o não ser na plenitude (ou por deixar de sê-lo), que o seu destino de nação periférica o levou a outros rumos e outras identidades. Ser de uma Europa de periferia é ser, ao mesmo tempo, o que sempre foi e o outro, o que além da fronteira (da periferia) se situa.

É por isso que cada verso é uma outra geografia; porque cada verso de cada poema, de cada poeta, é sempre um ponto de partida para novas descobertas; e será por isso, também, que Camões é um destino, corolário de toda a identidade portuguesa, semente de sua busca e resposta para a sua indagação, se resposta alguma vez pode haver.

E eis-nos no mar, o iniludível elemento camoniano, o tal que faz da língua portuguesa um paradigma do estilo manuelino. E só esta frase (“na minha língua há o estilo manuelino”) seria bastante para com ela gastarmos uma aula

²³ Manuel Alegre, *Sonetos do obscuro quê* (1993) republicado em *Obra poética*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, 661.

olhando o português a partir de Macau

inteira na devassa dos múltiplos significados que encerra e das múltiplas identidades da língua portuguesa.

Eis-nos, pois, no mar; retrato acabado de uma língua, onde se sente “o marulhar contínuo”; o mar, esse que faz da nossa gramática uma “gramática de sal e maresia” (novo estímulo para indagações intermináveis).

O resto, bem, o resto é viagem. Fogo de Santelmo, tromba marítima, sombra, sol, outra margem. E talvez a crença de que mais Europa não pode haver onde tanto mar e tanta procura existe.

Não será um texto de primordial importância para a aprendizagem dos rudimentos da língua enquanto objecto de quotidiano; mas é, sem dúvida, um estimulante instrumento para quem tiver por vontade questionar a identidade de um povo na língua que esse mesmo povo fala.

Ou, já que de poetas falamos, Sophia:

COM FÚRIA E RAIVA

*Com fúria e raiva acuso o demagogo
E o seu capitalismo das palavras*

*Pois é preciso saber que a palavra é sagrada
Que de longe muito longe um povo a trouxe
E nela pôs sua alma confiada*

*De longe muito longe desde o início
O homem soube de si pela palavra*

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

*E nomeou a pedra a flor a água
E tudo emergiu porque ele disse*

*Com fúria e raiva acuso o demagogo
Que se promove à sombra da palavra
E da palavra faz poder e jogo
E transforma as palavras em moeda
Como se faz com o trigo e com a terra²⁴*

À exceção da acusação ao demagogo e ao seu “capitalismo das palavras”, que o corpo do poema ajuda a compreender, porque lhe serve de mote, todo o resto é de uma transparência linear.

Facilmente se compreende o alcance da afirmação da palavra “de longe” trazida, a guardar, em segurança, a alma do povo que a diz, que a fala, que dela se serve. Como transparente é a segurança com que se diz da palavra que por ela soube o homem de si e com ela aprendeu a conhecer e, portanto, a designar a realidade que o circundava. Poema, afinal, que nos ajuda a compreender a língua e não esta língua; a capacidade de com ela comunicar e não a língua com que se comunica; o simples facto de ser linguagem e não uma linguagem concreta. Texto de reflexão, no fim de contas, a apontar as bases teóricas de quem de comunicação pretenda aprender alguns rumos, essenciais, decerto, a qualquer percurso linguístico. E, no entanto, não passa de um poema.

²⁴ Sophia de Melo Breyner, *O nome das coisas* (1977), republicado em *Obra poética II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, 199.

olhando o português a partir de Macau

Nem precisávamos, valha a verdade, de ter esperado pelos poetas da idade moderna, numa língua que se forjou, desde logo, nos primeiros passos balbuciantes, como todos os primeiros, ainda no berço da nacionalidade e de si própria.

Seria o português (e não falo do português literário, falo do português de todos nós), seria o português o mesmo que temos sem a experiência trovadoresca? Eduardo Lourenço o perguntava, ao sublinhar essa estranha afirmação de uma língua que, desde o seu verdadeiro começo, foi, ao mesmo tempo, masculina e feminina, pátria e mátria em formação, sempre sem uma decisão assumida em escolha complexa e nada fácil:

“De não menos consequência para a nossa língua como canto silencioso da nossa alma, quer dizer, de nós como Desejo, foi o facto de se ter assumido num duplo registo, numa voz ao mesmo tempo masculina e feminina. Talvez se não tenha dado ainda a devida atenção a este ficcional duplo sexo que com tanta naturalidade a nossa cultura endossou em matéria de amores.”²⁵

Não vem daí o sentido da palavra amigo, que em língua alguma é tão rica como na nossa? Não bailam, desde então, as

²⁵ Eduardo Lourenço, “Da língua como pátria”: Carlos Reis (org.), *Conferência internacional sobre o ensino do Português*, Lisboa, Ministério da Educação, 2007, 45-50.

palavras, ao ritmo da sua própria música, quer celebrem as avelaneiras floridas, quer questionem as ondas do Mar de Vigo, quer se interroguem sobre os mistérios da visita, ao romper da alva e ao romper da fonte?

Não vem daí a palavra saudade, quase única?

Não é a língua dos trovadores a língua que ainda hoje falamos, na sua pureza mais ancestral, reduzida, por assim dizer, à sua dimensão de húmus, onde todos os jardins de palavras podem nutrir-se?

Poderíamos olhar Camões, esse que da própria língua dizia, na sua metáfora cosmológica, que era a fala do território “que o sol, logo em nascendo, vê primeiro, vê-o também no meio do hemisfério e, quando desce, o deixa derradeiro”.

De tão repetida, a metáfora quase nos acostumou a ela, a um ponto tal que deixámos de a reconhecer no seu traje desviante. Repare-se:

O sol vê... já depois do mais comum nascer. Nasce e vê, nessa subtil indistinção de tempos e cronologias, assim liquidando, à uma, a ordem lógica e a hierarquia. E também a semântica, já que mais próprio é do sol ser visto do que ver. Questão de somenos, convenhamos, que o mesmo sol, atingido o meio do hemisfério, continua a ver, agora de um cume altivo, e, ao descer, no seu fado quotidiano, por último a deixa para a retomar, sabemos-lo, sem precisar que o poeta no-lo reafirme, que o dia imediato trará a repetição da saga e do ritual.

olhando o português a partir de Macau

Qualquer texto camoniano, aliás, poderia ser alfobre para longo aprendizado da língua em que o poeta mais escreve e se escreve. Um dos seus mais emblemáticos sonetos de amor é disso exemplo manifesto:

*Amor é fogo que arde sem se ver,
é ferida que dói e não se sente;
é um contentamento descontente,
é dor que desatina sem doer.*

*É um não querer mais que bem querer;
é um andar solitário entre a gente;
é nunca contentar-se de contente;
é um cuidar que ganha em se perder.*

*É querer estar preso por vontade;
é servir a quem vence o vencedor;
é ter com quem nos mata lealdade.*

*Mas como causar pode seu favor
nos corações humanos amizade,
se tão contrário a si é o mesmo Amor?*

Valerá a pena sublinhar, antes de quaisquer outras considerações, que este soneto camoniano, um dos mais conhecidos e, porventura, um dos mais fascinantes, é, em si mesmo, um manancial de exemplos de enorme utilidade para o aprendizado do Português.

Do ponto de vista gramatical, desde logo: o uso intensivo do infinitivo pessoal (sem se ver, sem doer); o uso do mesmo

infinitivo substantivado (um não querer mais, um andar solitário, um cuidar); o uso das preposições; a regência nominal e verbal.

Mas o que mais se destaca, como a crítica tem repetido à saciedade, é a utilização recorrente do paradoxo, do oximoro, da antítese. Perguntar-me-ão qual a utilidade deste uso intenso de um código retórico maneirista e precioso para a aprendizagem do português. E eu responderei com o dito de Saramago acima referido: as palavras vivem em boa paz com as suas contrárias e inimigas. Quanto mais as confrontarmos, mais aprendemos a conhecer cada uma delas.

Difícilmente se apreenderia melhor o significado de cada uma destas palavras (palavras comuns, afinal) do que no confronto com as suas contrárias: o fogo que arde sem se ver, a ferida que dói e não se sente, o contentamento descontente, a dor que desatina sem doer, o não querer mais que bem querer, o cuidar que ganha em se perder, servir a quem vence o vencedor.

O estudo deste soneto camoniano, só por si, poderia constituir um excelente motivo para toda uma aula de Português, mesmo como língua estrangeira.

Ou talvez não.

E revisitaríamos, ainda, tantos outros autores, marceneiros dessa língua que é a nossa e que, na sua oficina de labuta constante, nela vão forjando traços e esboços de renovada identidade.

olhando o português a partir de Macau

Bem sei que há quem não pense assim. Mas também um professor que tive sustentava ser possível traduzir um texto só com dicionário, sem o conhecimento de qualquer das línguas, a não ser o conhecimento gramatical, como se denotado e conotado fossem duas faces iguais e indistintas da mesma moeda.

Asserção absurda, bem entendido, aos olhos de qualquer um de nós, e que não fez nem poderia ter feito escola.

Mas, se a asserção é absurda, nesse caso não o será menos o pressuposto daqueles que baniram os textos literários do ensino das línguas, como se à aprendizagem da comunicação fossem, não já só inúteis, mas, mais do que isso, nocivos, assim legitimando o radicalismo de Platão que deixaria os poetas à porta da sua República.

A pergunta, afinal, é muito simples: o que pretendemos quando ensinamos / aprendemos uma língua?

Uma língua é mais do que um instrumento de significação. Uma língua, em movimento activo no processo de comunicação de que é parte integrante (e, sem dúvida, a parte maior), significa, mas também age. Move. Estimula. Desencadeia. A teoria dos *speech acts* e das funções performativas da linguagem não é um mero exercício de reflexão inútil. A língua age ou faz agir.

Perguntemos de outro modo: é igual a capacidade performativa da linguagem com ou sem a dimensão estética e

desafiante do seu uso em situações marginais (no bom sentido da palavra e mais genuíno), como dela faz a literatura?

Falemos verdade, sem ambiguidades.

O Português que temos, hoje, em cada uma das comunidades dos seus falantes (e muitos eles são), é, afinal, uma mescla diacrónica, se a expressão me é consentida, de muitos sedimentos que séculos de falantes, mas também de poetas e prosadores, foram pondo em contacto. O Português que temos, hoje, e que queremos ensinar não seria o mesmo se, no seu percurso de língua em formação, não tivessem contracenado, em tempos diversos, os trovadores, Camões, Bernardim, a estranheza lírica de um Garrett, a dureza pouco mais que espartana de um Herculano, o sabor a húmus de um Camilo, de um Torga, de um Aquilino, a agudeza felina de um Eça ou um Ramalho ou um Guerra Junqueiro, a expressão transparente de um Bocage e por aí fora.

Dir-me-ão que o Português que se fala e que é preciso ensinar não é esse. Não será?

De onde nos vem a música, a criatividade que faz de qualquer português um fabricante de metáforas, a expressividade no falar, a riqueza vocabular?

A memória cultural não é privilégio exclusivo das elites culturais. A memória cultural não é um emblema de uma qualquer aristocracia, seja ela de sangue, livresca ou de qualquer outra natureza. A memória cultural é um legado sem escrituras formais, sem notário, sem registo de propriedade. A

olhando o português a partir de Macau

memória cultural é tanto parte de nós quanto o ar que respiramos. Respiramo-la, por isso, ao mesmo tempo que nos corre nas veias.

Ora, a língua é essa memória cultural. Semente e cimento de identidade, nela se forja o nosso retrato de povo mesclado de povos. A nossa língua não é, somente, filha do linguajar das ruas, dos porões dos navios, do contracenar de povos nos múltiplos cais onde embarcamos e desembarcamos, alforge repleto de palavras. Não. A nossa língua é filha de tudo isso, cimentou-se em todas essas encruzilhadas, convés e marés, ventos e contradanças de destinos de rumo vário, mas nutriu-se, também, dos cantos dos trovadores, das páginas de poetas, das efabulações de romancistas, contistas e seus pares de maior fôlego.

Teria uma delas sobrevivido sem a outra, sem dúvida. Mas essa não seria a nossa língua. Aquela de onde se vê o mar.

PALAVRAS E IDENTIDADE: A PROPÓSITO DE PROVÉRBIOS²⁶

Experimentemos olhar de frente um povo, como se de uma pessoa se tratasse: indagar-lhe os traços que lhe definem o carácter, perscrutar-lhe o olhar, observar-lhe gestos e atitudes, pesar-lhe, uma por uma, as palavras, dissecar-lhe o quotidiano... concluiremos, talvez, que de tudo isso se compõe o ADN de um povo ou, para ser mais exacto, de tudo isso se forja a sua identidade.

Sim, porque os povos, tenham eles a grandeza de um país ou se reduzam à simples dimensão de um povoado, possuem, todos, a sua identidade. Perscruta-se nas linhas sinuosas da história, adivinha-se nos ziguezagues das ruas, vielas e azinhagas, pressente-se na tessitura das casas, espreita-se nos silêncios, lê-se nas palavras. Nas palavras, sim, esse instrumento precioso onde se plasma a realidade, onde se vai depositando, em sedimentos, a tradição, onde se enraízam,

²⁶ “Prefácio” a Mário Cupido, *A intemporalidade dos valores*. Mira, Voz de Mira, 2011, 11-15.

pedaço a pedaço, presente e passado, confundidos na mesma mole imensa onde tudo se caldeia.

É de palavras, afinal, que trata este livro. E de um povo. E da sua identidade, robustecida em alicerces/raízes que, ano após ano, século após século, se veio enrijecendo. Até se perder na penumbra do tempo a linha, só aparentemente nítida, do rosto que hoje nos é dado contemplar.

Este é, portanto, um livro de palavras. Como todos, afinal. Mas ele é mais do que isso: porque é um livro sobre palavras.

Resguarda-se nos recantos, meio misteriosos, meio mágicos, de um território que se reparte entre o fascínio do mar, as sombras densas do pinhal e as leiras negras da terra fecunda da Gândara. Sem fronteiras nítidas (continuam a discutir-las geógrafos, antropólogos, sociólogos e outros entendidos), ali se veio forjando ao longo dos tempos uma comunidade rica de passado e dele ciosa. Aberta ao mundo e fechada sobre si mesma, ou, antes, sobre os seus usos e costumes, gerou histórias e personagens que enchem páginas de romances do melhor que a literatura portuguesa produziu. Dir-se-ia que a alma daquelas gentes exerceu particular fascínio sobre homens de letras e contadores de histórias, sejam elas fantasiosas ou eivadas de verdades por contar.

No seu conjunto, diverso, polimórfico, multissecular, constituem tais gentes uma comunidade com identidade própria. Traçar-lhe o retrato será obra, não de um pintor, mas de mãos múltiplas, umas a afinar-lhe as cores, outras a precisar-lhe o traço, outras, ainda, a rebuscar-lhe as formas, outras,

olhando o português a partir de Macau

também, a gravar-lhe as rugas que o tempo foi cavando, outras, porventura, a plasmar-lhe sons e silêncios, outras, por fim, a ornar-lhe os contornos da paisagem que lhe serve, à uma, de cenário e de moldura.

A esse afã se entregou Mário Cupido, que nos dá, agora, à estampa, este seu *A intemporalidade dos valores*. O campo onde lavra é o da palavra; ou, por outra, das palavras, que muitas são, umas em parceria com as outras, quando não, por vezes, em luta cerrada entre si, em diálogo, em peleja singular, em acrobacia individualista, em contraponto com outras palavras, em desafio à realidade que por detrás delas se esconde.

Diz o autor que de provérbios pretende tratar. Mas é mais do que isso aquilo de que trata. Os provérbios, no fim de contas, mais não são do que uma parte, significativa, sem dúvida, mas sempre restrita, desse universo de expressões que dão, desde tempos antigos, por nomes tão variados como ditos e sentenças, adágios e anedotas, idiotismos e dixotes, máximas e expressões idiomáticas, corruptelas ou simples regionalismos, lenga-lengas e.... e....

Recolheu este manancial por terras de Gândara, onde as observou em acção (a língua nada é, se não se afirma em acção), o mesmo é dizer, a transmitir realidades, a configurá-las e reconfigurá-las, a fixá-las ou a alterá-las, a defini-las ou a ilustrá-las, a desvendá-las ou a escondê-las. Tudo isso, no fim de contas, é o que provérbios, sentenças e quejandos fazem à realidade.

Poderão não ter nascido na Gândara – e isso o autor o reconhece, com uma honestidade intelectual que é timbre assinalável e assinalado deste livro. Mas, dir-se-ia, adquirem especial vida e particular significado na Gândara, fruto do contexto, fruto da tradição, fruto da história, fruto da especificidade destes povoados e destas gentes. Ali foram evoluindo, um tanto à mercê das gentes e suas vivências, um tanto à margem do resto do país onde também iam crescendo em sentidos e simbologia, nem sempre coincidentes; e, assim, ali foram ganhando identidade própria, aparentemente cúmplices desse processo de construção de uma outra identidade, a dos povos que os usavam e deles iam fazendo espelho de sua alma antiga e profunda.

Não terá sido fácil a recolha. O manancial era vasto, fecunda a seara; destrinçar o essencial do acessório, distinguir o traço pertinente da simples variação sem significado era, forçoso é reconhecê-lo, tarefa de monta.

De tudo isso nos fala Mário Cupido na sua longa Introdução e na fundamentação teórica que preenche as larguíssimas páginas com que inicia a sua obra. E aí reside, sem dúvida, um dos méritos do livro: não se limitou o autor a um trabalho de compilação, já de si exigente e moroso, por certo, mas pretendeu alicerçá-lo em reflexões sólidas e consistentes sobre o objecto do seu trabalho.

Frequentou abundantes estudos sobre provérbios, sentenças e tudo quanto com eles se relaciona; reflectiu sobre os contributos que foi registando, confrontou-os com a sua

olhando o português a partir de Macau

própria experiência de andarilho em busca de tradições, com a consciência de que lhe não bastava ir enchendo o bernal de exemplos, mas se lhe exigia, outrossim, o cuidado da selecção, a lucidez da escolha, o rigor da apreciação, o cuidado na interpretação.

Procurava, como ele mesmo diz, “o vigor das palavras”, seguro como estava de que só as palavras com vigor lhe importavam, para lhes fixar, no contexto dos provérbios em estudo, “os valores que os inspiram e que acabam por os perpetuar”. O que visava, afinal, para o citar, uma vez mais, era, em meio das populações que habitam os territórios da Gândara, definir “os contornos da personalidade cultural que as unifica”. Porque, acrescenta, “mesmo num território com uma área pouco extensa, há sempre elementos caracterizadores da sua cultura, distintos dos que, em certos aspectos, caracterizam a cultura dos povos limítrofes”.

Não são frases forjadas por gente letrada aquelas que, consubstanciadas em provérbios, nos traz nestas páginas. Sabe-se lá, valha a verdade, quem forjou todos estes ditos, qualquer que seja a sua classificação, pois, na génese de provérbios, ditos populares e sentenças, a dimensão autoral perde-se na noite dos tempos, se é que alguma vez chegou a existir uma pretensa paternidade. Aconteceram no tempo e no tempo se vieram cimentando, espalhando-se por territórios sem fim, transpondo fronteiras de países e de épocas, ganhando novas roupagens e, com elas, novos sentidos e novas dimensões. A “mobilidade” é uma das suas características dominantes. E, onde quer que

sejam usados e se encontrem “em movimento”, são instrumento privilegiado de comunicação.

Não se pense, porém, que Mário Cupido tem a pretensão, aqui, de levar a cabo tarefa científica da área da linguística, pois para tanto se confessa de inadequada formação. Afirmção que não traduz um mero assomo retórico, antes uma confissão de humildade intelectual que importa sublinhar. Posto que, seja consentido o desabafo, o resultado deste labor configure um utilíssimo instrumento de trabalho para os cultores de tal ciência, em especial para os da semântica e os da sociolinguística.

Nem por isso, em todo o caso, deixa de discorrer teoricamente sobre as várias categorias que decidiu adoptar na sua compilação. Serviu-se, como acima se diz, de abundante bibliografia e caracteriza provérbios, na sua forma, na sua articulação interna, na sua configuração variada, na sua estrutura, nas suas origens, nas suas manifestações e ocorrências, na multiplicidade das suas interpretações. Não é este, de facto, um mero inventário. Provérbios, ditos, sentenças, corruptelas, lenga-lengas são arrumados por categorias, em obediência a critérios previamente definidos; contestáveis, claro, como todas as tentativas de arrumação, mas coerentes e de grande utilidade para o leitor. E são interpretados, de forma mais sucinta uns, outros com maior largueza de pormenores, com a segurança de quem estudou palavras e frases no seu contexto e na prática quotidiana e no uso que delas se faz. Tais interpretações e significados conduzem-nos, não raro, a

olhando o português a partir de Macau

verdadeiras surpresas; ora aguçam, ora satisfazem a nossa curiosidade e, quase sempre, traduzem-se no enriquecimento de quem assim se vê confrontado com expressões que lhe não eram estranhas, mas cujo sentido, em boa verdade, não havia vislumbrado na totalidade dos seus detalhes.

Centra-se na Gândara, sempre, objecto último e único deste seu peregrinar de andarilho, como já atrás foi apelidado, em busca dessas pequenas pepitas de uma cultura recôndita e da sua fecunda expressividade.

É a alma da Gândara e suas gentes que, no fim de contas, pretende indagar. É a cultura gandraesa que vai perscrutando, à medida que o inventário vai ganhando forma e volume. É a identidade das gentes da Gândara, esse território meio difuso e indefinido, que, pouco a pouco, pretende ir retratando, ciente da eventual falibilidade do seu esforço, mas certo de que, se nunca será inglório e será, pelo menos, sempre inconcluso, a sua persistência e teimosia terá valido a pena. E valeu a pena.

É difícil dizer de onde melhor se pode avistar a alma de um povo. Dizia Vergílio Ferreira que da sua língua (o mesmo é dizer “da nossa língua”) “vê-se o mar”. E tinha, por certo, aguda consciência, ao dizê-lo, de que o mar é parte grande da alma do ser português. Porque serão, talvez, as palavras miradouro privilegiado para contemplar a alma do povo que as usa, que delas faz o seu quotidiano, seja quando com elas chora, seja quando com elas ri, seja quando com elas exprime a dor ou o prazer, seja quando com elas contempla a vida ou interroga a morte.

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

De palavras se faz e tece este livro. Não todas as palavras. Não quaisquer palavras. Palavras que se sentem, como se foram utensílios de vida; palavras que jogam um estranho jogo, em duelo, porventura bizarro, com outras palavras; palavras que se fazem e refazem num xadrez mágico onde cada uma saberá o rumo que leva, sem que nós, que as ouvimos e usamos, descortinemos, na plenitude, o seu destino, o seu papel, o seu roteiro, a sua carta de marear.

De palavras se faz este livro. Em confronto com outras palavras. Em confronto com o tempo que na origem dos tempos se perde. Em confronto com a vida, que nelas se plasma e nelas se esconde. Em confronto com mulheres e homens que no passo descompassado desse mesmo tempo as vieram usando, refazendo e recriando, assim desenhando, acaso sem o saberem, o seu retrato sempre inacabado.

UM OLHAR A PARTIR DE MACAU

ENSINO DO PORTUGUÊS, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UM EXEMPLO EM MACAU²⁷

Eram três há meia dúzia de anos. Hoje são vinte e seis. Eram... dez? doze? há uma dúzia de anos. Hoje são perto de cem. Estavam em três cidades há uma dúzia de anos. Hoje estão em quase duas dezenas e ocupam uma mancha considerável no gigantesco território.

Expliquemo-nos. Estamos a falar do ensino do Português na China. Um fenómeno e uma realidade que, sem serem recentes, são-no, de facto, na dimensão que, entretanto, adquiriram. Os números acabados de referir traduzem-se assim: há uma dúzia de anos, mais concretamente no começo do presente milénio, eram três (depois seis) as universidades chinesas que ensinavam português. Hoje são vinte e seis, com forte tendência para aumentar. Há uma dúzia de anos, eram dez a doze os docentes que nelas ensinavam português. Hoje, são quase cem,

²⁷ Comunicação apresentada no Lubango, Angola, no âmbito da 4ª Conferência FORGES – Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 19 de Novembro de 2014. Optou-se por não actualizar os dados constantes deste ensaio, que sofreram profunda evolução entre 2016 e 2021.

entre chineses, portugueses, brasileiros, sobretudo. Há uma dúzia de anos, ensinava-se português em Pequim e Xangai. Hoje, ensina-se em Pequim, Xangai, Guangzhou, Zhuhai, Nanqin, Hangzhou, Dalian, Harbin, Xi'An, Tianjin, Hebei, Chengdu....²⁸

Do ponto de vista do número, a imagem concebida pelo Professor Li Changsen ou James Li, com vasta experiência como professor de Português na China, mas também como jornalista e como obreiro importante em projectos de cooperação entre a China e países lusófonos, antes e depois de 1974, é uma imagem sugestiva. Chamou ele a este crescimento “erupção vulcânica”, uma designação feliz que só o seu coração de poeta podia ter concebido. E exprimiu-a visualmente.²⁹

A mancha estende-se litoral fora, de sul a norte (Zhuhai a Dalian) e penetra no interior, até Pequim ou, do outro lado do território, até Chengdu, na província de Sichuan, ali, no sopé, quase, do Tibete.

Vejamos o mapa:

²⁸ Estes dados reportam-se ao conhecimento que existia da realidade em 2014. Por opção assumida, não se procedeu à sua actualização para serem publicados no presente volume, uma vez que, em outros ensaios aqui reunidos, essa actualização é feita. Desta forma, pretende-se demonstrar a evolução que, ano após ano, se verificou no diagnóstico que no CPCLP se veio fazendo.

²⁹ Vd o ensaio “Uma política para a língua portuguesa: a China é só um exemplo”, neste mesmo volume.

olhando o português a partir de Macau



Se olharmos na perspectiva dos estudantes, este crescimento é, ainda, mais espantoso. Haveria, quando muito, duas ou três centenas de estudantes de português no final da década de noventa do século passado. Hoje, esse número andar­á pelos mil e quinhentos, com tendên­cia a crescer para perto dos dois mil.

E esta descrição, como é bom de ver, não inclui Macau. Com Macau, todos estes dados sofrem um aumento exponencial. Os

docentes passam a ser mais de cento e cinquenta, os estudantes mais de dois mil.

No final desta década, a China continental terá atingido os cento e vinte a cento e trinta docentes de português e os quase dois mil estudantes, número que passará a duzentos docentes, se incluirmos Macau, e um número dificilmente previsível de estudantes, porque, em Macau, estuda-se português em todos os níveis de ensino e em cursos de formação de múltipla natureza.

Perguntar-se-á porque se trazem aqui estes números, a um Fórum que, em princípio, respeita, apenas, a países de expressão oficial portuguesa, o que não é, manifestamente, o caso da grande China. Adiante se perceberá.

Antes disso, porém, convirá compreendermos uma outra realidade, que tem a ver com a localização geográfica de Macau e o seu posicionamento estratégico; no espaço, mas também, como se compreenderá, no tempo.

No tempo, desde logo.

Chegados a Macau na primeira metade do século XVI, os Portugueses foram, progressivamente, transformando o território num verdadeiro entreposto comercial entre o Ocidente e o Oriente. Confinados, primeiro, às suas embarcações, a partir das quais se fazia o comércio das mercadorias de parte a parte, os Chineses, com o passar dos tempos, consentiram aos Portugueses ocuparem um determinado espaço na península, para aí se estabelecerem. Assim se passaram os anos e, depois, os séculos. Assim

olhando o português a partir de Macau

decorreram já quase cinco séculos de convívio e de diálogo, durante os quais a identidade cultural se veio afirmando na sua especificidade que resulta, talvez como em nenhum outro lugar, do verdadeiro sentido do encontro de culturas.

Mas também no espaço; ou, talvez, principalmente, no espaço. Situada em um dos lados da embocadura, se assim pode chamar-se, do delta do Rio das Pérolas, com Hong Kong do outro lado, a cidade de Macau possui uma posição privilegiada na China e, mesmo, na Ásia; na região que vai de Timor até à Índia, isto é, o território que se estende de Moçambique para Oriente. Basta olhar o mapa para se perceber a importância estratégica dessa posição, que lhe permite servir de ponte entre as grandes cidades metrópoles da China e o resto da Ásia e o ocidente. Não diferente de Hong Kong, em boa verdade; mas o que importa aqui é o Português – e em Hong Kong não se fala a nossa língua. Se juntarmos as duas condições, ou seja, a herança histórica de Macau, que lhe confere traços muito específicos e fazem deste lugar uma encruzilhada de culturas, e a sua posição geográfica, rapidamente concluiremos que, melhor do que nenhum outro território, Macau pode ser uma peça essencial no diálogo, cada vez mais crescente, entre a China e o mundo lusófono.

Porque esse diálogo existe, é uma realidade cada vez mais activa e cada vez mais sentida no quotidiano político, social, económico, dos países de língua portuguesa, em especial Moçambique, Angola, Brasil, Portugal. Multiplicam-se os investimentos chineses nestes países – e não só nestes – e

sucedem-se as acções de cooperação. Depois de décadas de razoável isolamento, sente-se, nas capitais de todos estes países e fora delas, a presença da China, actuante, eficaz, persistente. Nesse diálogo, como em todos, a comunicação é instrumento essencial. É isso que leva à enorme procura do Português nas universidades da grande China; para dotar este processo de interlocutores, de tradutores, de recursos humanos que possam servir de intermediários no processo de comunicação essencial a qualquer diálogo social, cultural, político, económico ou de qualquer outra natureza.

Foi por isso, por estar atento a esta realidade e a tudo quanto ela significa, representa e exige, que o Instituto Politécnico de Macau criou, em 2012, o Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa. Os objectivos são claros e foram definidos no momento da criação do Centro pelo Presidente do Instituto:

- desenvolver estudos e investigações sobre a língua portuguesa e as culturas dos países lusófonos;
- realizar acções de formação na área da língua portuguesa, especialmente destinadas a docentes;
- reforçar, através de iniciativas diversificadas, o intercâmbio cultural com os países lusófonos;
- promover a edição de publicações relacionadas com o seu domínio de actividade.

Encaremos a realidade. O crescimento súbito e exponencial do ensino do Português em universidades chinesas levou a

olhando o português a partir de Macau

procurar soluções de recurso. O sistema, de facto, não estava preparado para responder a este nível de procura. Respondeu, por isso, com os recursos que tinha disponíveis: recém-licenciados, sem preparação específica na área do ensino do português como língua estrangeira e língua segunda. São eles próprios que o dizem, em resposta a um inquérito feito em 2013 e repetido em 2014 por este Centro do IPM. Afirmam necessitar de formação mais aprofundada, para responder aos desafios com que o quotidiano das suas funções docentes os confronta.

Precisam, além disso, de materiais, dizem. Aqueles de que dispõem são escassos e não estão concebidos para a realidade chinesa. Porque, é importante sublinhá-lo, se o ensino do Português a falantes de língua materna chinesa tem especificidades muito próprias, em razão da estrutura da língua, da elaboração semântica, da forma como a língua recorta o real, para usar uma expressão saussuriana, esse mesmo ensino aos mesmos falantes quando eles se encontram imersos no contexto da sua língua materna mais exigências requer. Não o compreender é o primeiro passo para o fracasso.

Isso vale por dizer que materiais concebidos em Portugal ou em qualquer outro país de língua portuguesa e feitos a partir das experiências de ensino do Português a estrangeiros vividas em Portugal ou num desses outros países lusófonos não respondem cabalmente às necessidades, por não terem presente a realidade onde vão ser utilizados; mais do que isso,

por, na maioria dos casos, serem concebidos sem a mínima consciência dessa outra realidade, tão distinta, tão longínqua.

De tudo isto começa a fazer-se o dia a dia do Centro Pedagógico e Científico da Língua portuguesa: acções de formação, na China ou em Macau, apoio online, em portal expressamente desenhado para esse efeito, contactos regulares com as universidades chinesas nessas mesmas universidades, produção de materiais, investigação.

Que tem isto a ver com a cooperação que é, afinal, aquilo de que trata um Fórum de Cooperação que envolve universidades de língua portuguesa? Tem muito mais a ver do que parece.

A verdade é que os nossos formandos e os formandos dos nossos formandos serão, amanhã, quando não são já hoje, instrumentos indispensáveis em múltiplos projectos de cooperação, muitos que conhecemos e muitos que nem sequer sabemos que existem, para não dizer muitos mais que ainda hão-de surgir e que, por vezes, a nossa imaginação, por arrojada que seja, não é capaz de antecipar.

Um exemplo, entre muitos outros: há ano e meio, uma delegação do IPM, que integrava o seu próprio Presidente e professores ligados ao Português, visitou a universidade de Shiheze, uma cidade bem no noroeste da China, quase perdida no limiar do deserto de Gobi, com vizinhos asiáticos que dão pelo nome de Uzbequistão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Rússia, entre outros, tamanha é a vastidão daquele deserto. É uma cidade autónoma, concebida para e pelo

olhando o português a partir de Macau

exército, nos tempos em que a China sentia necessidade de proteger todas as suas fronteiras, e ainda hoje organizada em função da natureza militar que lhe está na génese.

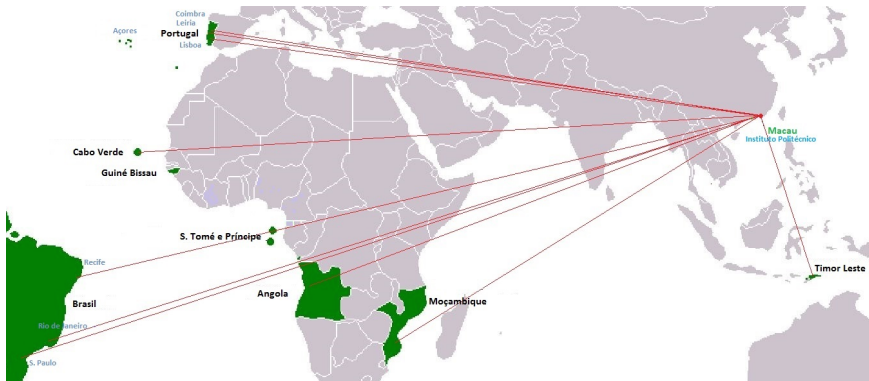
Encontrou aí essa delegação uma comitiva de Angola; eram quadros superiores da agricultura angolana, que ali recebiam formação, no âmbito de um projecto de cooperação com o seu país, para, depois, a ele regressarem e trabalharem nessa área, em estreita articulação com a mesma entidade chinesa que ali os tinha levado. Estava com eles um ex-aluno do IPM, que os acompanhava em todos os minutos da vida quotidiana, na formação e trabalho e bem assim nas horas de repouso ou de lazer: mais que um tradutor, era também um verdadeiro elo de ligação com a comunidade de acolhimento; era para isso que tinha sido contratado e era pago; e confidenciou ser melhor pago do que muitos antigos colegas.

É um exemplo; a par dele, há os que foram para o jornalismo, para a diplomacia, para o mundo empresarial. E os que continuam a ir. Não são os obreiros da cooperação entre a China e os países lusófonos. Não são, de facto. Mas são peças indispensáveis nessa cooperação. Sem eles ou elas, talvez a cooperação continuasse a fazer-se, a acontecer; mas não teria, seguramente, o mesmo sucesso.

Este é, afinal, o projecto que o IPM concebeu, desenhou e está a desenvolver. Na sua essência é um projecto de cooperação, de fronteiras muito vastas. Nele cabem as instituições de ensino superior da China, onde, como se viu, o ensino do Português está em exponencial crescimento, mas

olhando o português a partir de Macau

E com os países da lusofonia, com os quais o mesmo IPM também já vem aprofundando, desde há muito, um diálogo mais ou menos regular, por vezes, mesmo, intenso:



No fundo, estamos a falar de uma actividade científica e pedagógica, porque o é, ao serviço da cooperação entre todos nós. Porque, bem vistas as coisas, temos de pensar a cooperação, mesmo aquela que tem como laços identitários uma história com percursos comuns e uma língua que nos irmana, temos de pensar a cooperação, repita-se, como um processo com fronteiras muito mais vastas do que aquelas que cabem nas fronteiras, já de si alargadas e vastas, da língua que nos une. Nesse processo e num dos seus domínios, pois muitos são eles, o IPM assume, como prioridade estratégica, a sua função de ponte.

ENSINO DO PORTUGUÊS NA CHINA E NA ÁSIA: ERUPÇÃO E MUDANÇA DE PARADIGMA³⁰

Uma das palavras escolhidas para dar corpo ao título do presente trabalho – a palavra “erupção” – foi tirada, com a devida vénia ao seu autor, de um texto inédito do Professor Li Changsen ou James Li, detentor de largo e prestigiado curriculum, seja enquanto professor, seja enquanto tradutor, seja como conhecedor profundo das relações, nem sempre fáceis e lineares, entre os dois mundos – o chinês e o lusófono – e poeta em ambas as línguas. “Erupção”, de facto, é a palavra que escolhe para definir o crescimento da procura do Português no mundo universitário da República Popular da China ao longo da última década.³¹

³⁰ Texto inédito até agora (2016), de uma comunicação apresentada em Hanói, Universidade de Hanói, no 10^o aniversário do Departamento de Português, 29 de Outubro de 2014. Optou-se por não actualizar os dados, que sofreram profunda evolução entre 2016 e 2021.

³¹ Li Changsen (James), “Nova expansão da língua portuguesa na China”: *Actas do 2^o Fórum Internacional de Ensino da Língua Portuguesa na China*. Macau, Instituto Politécnico de Macau, 2015, 51-74.

A palavra é sugestiva, além de ser mais do que justificada. Os números falam por si.

Desde que, na China, foram criados os primeiros cursos de Português, em 1960 e 1961, no então Instituto de Radiodifusão de Pequim (hoje, Universidade de Comunicação de Pequim) e, quase ao mesmo tempo, no Instituto de Línguas Estrangeiras de Pequim (hoje Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim), passaram décadas durante as quais tais cursos, no sistema de ensino superior chinês, foram quase residuais. Restringiram-se, de facto, àquelas duas instituições, onde foram, aliás, de muito curta duração. A meados dos anos 1960, mais concretamente em 1966, em resultado da Revolução Cultural, a formação em Português foi simplesmente apagada do sistema, até 1973. Na década de 70 e 80 do século passado, somente existiam cursos de português nessas duas universidades. Juntou-se-lhes, em 1997, o Instituto de Línguas Estrangeiras de Shanghai (Universidade de Estudos Estrangeiros de Shanghai).³²

³²Li Changsen (James), “Ensino da língua portuguesa na República Popular da China durante a década de 60 do século XX”: *Atas do 1º Fórum Internacional de Ensino da Língua Portuguesa na China*. Macau, Instituto Politécnico de Macau, Fundação Macau, Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, 2012, 35-42. Boa parte das informações aqui veiculadas tem esta fonte. São vários, de resto, os trabalhos deste professor relativamente ao calendário do desenvolvimento dos estudos de Português na República Popular da China. Refira-se, em especial, aquele que é citado na nota anterior. Vd, ainda, Zhao Hongling, “Ensino do Português na China: da explosão ao amadurecimento”: *Actas do 2º Fórum Internacional de Ensino da Língua Portuguesa na China*. Macau, Instituto Politécnico de Macau, 2015, .

olhando o português a partir de Macau

Foi necessário esperar até ao presente milénio para que o interesse pela língua portuguesa recrudescesse. Mesmo assim, o número de instituições que a ela aderiram começou por ser manifestamente limitado. Entre 2005 a 2007, não passaram de sete.

De 2007 a 2013 esse número cresceu exponencialmente: de sete cursos em outras tantas universidades em 2007, passou a 26 no tempo presente, se é que não são mais, consideradas as disciplinas opcionais. É, sem dúvida, uma “erupção vulcânica”, como diz James Li, uma explosão, um *boom*, para usar uma palavra tão cara à economia, a qual, por acaso ou talvez não, até nem é alheia a este processo.

Um rastreio feito pelo Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa há pouco mais de um ano e actualizado já a meados de 2014 permite identificar 26 cursos de Português, além de dois não conferentes de grau, cerca de cem docentes, à volta de mil e quinhentos estudantes.³³ Tudo isto na China continental, assim designada por opção de comodidade; se acrescentarmos Macau, parte integrante da República Popular da China, estes números crescem significativamente. Os mil e quinhentos estudantes passam a mais de dois mil, os cem professores acabam por ultrapassar, possivelmente, os cento e cinquenta. Provavelmente, entre países de língua não

³³ Estes dados reportam-se à data em que o texto foi apresentado, ou seja, em Outubro de 2014. Conforme se pode ler nos ensaios seguintes, a realidade é um pouco superior.

portuguesa, apenas os Estados Unidos da América conseguirão superar estes números, se é que os superam; mas os EUA possuem um longo historial da presença do Português no seu ensino universitário, e isso faz toda a diferença.

Não é por acaso que isso acontece. Para o compreendermos, há que olhar o mundo, em geral, e o universo dos países da lusofonia, em particular.

O que era, afinal, há umas dezenas de anos atrás, o mundo da lusofonia? A resposta, por desagradável que seja a muitos ouvidos, tem de ser encarada com lucidez e serenidade.

O mundo a que hoje chamamos lusófono (e que o era já) era constituído por:

a) um país que a si mesmo se buscava, perdido que estava e isolado no contexto internacional, sem peso político, em boa parte ostracizado pelo Ocidente, mergulhado numa espécie de estertor de que não vislumbrava saída, com uma economia débil e um capital de esperança reduzido a pouco mais que zero; possuía história e dela advinha a sua importância, mas não mais do que isso, e isso era, convenhamos, razoavelmente pouco; estamos a falar, claro, de Portugal;

b) um conjunto de territórios em África (e dois ou três na Ásia), resquícios de um colonialismo que o regime nunca assumiu, aparentemente sem futuro nem identidade, acorrentados a uma pátria que não era a sua, reféns de uma história que não tinham feito e incertos de um futuro que tardava; e, por isso mesmo, sem economia, que esta só pode ser filha ou irmã da liberdade ou independência e não havia uma

olhando o português a partir de Macau

nem outra; o país a que estavam ligados, por laços políticos impostos, chamava-lhes “províncias ultramarinas”, mas, em boa verdade, no léxico político consensualmente aceite, era de colónias que se tratava;

c) um país que buscava, ainda, a sua própria identidade e que tardava em descobrir as enormes potencialidades que nele se guardavam e que faziam dele, sem que, aparentemente, o soubesse, uma das nações mais promissoras do Ocidente; possuía história, como país, ao contrário dos outros territórios da lusofonia; mas, enredado nas malhas das suas próprias contradições, não tinha, ainda, adquirido a consciência da sua dimensão e da dimensão e importância do papel que lhe cabia no concerto das nações; só o futuro lho viria a assinalar, para espanto dos seus naturais e de muito mundo. Este último país é, obviamente, o Brasil.

Este era o retrato do mundo lusófono no começo do terceiro quartel do século XX. A língua que unia todo esse vasto espaço tinha, naturalmente, a importância que decorria de todas estas fragilidades e contradições, o mesmo é dizer, uma importância pouco mais que escassa, posto que tivesse o significado que lhe advinha do enorme número de falantes e que dela faziam a quinta língua falada do mundo.

Mas a mudança da História já se anunciava; e o final do século veio confirmá-la. O Ocidente, preso das teias em que ele próprio se enredou, quase submergiu, exposta a fragilidade de um poder económico de pés de barro; e um mundo novo, até então, talvez em resultado da sua frágil identidade, não

contaminado pelos vícios que quase fizeram colapsar o Ocidente, começou a despontar; as chamadas economias emergentes fizeram jus ao seu nome e começaram, mesmo, a emergir. O eixo do poder económico começou a deslocar-se, paulatina, mas firmemente.

Entre esses territórios estavam os que compunham (e compõem) o chamado mundo lusófono, em especial Brasil, mas também Angola e Moçambique, já que os demais, fruto da sua pequena dimensão, não puderam ou não foram capazes de partilhar desse destino.

O mundo deu-se conta dessa alteração que se produzia no equilíbrio de forças. E, tal como os Estados Unidos da América, algum tempo antes, se tinham apercebido do potencial crescimento do Brasil, já então visível, e, em consequência, apoiaram consistentemente a atenção pelo Português nas suas Universidades, a Ásia, toda ela, em especial a China, assim fez à medida que o século caminhava para o seu termo.

As duas últimas décadas do século XX, de facto, assistiram a um reatar das relações políticas e económicas entre o Oriente, com a China à cabeça, e Portugal e o Brasil, ou a um crescimento inédito dessas mesmas relações com os novos países emergentes na lusofonia. Este é um processo que, sem dúvida, está longe de ter atingido o seu cume ou apogeu e cuja expressão quantitativa e qualitativa nos próximos anos é, ainda, razoavelmente difícil de prever. E, insista-se, este retrato vale

olhando o português a partir de Macau

para a Ásia inteira (Japão, Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Vietname, Tailândia) e não apenas para a China.³⁴

É preciso ter presente todo este contexto e todo este complexo xadrez que envolve a política, a diplomacia, a economia, para compreendermos a explosão da procura do Português nas universidades da China e de toda a Ásia.

Na China, o fenómeno tem as características que há pouco começaram a expor-se. E, como não podia deixar de ser, enferma dos males próprios de todos os crescimentos súbitos. Se considerarmos que uma geração universitária tem mais de cinco anos (dez, digamos), em menos de uma geração foi necessário acudir às necessidades de formação de várias centenas de estudantes mais do que até então.

Responderam a essas necessidades dezenas de recém licenciados, muitos deles sem intenção de buscarem aí a sua carreira. E, com eles, outras tantas dezenas de leitores, ou seja, docentes de Português, que o tinham como língua materna, mas igualmente jovens, igualmente sem perspectivas de carreira. Uns e outros, além do mais, sem formação específica na área do ensino do Português como língua estrangeira ou língua segunda, se é que, como sucedia em muitos casos de leitores, tinham formação no ensino de línguas.

³⁴Um bom conjunto de reflexões a este respeito é feito em Wei Dan (coord.), *Os países de língua portuguesa e a China num mundo civilizado*. Coimbra, Almedina, 2009.

Questionados, todos eles, sobre as suas necessidades, foram praticamente unânimes a responder que a necessidade primordial era de formação, que manifesta e assumidamente não tinham.

Um ano depois, repetiu-se o inquérito a um universo mais alargado e diferente, e os resultados não diferiram: docentes com formação recente e sem formação específica. Se alargarmos o inquérito a toda a Ásia, estou convicto, embora ainda sem bases mais sólidas do que a presunção, de que a imagem geral não sofre alteração significativa.

Ao mesmo tempo, em apenas um ano, o total de universidades que oferecem Português aumentou duas ou três unidades, o que significa que aumentou cerca de dez por cento. Ritmo surpreendente, convenhamos, tão animador quanto preocupante.

Que leva os estudantes a procurarem tão afincadamente o Português? A resposta é simples e a realidade confirma a intuição: é a perspectiva de uma carreira profissional mais ou menos promissora e, porventura, atraente, que os move.

Questionados a esse respeito, os docentes universitários chineses afirmam que, nessa carreira profissional esperançosa, incluem-se a Diplomacia, o Jornalismo, a Tradução, o mundo empresarial; mas sempre, claro, a tradução surge subjacente a todas as possibilidades.

Ensinar Português na Ásia e ser insensível a todo este contexto será o mesmo que não estar à altura do desafio.

olhando o português a partir de Macau

Valerá a pena, talvez, olhar para a tradição universitária do “lusitanismo” (chamemos-lhe assim, por comodidade de expressão), para compreendermos o que está em causa.

Na segunda metade do século XX, para não recuarmos mais atrás (e podíamos e devíamos, talvez, fazê-lo), os estudos lusitanistas atingiram um crescimento antes quase insuspeitado em todo o Ocidente. Estávamos, então, no tempo das velhas ciências da linguagem, o império, ainda, da velha filologia. Ficaram famosos nomes como os de Paul Teyssier, Léon Bourdon, Adrien Roig, Roger Bismut, René Lawton, em França, Stephen Reckert, em Inglaterra, Dietrich Briesemeister, Dieter Woll, entre outros, na Alemanha (muito antes deles, Carolina Michaelis de Vasconcelos, que ensinou em Portugal, ou Wilhelm Storck), Luciana Stegagno Picchio, Giuseppe Tavani, em Itália, Arthur Lee-Francis Askins, nos Estados Unidos da América; enumeração que peca por defeito e que pode ser acusada de múltiplas e significativas omissões. E, com eles, historiadores, cujo expoente é, sem dúvida, Charles Boxer. Basta, de resto, folhear os vários volumes de *Actas* dos congressos da Associação Internacional de Lusitanistas, desde a sua fundação em 1984, para nos darmos conta do peso dessas gerações de estudiosos da língua portuguesa e das literaturas e culturas que a tinham como veículo de expressão.³⁵

³⁵Sempre sob o título de *Actas do ... Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, foram vários os volumes publicados, desde a fundação da AIL, em 1984, em Poitiers, até agora. Compulsando, brevemente, os índices, pode ver-se o peso desses grandes lusitanistas, em especial no século passado, e

Se olharmos esses mesmos volumes de *Actas* ou os inúmeros trabalhos produzidos pelos grandes vultos do lusitanismo, que encontramos? Um interesse profundo pela literatura, onde pontificam nomes como Camões, Pessoa, diversos autores clássicos, a par de outros emergentes, uns quantos brasileiros, embora bem menos, e muito poucos africanos, igual interesse pela história e uma atenção profunda às ciências da linguagem, ou melhor, à linguística. Não será por acaso, decerto, que muitos dos maiores especialistas em linguística portuguesa vieram de universidades germânicas.

Seja como for, na Filologia ou, se se preferir, porventura com mais propriedade, nas Ciências da Linguagem (sublinhemos a palavra Ciências) residia, essencialmente, o interesse do mundo académico e científico e, portanto, universitário, pelo Português e quanto a ele respeitava.

Como se deduz de quanto acima fica dito sobre o contexto actual, o paradigma mudou. Hoje, o que as novas gerações ambicionam quando, na Universidade, procuram uma formação em Português, não é já a perspectiva de uma carreira universitária ou académica de relevo no domínio dos estudos literários, dos estudos culturais ou dos estudos linguísticos, mas, tão somente, aprender a dominar bem a língua portuguesa, com vista a fazer dela um instrumento de trabalho no quotidiano. O que os estudantes de Português pretendem é

deduzir-se as suas áreas primordiais de interesse, que confirmam o que a seguir se dirá.

olhando o português a partir de Macau

comunicar bem nesta língua, para eles estrangeira, e colocarem essa competência comunicativa ao serviço de um projecto profissional consistente, em qualquer uma das áreas referidas. Numa palavra, pretendem ser exímios tradutores. Quanto mais versáteis forem como tradutores, maior é, potencialmente, o seu sucesso profissional.

Ou seja, a procura do Português por parte das novas gerações de estudantes universitários assenta num juízo de valor e numa estratégia meramente pragmática.

Este facto conduz, necessariamente, a uma mudança de paradigma no que toca ao ensino do Português como língua estrangeira, em especial nestes países do Oriente. Mudança nos métodos, mudança nos objectivos, mudança nos programas, mudança nos conteúdos e, até, mudança na pedagogia.

Nos objectivos e nos programas, antes de mais, porque têm de ser concebidos em função das pretensões imediatas dos estudantes, que querem, no essencial, aprender a falar e a escrever, isto é, a comunicar, e não adquirir uma aprofundada formação académica no âmbito dos estudos portugueses e lusófonos.

Nos conteúdos, por motivos óbvios: se os objectivos são tão pragmáticos, os conteúdos têm de ajustar-se aos objectivos. É necessário privilegiar mais a língua, como instrumento de comunicação, do que a literatura, por exemplo, ou, pelo menos, pôr esta ao serviço daquela. E é necessário dar importância à cultura, mas à cultura de todos os países da lusofonia e não apenas de Portugal e ou do Brasil. A interculturalidade é uma

das maiores riquezas desse fantástico universo que dá pelo nome de comunidade lusófona; e essa interculturalidade tem de fazer parte dos conteúdos, os quais devem considerar a história, a sociedade, os territórios, a política, a economia, a cultura, no sentido mais lato e mais rico.

E, em consequência de tudo isso, nos métodos. Não é a mesma coisa ensinar uma língua e tudo quanto a ela esta associado numa perspectiva académica e científica ou fazê-lo em obediência a princípios pragmáticos, dominados, desde logo, pela contemporaneidade e pelo quotidiano.

Tudo somado, levará, por extensão lógica, a uma alteração na pedagogia e, além disso, na didáctica.

Acresce, por outro lado, um aspecto para o qual, na generalidade, os países ocidentais (e Portugal não é excepção, antes pelo contrário) não estão, por via de regra, sensibilizados: a diferença de contexto.

Expliquemo-nos. As línguas orientais (o Chinês, em sentido lato, é um bom exemplo, mas não o único) possuem uma estrutura e, portanto, uma lógica totalmente distintas das línguas ocidentais. Ignorar essa diferença será o passo primeiro para o insucesso no ensino de umas e outras ou, melhor, no ensino de umas aos falantes das outras. Este condicionalismo agrava-se quando os aprendentes se encontram em situação de imersão, ou seja, quando são uma espécie de ilhas rodeadas, por todos os lados, pela sua própria língua. Dito de modo sumário e directo: pretender transpor os métodos de ensino de Português a estrangeiros em Portugal ou, mesmo, em qualquer

olhando o português a partir de Macau

país ocidental, para o ensino do mesmo Português na China ou na Ásia em geral é um erro crasso. E não é menos errado transpor os métodos de ensino de Português a Chineses ou a Vietnamitas ou a Japoneses a viverem, ainda que temporariamente, em Portugal para o mesmo ensino a estes mesmos estudantes, mas a residirem nos seus países de origem.

São ambos erros e que podem pagar-se muito caro: nos resultados, desde logo, que ficarão muito aquém do desejado.

Estes, afinal, são alguns dos mitos de que enferma, hoje, a política do ensino do Português no Oriente.

Há um outro, talvez menos grave, mas não despidendo: o de que é possível gerir a política de ensino da língua portuguesa no Oriente a partir de Portugal, tomando por protagonistas as instituições de ensino superior portuguesas, os editores portugueses de livros escolares, etc. O Oriente é uma realidade demasiado longínqua, no espaço e nesse território sem mapas a que chamamos mentalidades, para que essa pilotagem à distância possa ter sucesso. O diálogo, com estas duas distâncias de permeio, precisa de um interlocutor local, que faça de ponte e garanta a proximidade.

Foi por isso, afinal, que o Instituto Politécnico de Macau criou o Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa: para que a coordenação seja realizada sob o signo da proximidade, para que os materiais sejam produzidos e editados no próprio território que deles fará uso, entendido o território em sentido estritamente geográfico, e com a contribuição de quem vive a realidade nesses territórios, para

que os problemas sejam sentidos e as soluções encontradas com maior rapidez e, portanto, com maior eficácia. Há dois provérbios portugueses que definem bem esta situação e os objectivos subjacentes a quanto fica dito: “quem sabe da tenda é o tendeiro” ou “quem sabe do convento é quem lá está dentro”.

Tudo quanto fica dito não passa de um somatório de reflexões ditadas por uma experiência que leva já ano e meio. Reflexões, afinal, que pretendem ser um grito de alerta para um processo que a todos nos questiona e que a todos nos interessa.

Explosão, *boom* ou erupção vulcânica, o certo é que o crescimento do interesse pelo Português na China e na Ásia em geral é uma realidade incontornável, configura novos desafios e apela a uma capacidade crítica, mas também criativa, num processo que não pode deixar de nos interpelar.

O PORTUGUÊS NA CHINA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO³⁶

Os números do crescimento dos estudos de Português no ensino superior da República Popular da China, em especial no interior do país, têm sido causa habitual de espanto para a generalidade dos observadores e devem ser motivo de reflexão atenta e profunda por parte dos responsáveis. Bem o justificam dois dados: o volume desse crescimento e o tempo súbito em que aconteceu.

Olhemos muito rapidamente:

Em 1961, surgiram os primeiros dois cursos de Português em toda a República Popular da China: no então Instituto de

³⁶ Conferência pronunciada na Academia das Ciências de Lisboa, em 16 de Novembro de 2015. O texto foi, entretanto, incluído no volume *Língua portuguesa: passado, presente e futuro*, Edições Colibri e Universidade da Beira Interior (org, A. A. C. Luís, C. S. G. X. Luís e P. Osório), pp. 83-95. Optou-se por não actualizar os dados constantes deste ensaio, que sofreram profunda evolução entre 2016 e 2021.

Radiodifusão de Beijing, hoje Universidade de Comunicação da China, e no Instituto de Línguas Estrangeiras de Beijing, hoje Universidade de Estudos Estrangeiros de Beijing.³⁷

Depois de uma interrupção forçada, de alguns anos, não muitos, em resultado da Revolução Cultural, o Português reapareceu em universidades chinesas, em 1970, com 3 cursos. Assim se manteve muitos anos; em 2004, não havia mais de 4 cursos em toda a RPC; passaram a 6 em 2005.³⁸

Isso significa que, a meio da primeira década deste século, a presença do ensino do Português em universidades chinesas era muito escassa, com um reduzido número de docentes, um considerável isolamento das instituições, separadas entre si por milhares de quilómetros (à excepção das duas de Pequim), poucos materiais para cumprirem a sua missão e apoio institucional quase inexistente.

De então para cá, o crescimento foi exponencial.

Na última dezena de anos, o sistema passou a contar com trinta e duas instituições, vinte e duas das quais a oferecer

³⁷ Vd. Li Changsen (James), “Ensino da língua portuguesa na República Popular da China durante a década de 60 do século XX”: *Actas do 1º Fórum Internacional de Ensino da Língua Portuguesa na China*, Macau, Instituto Politécnico de Macau, Fundação Macau e Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, 2012, 35-42.

³⁸ Sobre a evolução verificada a partir do início do século XXI, vd. Li Changsen (James), “Nova expansão da língua portuguesa na China”: *Actas do 2º Fórum Internacional do Ensino da Língua Portuguesa na China*, Macau, Instituto Politécnico de Macau, 2015, 51-74; e Liu Gang, “Planeamento do ensino do Português Língua Estrangeira na República Popular da China”, *Ibidem*, 111-131.

olhando o português a partir de Macau

curso de licenciatura em Português e outras dez a oferecer a língua portuguesa como disciplina opcional ou como disciplina complementar em outros programas e cursos. A essas somam-se quatro, neste momento em vias de acreditação junto das autoridades chinesas, num processo sempre complexo, e, provavelmente, algumas mais, de ensino intermédio ou profissionalizante, que não foi possível ainda contabilizar.

Este crescimento tão súbito tem, naturalmente, as suas fragilidades: perante a necessidade de fazer face à procura, o sistema serviu-se dos recursos de que dispunha: jovens recém licenciados pelas poucas universidades existentes, com elevada proficiência linguística, é certo, atenta a qualidade dos cursos onde se formaram, mas sem preparação específica para o ensino do Português como língua estrangeira.

Analisemos de perto a situação dessas trinta e duas universidades:

- No total, possuem cento e trinta e três docentes, oitenta e quatro deles chineses e quarenta e nove portugueses ou brasileiros.
- Desses docentes, oitenta e dois possuem Mestrado, três têm doutoramento, quarenta e sete somente possuem licenciatura.
- Todos eles são, em geral, muito jovens. Isso explica, talvez, o facto de somente trinta e dois estarem a preparar doutoramento, dado que é preocupante; pode significar que os outros ou são demasiado

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

jovens e não têm, ainda, essa preocupação, ou não têm intenção de fazer carreira acadêmica.

- Nessas universidades, o número de estudantes é de cerca de dois mil e trezentos. Se somarmos os cerca de mil que estudam Português no ensino superior de Macau atingimos a considerável soma de três mil e trezentos estudantes de língua portuguesa na República Popular da China.

Vejamos estes números em quadros:

Quadro 1. Docentes

Número de docentes	<133
Número de docentes chineses	<84
Número de docentes portugueses ou brasileiros	<49

Quadro 2. Docentes por grau acadêmico

Docentes com doutoramento	3
Docentes com Mestrado	82
Docentes só com licenciatura	47
Docentes a preparar doutoramento	32

olhando o português a partir de Macau

Quadro 3. Universidades

Universidades com licenciatura em Português	22
Macau	4
Total	26
Número de estudantes de Português (curricular ou opcional)	<2300
Macau	939
Total	<3192
Número de entradas por ano	<700
Número de conclusões por ano	<500

E olhemos, agora, um mapa do território, com a presença da língua portuguesa no ensino superior (as universidades com português estão assinaladas com o símbolo da CPLP:

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO



Vale a pena destacar algumas notas facilmente visíveis no mapa anterior:

Antes de mais, a grande dispersão em território já de si tão vasto; se considerarmos que vão mais de duas horas e meia de avião de Macau a Pequim e mais de quatro horas e meia de Macau a Harbin, perceberemos como é de grande dispersão a malha constituída por estas universidades (e, importa dizê-lo, há distâncias bem maiores do que estas).

Por outro lado, nota-se uma enorme concentração em Pequim e no espaço territorial que envolve a capital chinesa.

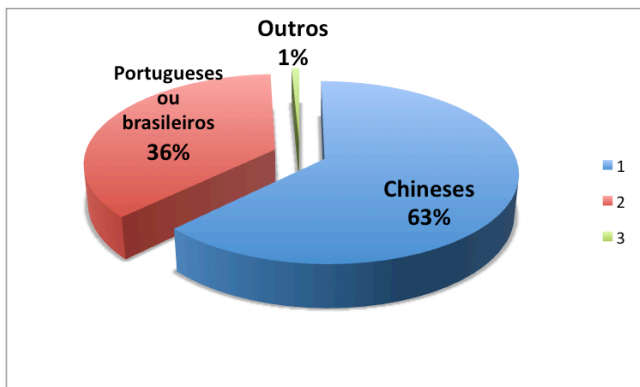
olhando o português a partir de Macau

No total são nove universidades nas proximidades do centro político da China, a que se juntam mais três não muito longe.

Além disso, é visível a maior presença no litoral, justamente a franja onde se verifica também a maior concentração populacional. Mais para o interior, apenas alguns casos singulares, mas significativos, por isso mesmo, como são Xi'An, Chongching, Lanzhou, cidades com algum peso económico e forte densidade populacional. A economia, aliás, como adiante se dirá, é quem dita as regras do crescimento da procura da língua portuguesa.

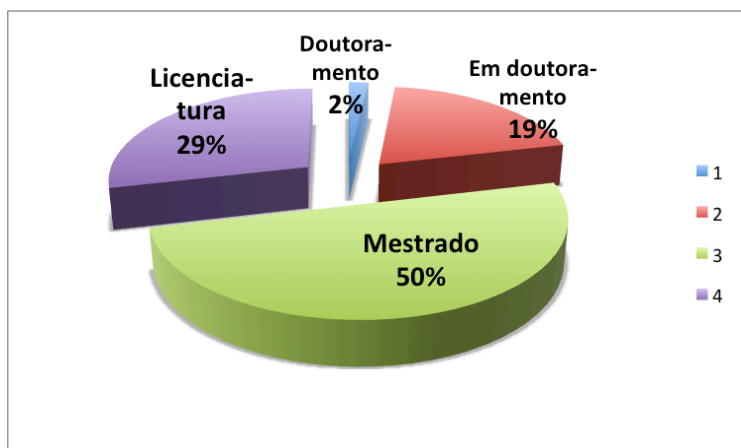
Todos estes resultados podem ser ilustrados por alguns gráficos.

Primeiro, o da distribuição, por origem, do corpo docente, onde é evidente, como seria de esperar, a bem maior presença de chineses, mas com uma presença, mesmo assim, avultada, de portugueses e brasileiros.



UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

Depois, a formação académica desses mesmos docentes. É maioritário, como se disse, o número de titulares do grau de mestre, mas quase insignificante o daqueles que possuem doutoramento. E, no tocante ao grau de mestre, uma ressalva se impõe: não se trata, por via de regra, de mestrados na área do ensino do Português como língua não materna, o qual, até este momento, ainda não é oferecido por qualquer universidade chinesa.



Outros dados relevantes para análise do mapa do Português na China são os que dizem respeito aos estudantes:

olhando o português a partir de Macau

- Entram para o primeiro ano dos cursos de Português no ensino superior entre 25 e 50 alunos (dependendo de a universidade admitir uma ou duas turmas).
- O número total de alunos de português por universidade varia entre 30 e 180. Este dado, porém, carece de explicação: há universidades que iniciaram esta formação apenas este ano, pelo que só têm uma turma em funcionamento; como há as que têm dois anos ou três anos de percurso. Apenas as poucas que já têm Português há mais de quatro anos podem disponibilizar números conclusivos, como é óbvio.
- Um dado comum a todas as universidades: é geral, quase como imposição, a prática de passar um ano curricular num país lusófono; a escolha recai mais em Portugal que no Brasil; e não há nenhum exemplo de outro país de língua portuguesa. Essa mesma escolha tanto pode ser da responsabilidade do estudante como pode resultar de protocolos estabelecidos entre universidades chinesas e universidades portuguesas ou brasileiras. Não são muito frequentes, entretanto, exemplos de todos os estudantes de uma dada universidade chinesa rumarem à mesma universidade, seja ela portuguesa ou brasileira, para cumprirem esta prática. O mais usual é uma certa dispersão.

Olhemos um pouco, agora, o que se passa no tocante à organização dos cursos.

- a) Nota-se, desde logo, grande heterogeneidade: as formações existentes diferem muito entre si, tanto no que respeita à designação do próprio curso, como no que se refere à grelha curricular.
- b) Há, pode dizer-se, nomes de disciplinas para todos os gostos. Seria fastidioso estar a enumerar aqui todas essas disciplinas; a par das inevitáveis Língua Portuguesa, Conversação, Leitura Extensiva, Leitura Intensiva, há muitas outras bastante diferenciadas. Mesmo quando os nomes da formação se assemelham, aparecem grelhas diferentes, com nomenclaturas diferentes nas disciplinas e, pode deduzir-se, conteúdos diferentes.
- c) As áreas aparentemente comuns são, como se sugere atrás: Língua; Conversação; Tradução; Gramática; Cultura.
- d) Menos recorrentes são as disciplinas de Literatura (portuguesa ou dos países de expressão linguística portuguesa) e História.
- e) Quanto às Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa são quase inexistentes (o mesmo se não dirá da Literatura Brasileira, a qual tem

olhando o português a partir de Macau

alguma presença, desde logo por força do número substancial de leitores brasileiros existentes em toda a República Popular da China).

Fala-se, acima, da regra que faz os estudantes passarem um ano (às vezes, apenas, um semestre) em países de língua portuguesa. Isso conduz-nos a um olhar breve sobre as parcerias que as universidades chinesas vão estabelecendo com as instituições de ensino superior dos países de língua portuguesa, parcerias essas cada vez em maior número.

Dominam, em tais parcerias, as instituições de ensino superior portuguesas: Coimbra, Lisboa (mais a Universidade de Lisboa que a Universidade Nova), Minho, Leiria, Porto, Aveiro, Viana do Castelo, Bragança.

Somam-se a estas algumas universidades brasileiras, mas em menor número: São Paulo (USP), Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Pará, Campinas. Não surgem outros nomes nas respostas aos inquéritos. Conversas informais permitem concluir que a menor predilecção por universidades brasileiras se fica a dever a algum receio pela insegurança e a questões relacionadas com a instabilidade.

Por outro lado, não surge na lista nenhuma universidade de países africanos de língua portuguesa, o que é significativo. As razões têm a ver com o facto de o Português língua não materna não ser um domínio científico e pedagógico muito cultivado nesses países, mas também a questões relacionadas com a menor estabilidade social.

Pontualmente, mas não de forma muito significativa, há parcerias com universidades congêneres chinesas.

O objectivo de tais parcerias circunscreve-se, na maior parte dos casos, à mobilidade de estudantes, ou seja, tem a ver com a regra, mais ou menos uniformemente adoptada, de os estudantes de português terem de passar um ano em situação de imersão num país de língua portuguesa. Ocasionalmente, há mobilidade de docentes; mas mesmo essa acaba por ser de estudantes, porque tem a ver com a frequência de cursos de mestrado ou doutoramento em universidades portuguesas ou brasileiras.

Perante este panorama, procurou o Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa do Instituto Politécnico de Macau saber quais as necessidades do sistema e dos docentes que o servem.

A resposta leva-nos, de novo, à questão do crescimento súbito e enorme. Em certa medida, pode dizer-se que as necessidades resultam daquilo a que pode chamar-se as “dores do crescimento”. O crescimento foi rápido, vertiginoso, mesmo, e grande, quase desmesurado. Isso levou a que o sistema precisasse de fazer face a uma tão veloz evolução. Como respondeu? Com docentes jovens, formados nas universidades que já existiam (em Shanghai, em Beijing), com elevada proficiência linguística, mas com menor preparação pedagógica, isto é, sem formação específica para o ensino de Português como língua não materna.

olhando o português a partir de Macau

Sublinhe-se: jovens e com preparação insuficiente.

São eles próprios que o afirmam, quando asseguram, sem ambiguidades, que precisam de formação.

Por outro lado, o sistema não dispunha de instrumentos de trabalho ou, por outras palavras, instrumentos de apoio à actividade pedagógica, os meios auxiliares de ensino. Os que existem não foram concebidos expressamente para o uso na China, com estudantes chineses.

Apesar das modernas tecnologias de comunicação, algumas instituições queixam-se de um relativo isolamento ou, o que vai dar no mesmo, de pouca articulação entre todas.

As parcerias com instituições portuguesas e brasileiras são já muitas; mesmo assim, são, na opinião das universidades chinesas, insuficientes; por isso, continua a ser desejo muito comum o de concretização de mais parcerias, que incluam, em especial, a mobilidade estudantil.

Os jovens docentes, entretanto, vão completando os seus mestrados e, como se viu, em alguns casos, preparam um percurso académico regular, que passa pelo doutoramento, mas que passa, também, pela construção de um curriculum universitário. Para tanto, procuram ir desenvolvendo uma actividade científica, para a qual lhes faltam, muitas vezes, os meios e, em alguns casos, a necessária preparação, nomeadamente no que respeita à linguagem específica. Precisam, por consequência, de apoio nesse percurso, a vários níveis.

Se fosse possível, em fim de contas, reproduzir numa palavra as necessidades de que se queixam ou que manifestam as universidades chinesas onde se ensina português e os docentes que o ensinam, essa palavra seria: apoio.

Olhemos, agora, o que nos reserva o futuro, se é que um exercício de futurologia é consentido ou é legítimo, num território, em sentido real e em sentido metafórico, onde tudo tem acontecido de uma forma praticamente imprevisível. Arrisquemos, em todo o caso, algumas previsões.

Nos próximos cinco anos, assistiremos seguramente a uma nova realidade na República Popular da China e na Ásia, no que ao ensino do Português na China diz respeito.

- 1) O número de estudantes atingirá, provavelmente, um número muito próximo dos quatro mil, número que se eleva a cinco mil, se considerarmos Macau.
- 2) O número de docentes de português alcançará, nesse período, os duzentos; se incluirmos Macau, ultrapassará, seguramente, os trezentos.
- 3) Desses, cento e trinta a cento e cinquenta serão chineses, entre setenta e cem serão portugueses e brasileiros.
- 4) No domínio da sua formação académica, uma percentagem que rondará os oitenta por cento será portadora do grau de mestre, se bem que não necessariamente em ensino de PLE; mas, pelo

olhando o português a partir de Macau

menos um em cada universidade terá mestrado nessa área. Uma dezena ou dezena e meia serão titulares do grau de doutor por universidades portuguesas ou brasileiras.

- 5) Do ponto de vista da disseminação no território, é seguro que o Português será ensinado em universidades de todas ou praticamente todas as províncias do Leste da República Popular da China, precisamente aquelas onde se verifica maior concentração populacional.
- 6) Pouco a pouco, porém, irá chegando às províncias do Norte e do Oeste. Exemplo disso é a pujança do Português em universidades como Lanzhou, na província de Gansu, ou em Chongching, município autónomo, até há pouco parte da província de Sichuan.
- 7) O crescimento da rede será lento, mas progressivo, nessas províncias do interior.

Há, entretanto, uma realidade que não está rastreada pelas autoridades chinesas e muito menos por nós: o ensino do Português fora das universidades, em cursos com objectivos específicos e sem intenção de conferir qualquer grau. Sabemos da existência de algumas empresas que se dedicam a ensinar português a trabalhadores de outras empresas, com vista ao exercício de actividades profissionais em países lusófonos. Como sabemos de jovens licenciados que se dedicam ao ensino

online, a partir de suas casas, e que têm centenas de alunos interessados.

Em ambos os casos, atenta a dimensão do país e da sua população, é de admitir que, se sabemos de dois ou três exemplos, mas só por acaso, talvez exista uma dezena ou mais. O que faria ascender a mais de mil os alunos de cursos desse tipo ou participantes em experiências dessa natureza, não rastreadas, como se disse.

O que determina, afinal, esta expansão inusitada são as exigências do mundo empresarial e o crescimento do volume de negócios entre a China e os países de língua portuguesa.

Porque a verdade é que a procura tende a aumentar. Uma breve prospecção às saídas profissionais demonstra que os estudantes de português no ensino superior continuam a ter uma forte empregabilidade; as áreas de maior acolhimento apontadas pelas instituições são: o mundo empresarial, ou seja, o mundo dos negócios com os países lusófonos (os chineses gostam de fazer negócios na língua do seu interlocutor); a diplomacia, uma vez que as relações diplomáticas entre a República Popular da China e os países de língua portuguesa têm vindo a intensificar-se; o jornalismo, facto que decorre do crescimento das duas áreas anteriores; a tradução, nestes domínios ou em outros; o ensino, porque as universidades continuam a empregar os melhores.

olhando o português a partir de Macau

Neste processo, de dimensões que espantam qualquer observador e interpelam os responsáveis nas instâncias de decisão, é natural que questionemos qual o papel de Macau.

Macau tem, como se sabe, uma posição privilegiada e estratégica, no espaço e no tempo. Herdeira de um passado onde foi, ao mesmo tempo, protagonista e palco no encontro de culturas, a cidade de Macau tem nessa mescla a sua identidade. Macau é China. Sempre foi, independentemente das contingências fortuitas da administração política. Mas cresceu com uma segunda cultura, a portuguesa, dentro de si e soube enlaçar de uma forma ímpar esse convívio e esse crescimento conjunto. Mais: pode, até, afirmar-se que Macau deve a esse diálogo e a esse crescimento conjunto a sua identidade. Não foram os cinco séculos de história assim vivida e talvez Macau não fosse mais do que uma simples aldeia ou entreposto comercial de Zhuhai, a cidade chinesa que lhe fica ao lado, logo do outro lado da fronteira, com mais de dois milhões de habitantes. O que deu a identidade a Macau, cidade chinesa, sem dúvida, foi o diálogo de culturas.

Por isso, Macau pode (deve), por herança volvida em missão, desempenhar um papel fundamental no diálogo entre o Oriente e o Ocidente, neste caso, entre a República Popular da China, a que pertence, e o mundo lusófono, ao qual se liga por força da História. É aí que radica o tão repetidamente citado papel de plataforma ou ponte.

No caso da participação activa no desenvolvimento do ensino da língua portuguesa na China, várias razões de pormenor se somam.

Desde logo, o Português é língua oficial de Macau, a par do Chinês, por vontade deliberada do poder político chinês no tratado de transferência de poder e soberania, e por reiterado e diariamente assumido querer dos poderes políticos actuais do território.

Por outro lado, o Português é ensinado em grande parte das instituições de ensino de Macau, em maior ou menor grau, das instituições de ensino superior, quase todas, à Escola Portuguesa de Macau e às escolas luso-chinesas; a todas elas se soma, ainda, o Instituto Português do Oriente que, não sendo uma instituição de ensino, no sentido em que confere competência, ainda que avaliada e certificada, mas não grau, e não sendo uma instituição chinesa, desempenha um papel nuclear neste domínio.

Acresce que Macau possui condições e recursos para desempenhar esse papel, por força de uma política orçamental ou talvez melhor, de uma identidade orçamental que continua a permitir encarar tais desafios com uma dose razoável de conforto.

Além disso, o que já não é pouco, em Macau existe vontade política: o Português é um desígnio estratégico do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, como o é, de igual modo, do Governo Central, ou seja, do Governo da República Popular da China, no seu todo.

olhando o português a partir de Macau

Acrescente-se, por serem razões de mercado, isto é, razões ditadas por opções económicas, a determinar este rumo, que em Macau tem sede o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, não por acaso designado, de modo abreviado e simplista, por Fórum Macau.

Por tudo isso, Macau é, de facto, cada vez mais, uma plataforma para o ensino do Português, não já apenas na China, mas em toda a região da Ásia Pacífico.

Assim sendo, qual o papel que pode caber à RAEM (Região Administrativa Especial de Macau), tendo em conta todos estes pressupostos? Pois bem, pode:

1. Responder às necessidades de formação de professores que tão agudamente se fazem sentir no interior da China.
2. Participar activamente na elaboração de materiais (quando não liderá-la), destinados a apoiar o ensino do Português e concebidos especificamente para a realidade chinesa. Neste particular, importa ter presente o que muitas vezes e a muita gente parece passar despercebido ou esquecer: ensinar português a um chinês não é o mesmo que ensiná-lo a um falante de uma língua ocidental – a semântica, a fonética e a fonologia, a estrutura e a sintaxe são demasiado distintas; mas ensinar português a um falante de língua chinesa em

Portugal não é o mesmo que ensiná-lo a esse mesmo falante se imerso no quotidiano da sua língua materna.

3. Promover o diálogo entre as instituições de ensino superior chinesas e as suas congéneres portuguesas, brasileiras e de outros países de expressão portuguesa.

Esta tem sido a acção que o Instituto Politécnico de Macau e, particularmente, o seu Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa têm vindo a desempenhar, com maior acuidade desde a criação deste mesmo CPCLP, em 2012.

Os objectivos que presidiram à criação do Centro e que constituem, ainda, hoje, a sua carta de princípios, são os seguintes:

- Desenvolver estudos sobre a língua portuguesa e as culturas dos países lusófonos;
- realizar acções de formação, especialmente destinadas a docentes, em funções em Macau e no interior da China;
- articular formação graduada e pós-graduada;
- reforçar o intercâmbio cultural com os países lusófonos;
- promover a edição de publicações;
- aprofundar o diálogo e a cooperação com as universidades do interior da China.

olhando o português a partir de Macau

Na prossecução de tais objectivos, o Centro assumiu vários desafios:

No domínio da produção de materiais, herdou, da Escola Superior de Línguas e Tradução, os trabalhos de edição do manual *Português Global*, da autoria de duas docentes ligadas ao ensino do Português como Língua Não Materna na Universidade de Lisboa, Carla Oliveira e Luísa Coelho, trabalho coordenado pelo Professor Malaca Casteleiro. O projecto traduziu-se já em três volumes, destinados, respectivamente, aos níveis A1/A2, B1 e B2, cada um com dois livros, um “Livro do professor” e um “Livro do aluno” e um DVD de apoio áudio. Este ano de 2016, editar-se-á o volume 4, para os níveis C1/C2, assim se encerrando a colecção.

Numa cooperação inédita com entidades chinesas, este mesmo *Português Global* conhecerá ainda este ano a sua edição no interior da China, com algumas adaptações, produzida pela “Commercial Press”, uma das maiores editoras chinesas.

No plano das edições, o Centro trouxe, ainda, a público:

As Actas do 2º Fórum para o Ensino do Português na China, realizado em Macau, em 2013, por iniciativa e responsabilidade da Escola Superior de Línguas e Tradução do IPM. Assim se continua uma colecção iniciada com as *Actas do 1º Fórum*, realizado em Pequim, em 2011.

Um *Glossário de provérbios e expressões (Português-Chinês)*, instrumento de grande utilidade para tradutores e estudiosos chineses da língua portuguesa, da autoria de Li Fei e Jorge Bruxo (2015).

A obra *Delta literário de Macau*, da autoria de José Carlos Seabra Pereira, sobre a literatura portuguesa de Macau (e sobre Macau e a literatura portuguesa), livro pioneiro, a todos os títulos, e que passa a constituir a mais importante obra de referência sobre o assunto (2015).

Materiais de apoio, que se pretende sejam disponibilizados *online* e em suporte de papel.

O portal *Ponto de encontro*, um espaço de grande informação na internet, que vai somando, dia após dia, vários milhares de visitas e onde pode ser encontrada informação bibliográfica e material de apoio e onde os docentes de português na China e na Ásia podem encontrar disponibilidade para diálogo activo e permanente.

Com vista a conhecer melhor a realidade chinesa, o Centro promove regularmente visitas a universidades do interior da China onde se ensina Português ou onde se pensa que esse ensino possa estar a ser projectado. Em tais visitas, o programa inclui sempre, com ligeiras alterações, os seguintes pontos: contacto com as autoridades académicas: diálogo com os professores de português, para conhecer bem a realidade; participação em aulas ou realização de palestras, as quais constituem, por via de regra, excelentes momentos de divulgação e de sensibilização para os estudantes de português e, ainda, oportunidade para os esclarecer em relação a muitas das suas dúvidas.

Esse roteiro passou já por Xi'An, Urumqi, Hangzhou, Harbin, Shijiazhan, Beijing (oito universidades), Guangzhou,

olhando o português a partir de Macau

Namqing, Chengdu, Chongching, Shanghai, Dalian, Tianjin, Changchun, Shaoxin, Lanzhou e Hainan – Wenchang; e mais visitas estão já programadas para 2016.

Ciente de que a formação contínua de docentes é uma vertente estratégica da acção a desenvolver, o Centro levou a cabo, já, mais de 250 horas de formação em universidades tão diversas como: Guangzhou, Xi'An, Shanghai, Chongching, Dalian, Hangzhou, Tianjin, Changchun, Beijing. Em todas elas, o público é constituído por docentes da própria universidade e por vários outros de universidades de outras províncias vizinhas, o que é, tanto quanto se sabe, inédito. Além dessas acções, o Centro realiza todos os anos o curso *Verão em Português no IPM*, de duas semanas, para docentes de toda a República Popular da China.

Em resumo, em menos de três anos de actividade, se tivermos em conta que apenas começou a “operar” em 2014, depois de ter um efectivo docente mínimo, o CPCLP já pode apresentar os seguintes resultados:

- 6 livros publicados.
- Mais de 250 horas de formação contínua realizada.
- Mais de 150 formandos no total dessas formações.
- Um número superior a 20 universidades servidas por acções de formação contínua.
- Um portal aberto e disponível com mais de 6 mil visitas.
- 22 universidades visitadas.

Em dois anos e meio, é forçoso reconhecer que é já uma actividade considerável e notória.

Paralelamente, o CPCLP assumiu a responsabilidade de algumas iniciativas já existentes no IPM e agora alvo de redimensionamento:

O Concurso de Debate em Língua Portuguesa para Estabelecimentos do Ensino Superior da República Popular da China e da Ásia, já com muitas edições realizadas, contou, em 2016, fruto de uma parceria institucional com o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior de Macau, com 11 participações de universidades de Macau, do interior da China, do Vietname e do Japão.

O Concurso de Declamação de Poesia em Língua Portuguesa para Instituições de Ensino Superior da China, também em parceria com o mesmo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, contou com a participação, também, de 11 instituições, oriundas de Macau e do interior da China.

Além disso, o Centro tem vindo a empenhar-se no estabelecimento de parcerias entre universidades chinesas e instituições de ensino superior de Portugal, do Brasil e de outros países de língua portuguesa.

É longo já o caminho percorrido pelo Instituto Politécnico de Macau, como é rico, embora curto, aquele que foi percorrido pelo Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa.

Mas muito falta ainda por fazer.

olhando o português a partir de Macau

Nesse processo, isto é, no caminho ainda por trilhar, há três equívocos que importa ter presentes, porque correspondem a uma visão deformada do que há a fazer e podem conduzir a erros de estratégia que urge evitar.

Primeiro equívoco: a crença (errada, claro) de que este papel pode ser cumprido por Portugal, a partir de Lisboa e sem apoio na região a que corresponde o retrato aqui feito, ou seja, a República Popular da China e, em geral, a região da Ásia Pacífico. É um processo bem mais difícil e de sucesso mais do que duvidoso: a distância que separa Portugal do Oriente, imensa, a insuficiência de meios, agravada pela crise actualmente vivida nas economias ocidentais e, em especial, em Portugal, tornam mais do que provável esse insucesso.

Segundo equívoco: este papel pode ser cumprido por instituições portuguesas, a partir de Portugal e de forma desgarrada. Tal como no equívoco anterior, desta atitude, mais corrente do que possa presumir-se, pode dizer-se o mesmo: a distância que separa, em termos físicos e em termos culturais, as instituições chinesas das portuguesas, a insuficiência de meios, também agravada pela crise orçamental que afecta as instituições portuguesas, e a complexidade do diálogo entre instituições tão diferentes são garantia, uma vez mais, do quase insucesso. Acresce uma razão que as instituições portuguesas que, numa lógica concorrencial, se lançam “à conquista” da China normalmente não têm presente: o facto de serem

estrangeiras. Um exemplo prático a comprovar isso mesmo: imaginemos que um responsável de uma instituição portuguesa pensa visitar uma universidade chinesa; desde que tem a ideia até à sua concretização podem decorrer meses de contactos, de obtenção de autorização, enfim, uma teia burocrática, com óbvios contornos políticos, resultantes do facto de estarmos a falar da relação entre dois países, cada um deles com as suas idiossincrasias. Se, porém, uma instituição de Macau, como, por exemplo, o IPM, pretender ter a mesma iniciativa, um par de semanas basta para a concretizar. A razão é simples: o IPM é uma instituição chinesa; e isso faz toda a diferença.

Terceiro equívoco: pode Macau cumprir esta missão numa lógica de total autossuficiência e ao arrepio de qualquer cooperação com instituições portuguesas (ou brasileiras). Não é um erro menor. Este seria um processo também de reduzida eficácia e duvidoso sucesso: por insuficiência de recursos científicos e humanos, por ausência de imersão na língua portuguesa, a qual, posto que seja uma das línguas oficiais de Macau, não é, inequivocamente, uma língua falada no quotidiano da vida macaense.

Dito de outra forma: a lógica da complementaridade e da cooperação tem de prevalecer, definitivamente, sobre a lógica da concorrência.

Em suma, é este, dito de uma forma mais ou menos abreviada, o retrato do Português na China e, digamos, na Ásia;

olhando o português a partir de Macau

no seu passado, no seu presente, no seu futuro. O que foi feito é muito importante e foi a raiz do que temos. O que está a ser feito é e pode ser decisivo. O que falta fazer, ou, por outra, o futuro, é aquilo que, por definição, não sabemos. Mas é, também por definição, aquilo que depende essencialmente de nós.

**O INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU
E OS SEUS PROJECTOS
NO ÂMBITO DA LÍNGUA PORTUGUESA³⁹**

Criado em Setembro de 1991, o Instituto Politécnico de Macau assume-se como uma escola de qualidade e excelência. Não é por acaso que constitui a primeira Instituição de Ensino Superior da Ásia a ter concluído, com êxito, o processo de avaliação por parte da prestigiada agência britânica *Quality Assurance Agency for Higher Education - QAA* -, a qual, após um longo processo que culminaria em Fevereiro de 2014, lhe reconheceu elevado nível de qualidade e lhe atribuiu a menção *de confidence*.

³⁹ Comunicação apresentada em Lisboa, na II *Conferência sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, em Outubro de 2013. O texto é de tripla autoria, com Luciano Rodrigues de Almeida e Vítor Silva. Reproduz-se aqui, devido ao facto de se integrar claramente na temática do presente volume e com a devida vénia aos outros dois autores, de quem foi obtida a necessária permissão. A comunicação foi concebida, expressamente, para a finalidade em causa, ou seja, uma apresentação oral, apoiada em suporte visual. O presente texto pretende ser, tão-somente, a redução a escrito dessa comunicação, facto que a sua forma obviamente reflecte.

Entre os seus lemas, figuram princípios como: desenvolver, aprofundar e transmitir o conhecimento, cultivar a ligação permanente entre o saber e a experiência, buscar a dimensão universal desse mesmo conhecimento, do saber, da ciência.

Tudo isso tem a ver, desde logo, com o contexto em que o IPM nasceu, ou seja, numa cidade e região onde a fusão de culturas é uma marca distintiva. Instituição de Ensino Superior enraizada no seu meio, o IPM não podia viver imune a tal circunstância.

O nível de qualidade e excelência, por outro lado, mede-se, também, pelo índice de empregabilidade das várias formações que ministra, que ultrapassa claramente os noventa por cento, prova do reconhecimento que obtém entre os empregadores e do prestígio que alcançou no mercado de trabalho. Como se pode, igualmente, medir a qualidade do corpo docente e discente do IPM pelos múltiplos prémios obtidos em cada ano, em competições e concursos de várias naturezas, na área do desporto, na área das línguas, como em outras áreas disciplinares.

Instituição pública de ensino superior, é múltipla a sua oferta formativa, assente, no essencial, em seis escolas:

- Escola Superior de Artes;
- Escola Superior de Educação Física e Desporto;
- Escola Superior de Saúde;
- Escola Superior de Ciências Empresariais;
- Escola Superior de Administração Pública;
- Escola Superior de Línguas e Tradução.

olhando o português a partir de Macau

No que respeita, especificamente, ao ensino do Português, é importante sublinhar que Macau reúne condições de eleição para ser uma plataforma no desenvolvimento e promoção da Língua Portuguesa na Ásia, em especial na região da Ásia-Pacífico. Basta olharmos o mapa, desde logo, para nos apercebermos desse facto.

A verdade é que essa vocação, esse destino, digamos, de plataforma, herda-os Macau da história, pelo menos a dos últimos cinco séculos, da cultura que, ao longo desse tempo, foi enraizando e cimentando, do património que dessa história e dessa cultura lhe ficou, como legado inapagável, e da identidade, que da mescla de todos esses elementos polifacetados se construiu; e em tudo isso evidencia esse destino e essa vocação.

Acresce a tudo isso a apetência local e, o que não é de somenos, o interesse político pelo cumprimento de tal desígnio, ou seja, de que Macau seja uma plataforma para o desenvolvimento do Português na Ásia-Pacífico.

Expliquemo-nos.

Essa missão funda-se, desde logo, numa garantia e num compromisso que resultam de uma dimensão e de uma identidade política e institucional: o Português é uma das línguas oficiais do território, de acordo com a sua Lei Básica.

Garantia que não é um mero enunciado de princípios, mas que tem implicações práticas evidentes: a Administração funciona em Chinês e em Português, por imperativo legal, a

justiça também, e o Boletim Oficial é publicado em ambas as línguas.

Um outro sinal da importância que a Macau é conferida nesse papel de interlocutor entre a China e o mundo da lusofonia e, portanto, entre a China e a Língua Portuguesa é a circunstância de em Macau ter sede o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, no âmbito do qual decorrem seminários, colóquios, exposições, iniciativas empresariais, convenções e todo um vasto conjunto de iniciativas destinadas a favorecer e estimular o intercâmbio entre a China e os países da lusofonia.

Além disso, há manifestos sinais de vitalidade da Língua Portuguesa em Macau: as comunidades portuguesa e macaense são promotoras activas e dinâmicas da língua e da cultura portuguesas em Macau.

Um outro dado resulta de um olhar sobre o ensino superior do território: em quase todas as instituições, senão, mesmo, em todas, ensina-se Português; e duas delas possuem, de longe, o maior número de estudantes de Português de toda a Ásia, sem qualquer margem para comparação: o Instituto Politécnico de Macau e a Universidade de Macau. Mas, repita-se, as demais instituições têm, também, lugar para o Português (Universidade de Ciência e Tecnologia, Universidade de S. José, Instituto de Formação Turística e Universidade Cidade de Macau). A elas se junta, no ensino do Português, o Instituto Português do Oriente, a Escola Portuguesa e as Escolas Luso-Chinesas, instituições que, a outro nível, desempenham um papel activo e

olhando o português a partir de Macau

importantíssimo no que à divulgação da Língua Portuguesa diz respeito.

Juntemos a tudo isso a comunicação social: existem vários títulos de imprensa diária em Português, vários outros não diários, um deles bilingue, existe uma televisão em Português, a TDM, e uma rádio também em língua portuguesa, factos que, em si mesmos, contribuem para o desenvolvimento de um ambiente linguístico favorável ao ensino e aprendizagem do Português.

Há, enfim, uma imensa vontade de diálogo. A ligação de Macau às universidades e demais instituições de ensino superior dos países de língua portuguesa, nomeadamente através da AULP, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, é notória; e Macau é palco de encontros periódicos de natureza diversa entre as instituições de Macau e as de outros países lusófonos.

Neste particular, a cooperação existente entre o IPM e as instituições irmãs dos países lusófonos pode dizer-se que obedece aos princípios da investigação e da formação em rede e tem presente o novo projecto de Lei do Ensino Superior que define a importância da internacionalização, como estratégia para o desenvolvimento da Região.

Exemplo significativo é a cooperação entre o Instituto Politécnico de Leiria, o Instituto Politécnico de Macau e a Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim, iniciada em 2006/2007, que constitui o primeiro curso do género criado em Portugal ou em Macau e cujo esquema é o seguinte: 8 semestres

(240 ECTS), na República Popular da China (Macau e Pequim) e em Portugal, dos quais os estudantes Portugueses passam o 1º e 4º anos em Portugal, o 2º em Macau e o 3º em Pequim, e os Chineses o 1º e 4º em Macau e os 2º e 3º em Portugal. Tudo assente, claro, no princípio da reciprocidade, ou seja, com iguais direitos e deveres de todos os estudantes, independentemente da sua origem e da escola onde pontualmente se encontram.

Com o IPL, o IPM mantém, ainda, um curso de Mestrado em Administração Pública, cujo plano de estudos inclui o Direito da Administração Pública em Portugal e o Direito da Administração Pública na RAEM (ainda de matriz portuguesa), com um corpo docente conjunto, isto é, de ambas as instituições, e cujo grau é conferido pelo IPL, visto que, na RAEM, o ensino politécnico ainda não pode conferir o grau de Mestre.

Em cooperação com a Universidade de Lisboa são os programas de Doutoramento em Administração Pública, de Mestrado em Tradução e Interpretação de Conferência (ainda com a participação da Direcção-Geral de Interpretação da União Europeia) e de Doutoramento em Língua e Cultura Portuguesas. No primeiro, o corpo docente é de ambas as instituições; no segundo, também, a que se juntam os docentes que fazem parte da DGI da UE; no terceiro, apenas colaboram docentes da Universidade de Lisboa, a qual confere o grau, nos três casos.

Quanto a projectos de investigação, está em curso um que visa o Estudo comparado do Ensino Superior no Espaço da

olhando o português a partir de Macau

CPLP e da RAEM, que pode inserir-se num desígnio mais vasto de criação de um Espaço Lusófono do Ensino Superior.

Os objectivos deste projecto são, no essencial:

a) Caracterizar e comparar sistemas de ensino superior dos Países da CPLP e da RAEM;

b) identificar as melhores práticas e os pontos de convergência entre os sistemas;

c) enquadrar os sistemas de ensino superior nos diferentes Espaços Regionais de ensino superior em que se inserem os Países da CPLP e a RAEM;

d) elaborar uma proposta para criação do Espaço Lusófono de Ensino Superior.

A coordenação cabe ao IPM e estão envolvidos todos os países da CPLP.

Voltemos à especial aptidão de Macau para a sua missão de plataforma.

Acresce que Macau possui meios e disponibilidade para deles fazer uso com este objectivo.

A ligação efectiva entre o IPM ou a UMAC (Universidade de Macau) e as Universidades da China continental requer meios que nunca foram negados, antes pelo contrário, sempre foram disponibilizados.

É inegável o apoio financeiro do Executivo da RAEM às iniciativas de cooperação com os países de língua portuguesa, nomeadamente no domínio do ensino e da aprendizagem do Português.

E não pode ser esquecido, neste aspecto, o apoio do Governo Central da China no sentido de manter Macau estável, próspera e sustentável no seu desenvolvimento social, político, económico e cultural, condições indispensáveis ao desempenho do papel de plataforma, de que se tem vindo a falar.

Esta é, enfim, uma prática que vem de longe.

Na década de sessenta do século passado, a República Popular da China começou a enviar para Macau estudantes de Português. Entre eles, vieram vários destinados à diplomacia; é sintomático que muitos dos embaixadores da RPC em países de língua portuguesa nas últimas décadas passaram, antes, por Macau, para onde foram aprender Português; circunstância que continua a manter-se ainda hoje.

Olhemos um pouco o Curso de Tradução e Interpretação Português-Chinês/ Chinês-Português do IPM, na sua génese e ao longo da última década.

Na sua génese, antes de mais. Para tanto, há que recuar uns séculos atrás, quando a institucionalização da administração e da *soberania* foi objecto de mediação por marinheiros, aventureiros e missionários ou por macaenses.

Cabe aqui referir o *Regimento do Língua da Cidade*, de 1627, que prevê um organismo de intérpretes, o que reflecte a preocupação da Cidade com a comunicação política; e a criação de corpo de tradutores-intérpretes de língua sínica, em 1865,

olhando o português a partir de Macau

que tinha por objectivo formar tradutores-intérpretes para as representações diplomáticas na China.

Já em 1885 é criada a Repartição do Expediente Sínico, na Procuratura dos Negócios Sínicos, que incluía a Administração do Concelho, o Tribunal e a Secretaria Diplomática. O *Código e Regulamento para a Procuratura dos Negócios Sínicos de Macau* dizia expressamente: *A escola anexa à Repartição do Expediente Sínico é destinada a habilitar candidatos aos lugares de intérpretes tradutores da língua sínica falada e escrita.*

Em 1976, nasce a Escola Técnica, dependente da Repartição dos Serviços dos Assuntos Chineses, com os seguintes objectivos: *Auxiliar os serviços públicos do território nas suas relações com a população chinesa; fornecer pessoal técnico às missões diplomáticas ou consulares portuguesas que vier a ser requisitado; habilitar pessoal especializado por meio da sua escola técnica.*

Coube a esta Escola preparar quadros para os anos oitenta e formar a maioria dos tradutores-intérpretes que estiveram envolvidos na transferência de poderes.

Mais tarde, em 1987, com a Assinatura da Declaração Conjunta e em pleno Período de Transição, a Escola Técnica passa a Escola de Línguas e Tradução do IPM, o que faz desta a herdeira de uma tradição secular.

Aí nasce em 1993 o primeiro curso de bacharelato em tradução e interpretação e, em 1994, o curso de licenciatura, que visa os seguintes objetivos:

- a) formação de tradutores-intérpretes;

UMA LÍNGUA PARA VER O MUNDO

b) formação de docentes dos cursos de estudos portugueses de instituições do ensino superior da China;

c) promoção do ensino da língua portuguesa e tradução português/chinês e vice-versa;

d) formação de docentes de chinês a trabalhar nos países lusófonos.

Este curso, que forma, anualmente, cerca de 40 tradutores, é, por exemplo, o maior fornecedor de tradutores para os diversos serviços de Administração Pública em Macau.

Além disso, a Escola Superior de Línguas e Tradução, responsável pelo curso, desenvolve várias outras acções:

- disponibiliza cursos de línguas para as outras escolas do IPM, bem como para outras escolas do território (Curso de Tradução e Interpretação – Escola Secundária Profissional);
- desenvolve cursos de língua com fins específicos (Curso de Português para o Gabinete de Ligação do Governo Central na RAEM);
- tem vindo a investir na produção de materiais adaptados ao público chinês (manual *Português Global I e II*);
- é chamada a colaborar na elaboração de exames do Gabinete para os Assuntos Jurídicos e Judiciários;
- faz parte do grupo conjunto que tem a seu cargo a preparação dos exames unificados de acesso ao

olhando o português a partir de Macau

ensino superior (projecto do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior);

- nela se realizam os exames de certificação do CAPLE.

É, como se vê, nuclear o papel do IPM na relação entre a Língua Portuguesa e a Língua Chinesa e entre as instituições da China continental e o ensino do Português. Vale a pena referir alguns exemplos mais:

- Em 2000, 16 alunos da Universidade de Estudos Internacionais de Shanghai realizaram um estágio de um ano em Macau, com bolsas de estudo concedidas pelo IPM.
- Em 2001, foram 15 os alunos do Instituto de Radiodifusão de Pequim que fizeram um estágio de um ano em Macau, também com bolsas de estudo concedidas pelo IPM.
- Em 2002, de novo 10 alunos chineses do continente estudaram em Macau, no IPM, com autorização do Ministério de Educação da China.
- Nesse mesmo ano, é celebrado um protocolo com o Instituto de Radiodifusão de Pequim, segundo o qual 22 alunos desta Instituição estudam, durante os primeiros dois anos da sua formação, em Macau.
- Em 2003, é renovado o mesmo protocolo, agora para 18 alunos.

- Em 2006, é concebido um inovador modelo de cooperação com o Instituto Politécnico de Leiria, pioneiro neste domínio: estudantes portugueses passam a fazer parte da sua formação em Macau e na China continental e estudantes chineses de Macau e do interior da China, reciprocamente, passam a fazer parte da sua formação em Leiria, no âmbito do curso de licenciatura em tradução já acima descrito com algum pormenor.
- Também em 2006, teve lugar em Macau o *1º Seminário de Ensino e Tradução de Língua Portuguesa*, com a participação das principais universidades chinesas com cursos de Português, seminário que se repetiu em 2007, em Shanghai, organizado pela Universidade de Estudos Internacionais de Shanghai, e onde o IPM apoiou a presença de docentes de várias universidades chinesas e de Portugal. E, em 2008, este mesmo seminário voltou a realizar-se, desta vez em Macau, agora sob o título de *Metodologia de Elaboração de Materiais Didáticos de Português*, com a participação de docentes de português de Macau, Portugal e China.
- Em 2007, inicia-se um modelo de cooperação com a Universidade de Pequim: um professor do IPM lecciona Português na Universidade de Pequim, durante dois anos.

olhando o português a partir de Macau

- Em Maio de 2009, é criado o *Centro Internacional de Formação de Professores de Chinês em Macau*, com o objectivo de ensinar Português aos professores de chinês que irão trabalhar nos Institutos Confúcio nos países lusófonos.
- Em Setembro de 2009, são 10 os estudantes de Português da Universidade de Pequim que são acolhidos em Macau, para um estágio de um ano.
- Em Julho de 2010, o IPM organiza, com a União Europeia, no quadro da sua Direcção-Geral de Interpretação, a 1ª edição do *Seminário de Formação de Formadores de Interpretação de Conferência*, com a participação de nove universidades chinesas, seminário que se repetiu em 2011.⁴⁰
- Em 2011, o IPM apoiou financeiramente as comemorações do 50º aniversário da criação do 1º Curso de Português no Instituto de Línguas de Pequim (hoje *Universidade de Estudos Estrangeiros de Beijing*) e o *1º Fórum Internacional de Ensino e Investigação da Língua Portuguesa na China*, com docentes de 14 universidades chinesas e, ainda, de representantes do Brasil e Portugal.

⁴⁰ Esta iniciativa, sempre com o apoio da Fundação Macau, voltou a repetir-se em 2013, 2014, 2015 e 2016.

- Em 2013 decorreu no IPM o 2º *Fórum Internacional de Ensino e Investigação da Língua Portuguesa*, com docentes de 18 universidades da China, e ainda de Macau, do Brasil e de Portugal.

O presente e o futuro passam por um conjunto de iniciativas, cujo processo já está em curso e que podem sintetizar-se nas linhas seguintes:

Reunir meios e criar condições para que Macau seja, de facto, a plataforma para o Português, entre Portugal, Países de Língua Portuguesa, China e países asiáticos.

Promover a cooperação efectiva entre as Instituições de Ensino Superior de Macau e as da China, com vista a um programa comum de acções inter-universitárias, que reforcem o ensino/aprendizagem do Português na China.

Desenvolver mecanismos com vista a aumentar a mobilidade de docentes e de estudantes, a formação contínua de docentes, a produção de materiais pedagógicos.

Reforçar o investimento nos programas das unidades onde o ensino do Português é já uma bandeira, ou seja, Escola Superior de Línguas e Tradução, Escola Superior de Administração Pública, Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa.

O passado e tudo quanto nele foi realizado e de que somos herdeiros, o presente e o vasto conjunto de iniciativas e processos em curso, suportados num somatório de vontades, o

olhando o português a partir de Macau

futuro e os projectos que o anunciam, tudo isso é a garantia de duas coisas: a) cabe a Macau um lugar muito especial enquanto plataforma para o desenvolvimento do Português na China e na Ásia; b) cabe ao IPM um papel nuclear nesse processo, por herança e por opção estratégica, sem ambiguidades assumida.

**BRIDGE, PLATFORM, CROSSROAD:
MACAO, CHINESE AND PORTUGUESE LANGUAGES⁴¹**

There are some statements that don't need to be proven; they are so evident that proofs are unnecessary. One of these statements has to do with the identity of Macao, an identity that comes from history and from its geographical location. Because of this, it is common-place to assert that Macao has a strategic position in history concerning the link between China and Portugal.

This is therefore the very identity of Macao. More than four centuries of history living under the influence of an encounter of cultures has made this little town what it is. And it would be very different if this past did not happen or at least if this past did not happen this way. Without meeting Portugal, and, through Portugal, the West, Ou Mun would be, perhaps, just one

⁴¹ Paper presented at EACS (European Association of Chinese Studies), Coimbra, Universidade de Coimbra, 25 de Julho de 2014. The text was not published with the other IPM contributions to this meeting, edited by Instituto Internacional de Macau. In this e-book version the elements of the printed edition (2016) were not updated.

small Chinese town, a commercial warehouse of Guangdong, a port to Zhuhai service.

This is largely the reason for the strategic situation of Macao - it comes from its past, its geographical location, and its singular identity. Nowadays, however, to be conscious of this reality, more than a simple statement begins to become a challenge. Because to have a strategic place in space, as well as in time, is to relate not only to the past, but also, simultaneously, the future.

Macao, it is important to insist, has a specific identity, an unique identity, that owes much to centuries of Portuguese administration. Another, surely different, identity would have been acquired if its history had been different. But nowadays the challenge is to make this identity one having added value.

In a certain way, one can say that Macao, since the arrival of the first Portuguese sailors, missionaries and adventurers, was a crossroads. It matters now to know that to serve as a bridge or a 'platform' (a word that is currently in fashion) between West and China, as well as between the Portuguese and Chinese, it is the legacy that Macao acquired from its history that imposes this trend and this duty.

Macao Polytechnic Institute wants to be a part of this legacy as well as a mover and a protagonist.

This is because there is one unquestionable truth: the history of MPI is similar, because this is also the legacy that MPI received from its hundred year history. We must bear in mind that MPI is heir of the oldest course in Chinese-Portuguese

olhando o português a partir de Macau

translation in all of China as well as all Asia. The Chinese-Portuguese translation course was the main essence of the “Escola Sínica”, the first training institution for Portuguese-Chinese translators, created in Macao, China, by royal decree in 1905.⁴² The “Escola Sínica”, however, was the continuation of an even older process, since the “Repartição do Expediente Sínico”, born in 1885, had a school attached with a specific function: to “enable candidates for the posts of interpreters and translators of written and spoken Sinic language”. This school saw generations and generations of diplomats, translators, interpreters, teachers and journalists pass through. The People’s Republic of China realized very early that Macao had the possibility to accomplish this role; and many Chinese high officials, among them diplomats who had a special role in the dialogue between China and lusophone countries, received their training in this school, in Macao – so a process began in the nineteen-sixties in the same school that would become afterwards the MPI School of Languages and Translation (ESLT).

More recently the implementation of this function has become more complex. It is no longer enough to fulfil a role as a school conferring academic degrees to successive classes of

⁴² Vd. LI CHANGSEN (JAMES LI), “Estilo de Macau – formação, características e impacto na tradução para o idioma sínico”, in Li Changsen e Luís Filipe Barreto (eds), *Para a história da tradução em Macau*, Lisboa, Instituto Politécnico de Macau e Centro Científico e Cultural de Macau, 2013, 89-115, especialmente p. 92.

students; the dialogue today is larger and wider with more levels of discourse and has become more demanding.

What is at stake today is a world quite different from that which evolved during the XXth century. Let us be clear: until the third quarter of the twentieth century, what was the lusophone world? A small country, not much more than underdeveloped, emerging from a long lethargy, prisoner of a dictatorship that chose as a kind of option international isolation as a direction and a goal; and, aside from this small country, its colonies, chained to a homeland that was not their homeland, arrested to a destination of submission and underdevelopment, part of a big continent which largely was still searching for its time and its way; and finally one country, Brazil, that sought its identity, but that delayed to find it, as it delayed to find the wealth that lived inside itself and the potential of its large and rich territory, a potential almost completely unexplored.

After the third quarter of the twentieth century, with a particularly rapid pace at the turn of the millennium, the world changed as well as Portugal, of course. The West and, in it, the countries that were, so to speak, its epicenter, began to plunge into successive crises whose results are not yet visible. And countries of another world, with their emerging economies, so called, showed exactly that: they emerged, before the submergence of the old world. Among them, Angola, Mozambique, and, especially, Brazil revealed a hitherto unsuspected potential for growth which, probably, has not yet

olhando o português a partir de Macau

been shown in all its strength. And Portugal, positioned in the center of history and the axis of Europe, also represented a territory to be taken into account in the international context, not really because of its size, which it doesn't have, but because of its place in time and space and in the community of nations.

China soon realized all this. When China decided as a strategy to reestablish its dialogue with the world, it also realized the importance, in that world, of the big, plural community of lusophone countries.

It was then very fast to pass from perception to action. In the beginning of this millennium (actually already by the end of the last century), economic relations between the People's Republic of China and the lusophone world were growing at a dizzying pace. Chinese investments are multiplying every day in Angola, in Mozambique, in Brazil and, of course, in Portugal, and also, although significantly less, in other Portuguese language countries. The cooperation between the People's Republic of China and CPLP is very intense and, in addition, obeys a political strategy, clearly assumed, and a governing option. Legal instruments have been created for this cooperation, as well as organizations, and legal and political frameworks.

The strategic option for the Portuguese language within the context of the Chinese higher education system is not alien to this picture.

In a few years Portuguese became one of the most sought after languages in the universities of mainland China. In 1980,

there were only three universities with Portuguese language courses. In the nineties, they were six; and, between 2000 and 2004, they were no more than eight. Now in a short period of just ten years the number has risen from eight to twenty six. And it doesn't stop. In the next three or four years there will be more than thirty universities in China with Portuguese courses.

The spectrum occupies the entire territory of greater China, from South to North and East to West, with a concentration in Beijing and in the Eastern half of the country, and a few cities in inner China with a significant weight in this network, such as, for instance, Xi'An.



olhando o português a partir de Macau

Where there were two or three hundred students, there are now more than one thousand five hundred. Shortly there will be more than two thousand. Where once a little more than twenty teachers were enough to support all the teaching needs, today there are around one hundred, and this number is growing each year.⁴³

If we put Macao in the picture, we will have, around the end of the present decade, more than three hundred teachers of Portuguese in Chinese universities and more than three thousand students.

This process, however, did not begin from nothing. Before this explosion (a 'volcanic eruption', in the lucid words of Professor Li Changsen), Macao had already asserted itself as a bastion in what concerns Portuguese language teaching. And, while the explosion or eruption was happening, Macao always closely followed this growth, nurturing and supporting it.

Macao Polytechnic Institute has played a decisive role in this process. Its history overlaps largely with Portuguese language development in Asia. Because Portuguese has been at the root of MPI's translation courses and its identity, and because it is also one of its most successful areas, Macao Polytechnic Institute decided that cooperation with mainland China in Portuguese language teaching was a strategic option.

⁴³ These numbers are related to 2014, of course, the year of the presentation of this paper.

The numbers speak for themselves.

Since 2001, around one hundred students coming from Chinese institutions were received in Macao, often with MPI grants.

Since 2007, MPI has a teacher of Portuguese (a Portuguese teacher, actually) in Beijing University.

Over the last six years MPI has organized seven international meetings (seminars, colloquia, and so on), in Macao, Shanghai and Beijing, with the participation of teachers coming from China, Portugal and Brazil.

Since 2007, the students mobility between Macao and Portugal, framed by MPI, touched around two hundred; and the mobility of Portuguese students to Macao and Beijing reached one hundred and thirty four.

In 2006 it created the first joint course with a Portuguese institution, the Leiria Polytechnic Institute, a Bachelor degree in Portuguese-Chinese translation.

More recently, the creation of the Portuguese Teaching and Research Center has deepened this dialogue further.

The main goals of this Center are to give support to Portuguese teaching, especially in mainland China, to produce pedagogic and scientific materials, and to promote research in this domain. In order to achieve these goals teachers with higher qualifications, preferably with PhDs in the area of Portuguese as Foreign or Second Language, have been and are being hired.

This policy is beginning to bear fruit.

olhando o português a partir de Macau

At the beginning of this month (July) we had a first training session for teachers of Portuguese in Chinese universities. Twenty participants, almost all of them Chinese, came to Macao for two weeks of intense work. At the same time within the School of Languages and Translation there was an intensive seminar, lasting two weeks concerning Conference Interpretation and Consecutive Interpretation, taught by interpreters from the Interpretation Services of the European Union. Macao hosted over one third of the teachers of Portuguese in mainland China at these events.

At the same time the site “Ponto de Encontro – Português na China”, in English “Meeting Point – Portuguese in China”, was presented, which aims to be a vehicle of relevant information for teachers of Portuguese language, as well as a discussion space, a sharing space, a consulting space, a training space etc.

To get to this point the journey travelled has been intense and active. One third of the Chinese universities where Portuguese is taught have been visited, the rules of cooperation have been defined, a dialogue with teachers has been established; a schedule of visits to the other universities has been planned; support has been provided to some universities where the teaching of Portuguese does not yet exist; a Master in Portuguese as a Foreign or Second Language, in one Chinese university (Guangzhou) is being prepared, to begin soon, taught by the Faculty of Letters of the University of Coimbra.

At the same time, Macao Polytechnic Institute has asserted itself as a bridge between Chinese universities and higher education institutions in Portugal and lusophone countries.

Within five or six years at most, the growth of Portuguese in the People's Republic of China will reach more than two thousand students, which means one hundred twenty or one hundred thirty teachers, maybe more. If we add Macao, we will have more than three thousand students and around two hundred teachers, only in higher education. It would not be easy for another country in the non-lusophone world to touch this goal.

The paradigm, obviously, has changed. The demand in China is to learn the Portuguese language, an indispensable tool to the economic strategy of the country. The aim is the language itself, especially in the service of translation. Culture, literature, history - all of that comes with the language. The rules, it is true, are imposed by the market.

However, the fact is that the Portuguese language is subject to more and more demand by Chinese school students, because the young candidates for University are aware that this training can become a passport for an interesting job and a promising professional future. The Government of the People's Republic of China supports this tendency and considers the teaching of Portuguese to be one of its strategic goals.

We are therefore facing a movement whose future proportions at this moment are still difficult to predict. Everything, of course, depends on the growth of economic

olhando o português a partir de Macau

relations between China and the lusophone countries. The data till now available show that this growth will continue, because each day more and more translators are needed to help the penetration of the Chinese economy and Chinese companies in the markets of lusophone countries.

In other words, the time is surely ripe for an expansion of Portuguese teaching in China. The market favours it and the economy requires it. Both are realities with enormous power and strength. Furthermore, and no less important, politics supports this movement. As we all know, China's presence in lusophone countries is an unquestionable reality. For a lot of reasons, but specially for this one, the appetite for Portuguese in China is also a no less evident reality .

In defining its options Macao Polytechic Institute has in mind, and is very attentive to, both these realities. Knowing how to read the signs and to rise to the historical occasion is perhaps one of the noblest ways to accomplish our mission as higher education institutions.

ISBN 978-99965-2-258-1



9 789996 522581 >